

Contra a política de empobrecimento dos trabalhadores

Unidos e em greve

O Governo, que provocou o presente clamor de descontentamento, não pode ficar indiferente às greves da Administração Pública, nos transportes e em outros sectores e empresas.



É isto que a CGTP quer dizer urgentemente ao Primeiro-ministro, como refere ao «Avante!» Amável Alves, da Comissão Executiva da Central.

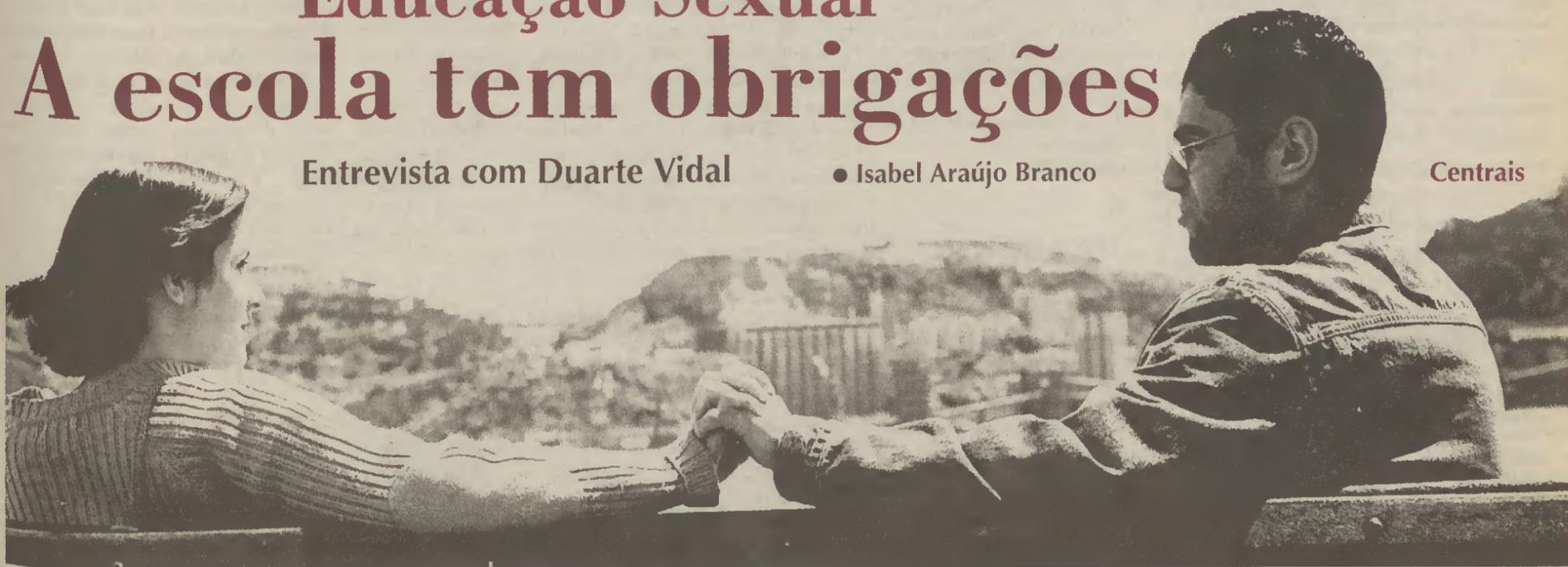
Págs. 5 e 6

Educação Sexual A escola tem obrigações

Entrevista com Duarte Vidal

• Isabel Araújo Branco

Centrais



5.ª Assembleia da OR do Porto

Um mesmo ideal e projecto

O Projecto de Resolução Política foi aprovado pela 5.ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP, que reuniu mais de 400 delegados e contou com a intervenção final de Carlos Carvalhas.

Pág. 9

A Festa da Alegria vem aí

Voltar ao Minho para ir à festa

A Festa da Alegria vai voltar a animar o Norte do País, recuperando o lugar ímpar que já ocupou durante anos. António Lopes, membro da Comissão Política, fala ao «Avante!» sobre a iniciativa.

Págs. 12 e 13

Eleições locais na Inglaterra

Ken «O Vermelho» vence em Londres

A vitória de Ken Livingston, que obtém a presidência da Câmara de Londres, é uma vitória da esquerda que não renegou as suas ideias, afirmando-as contra o «New Labour» de Tony Blair e a sua «terceira via».

Pág. 24

Avante!
Proletários de todos os países
UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Ligia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carvalhas na V Assembleia da ORP

Resumo

3 Quarta-feira

Pina Moura garante que o Governo vai manter «firmeza serena» em relação aos aumentos da Função Pública • O PS rejeita os pedidos do PSD e PP para uma audição parlamentar sobre a actual situação da política de segurança • Menéres Pimentel, provedor da justiça, acusa a Assembleia da República de desrespeitar a lei por não ter indicado um sucessor para o seu cargo • Lucília Ferra demite-se do cargo de secretária da direcção da bancada parlamentar do PSD, alegadamente descontente com a liderança de Durão Barroso • Quatro dos 27 reféns dos guerrilheiros filipinos morrem durante uma tentativa do exército de capturar os sequestradores pertencentes ao grupo Abu Sayyaf.

4 Quinta-feira

António Guterres, em entrevista para a RTP, afirma «compreender o descontentamento» dos portugueses • Um grupo de deputadas do PS iniciam um «movimento de opinião», sob a forma de um abaixo-assinado, que visa impor uma quota de percentagem de mulheres nas listas para as eleições autárquicas • O Hezbollah lança um ataque contra o norte de Israel provocando seis feridos • Moscovo diz não aos EUA e recusa-se a modificar o tratado de defesa antimíssil, alegando que as alterações propostas visam «levar ao fundo o tratado ABM» • O Supremo Tribunal de Santiago, no Chile, recusa submeter Pinochet a novos exames médicos enquanto não decidir se este será julgado pelos crimes de sequestro, tortura e assassínio.

5 Sexta-feira

O PCP critica o anúncio de Jorge Sampaio de comparecer, em representação do Estado Português, nas cerimónias de Fátima, «acto estritamente religioso» • Ken Livingstone é eleito mayor da cidade de Londres, derrotando o Partido Trabalhista de Tony Blair • Ahmet Sezer, juiz reformista da confiança da Human Rights Watch, é eleito presidente da Turquia, garantindo estabelecer a democracia no país • Após Fernando Henrique Cardoso ameaçar com uma intervenção dos militares, centenas de militantes do Movimento dos Sem Terra desocupam os edifícios públicos de várias cidades.

6 Sábado

Carlos Carvalhas participa na V Assembleia da Direcção da Organização Regional do Porto, onde acusa o Governo de

«autismo e intransigência» face à instabilidade social no país • Guterres, durante o XII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), anuncia o início da reforma do sistema eleitoral vigente • Iniciam-se em Nova Iorque as negociações da ONU sobre a situação na Serra Leoa, onde já foram raptados mais de trezentos capacetes azuis pela RUF (Frente Revolucionária Unida) • O IRA anuncia que está preparado para inutilizar as suas armas.

7 Domingo

João Proença é reeleito presidente da central sindical UGT • O Tribunal de Contas detecta irregularidades na administração da Parque Expo • Sérgio Vieira de Mello reconhece, em entrevista ao DN, que os atrasos na reconstrução de Timor Leste devem-se à burocracia da ONU • A ETA assassina José Luís Lopez de la Calle, jornalista do «El Mundo» que era reconhecido pela sua luta contra o fascismo de Franco • Vladimir é empossado formalmente presidente de Federação Russa.

8 Segunda-feira

Almeida Santos, durante um colóquio sobre imunidades parlamentares, defende a revisão da lei da imunidade dos deputados • As facultades de medicina propõem retirar peso à média do secundário para o acesso ao ensino superior nesta área • O poeta Eugénio de Andrade é premiado com o Prémio Vida Literária, atribuído pela Associação de Escritores Portugueses • Milhares de espanhóis manifestam-se em todo o país condenando a actuação da ETA ao matar o jornalista do «El Mundo» • Um grupo de cientistas descodifica o cromossoma 21, o mais pequeno de todos os cromossomas humanos.

9 Terça-feira

Metade do País, de Torres Vedras ao Algarve, fica sem energia eléctrica na sequência de uma avaria no centro de distribuição de Rio Maior • Greve geral da Função Pública divide Governo e Centrais Sindicais; para o executivo a adesão à greve não foi além dos 15 por cento, para as segundas os níveis de adesão situaram-se entre os 60 e os 70 por cento • Queima das Fitas mobiliza milhares de estudantes em Coimbra e no Porto • Agrava-se a situação na Serra Leoa, com confrontos entre a Frente Revolucionária Unida, de Foday Sankoh, e milícias pró-governamentais • Treze militares indonésios confessam em tribunal ter executado 26 civis em Aceh em Julho do ano passado.

Aconteceu Inflação acelerou

A Direcção-Geral do Comércio e Concorrência (DGCC) avançou esta semana a estimativa de um aumento da inflação no mês de Abril na ordem dos 0,9%, o valor mais alto registado nos últimos quatro anos e que poderá pecar por defeito. Segundo a DGCC, esta tendência do disparo da inflação vai manter-se, configurando-se como «irrealistas» os cenários de crescimento da inflação abaixo

dos 2,5% em 2000, como insiste o Governo em garantir. Em contrapartida, vários sectores viram inverter-se negativamente os seus volumes de negócios, com destaque para o sector automóvel, onde baixaram significativamente as vendas tanto nos veículos ligeiros como nos pesados, tal como o investimento em material de transporte inverteu a tendência favorável que vinha apresentando.

Irregularidades na Parque Expo

Segundo o *Diário de Notícias*, o Tribunal de Contas (TC) terminou a auditoria que fez às contas da Parque Expo (o organismo criado para a construção e realização da EXPO 98). Segundo apurou o DN, a análise feita à gestão e às contas da sociedade Parque Expo pelos serviços do TC detectou inúmeras irregularidades, algumas delas passíveis de vir a constituir matéria para o Ministério Público avançar com um processo contra alguns dos responsáveis que passaram pela sociedade da EXPO, por danos ao património público. O relatório final elaborado pelo TC já foi enviado aos dois ex-presidentes do conselho de adminis-

tração da sociedade Parque Expo, Cardoso e Cunha e Torres Campos, e ao actual, Mega Ferreira. Segundo se depreende de excertos do relatório a



que o DN teve acesso, há vários milhões de contos malbaratados em actividades empresariais da Parque Expo como a aquisição de material informático ou alojamentos no Parque Expo.

Nome de rua em Lisboa para Alberto Villaverde Cabral



Através da Comissão Municipal de Toponímia, dirigida pela vereadora Rita Magrinho, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou o jornalista Alberto Villaverde Cabral, falecido a 19 de Agosto de 1996 aos 55 anos de idade, atribuindo o seu nome a uma nova rua situada no Restelo.

Entre várias personalidades, participaram na cerimónia o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e as vereadoras Rita Magrinho, responsável institucional da homenagem, e Alexandra Gonçalves, ambas do PCP, partido a que sempre pertenceu Alberto Villaverde Cabral. O descerramento

da placa toponímica foi feito por duas netas do homenageado, num momento particularmente tocante da cerimónia.

Alberto Villaverde Cabral nasceu em Ponta Delgada, nos Açores, e iniciou a sua carreira jornalística na agência noticiosa Associated Press, em 1966, transi-

tando no final da década de 60 para o *Diário de Lisboa*, onde foi responsável pela política internacional. Profissionalmente, assumiu desde sempre uma posição combativa e de esquerda, lutando contra o fascismo em duas frentes concretas - a defesa da liberdade de imprensa e a luta clandestina contra o regime no quadro da militância no PCP. Nesta fase - e assinalando apenas algumas das suas intervenções cívicas e políticas e culturais -, fez parte da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, denunciou internacionalmente as prisões políticas, como membro da CDE participou na elaboração do primeiro documento saído a público contra a guerra colonial, apresentou teses a favor da liberdade de imprensa e teve papel relevante na divul-

gação de obras cinematográficas proibidas pela censura. Sempre responsável pela secção internacional, colaborou na *Seara Nova*, em *O Tempo e o Modo*, e no *Notícias da Amadora*. Foi preso pela PIDE em 1967, onde foi submetido à tortura do sono durante sete dias. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi convidado pelo Governo constituído pelo MFA para director de informação da RTP e director e presidente da agência ANOP, antiga ANI do regime, donde foi afastado após o 25 de Novembro. Em 1976 funda e passa a ser o editor da secção internacional do jornal *diário*, onde permanece até ao seu encerramento, em 1990. Nos últimos anos de vida foi ainda colaborador da TSF e director da *Análise: newsletter internacional*

José Zagallo morreu

Com 63 anos de idade, vítima de doença, faleceu o artista plástico José Zagallo. Militante do Partido Comunista Português desde muito antes do 25 de Abril, o camarada José Zagallo e Mello foi preso pela Pide em 1964, tendo sido condenado e cumprido quatro anos de prisão. Quando saiu, empenhou-se activamente nas campanhas eleitorais de oposição ao fascismo, trabalhando no quadro da

CDE, fazendo parte dos seus secretariados e dando um contributo fundamental na abertura da sede de campanha.

O camarada Zagallo foi funcionário do Partido, de 1974 a 1990, tendo trabalhado nas Organizações Regionais de Setúbal e de Lisboa, onde deu empe-



nhado contributo nomeadamente no âmbito das artes gráficas em materiais de propaganda e nas Festas do «Avante!» em tarefas ligadas à decoração.

Como artista plástico, divulgou a sua arte junto dos trabalhadores, tendo participado com várias

obras suas em exposições colectivas e individuais em vários distritos do País. O funeral do camarada falecido, pai de João Zagallo, membro do Comité Central - a quem o «Avante!» apresenta sentidas condolências, bem como à restante família - teve lugar na passada segunda-feira, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, acompanhado por muitos camaradas e amigos.

Crónica Internacional

● Albano Nunes



No 55.º aniversário da Vitória

Evocando o 55.º aniversário da **Vitória** sobre o nazi-fascismo, numa situação internacional marcada pela arrogância dos EUA e do imperialismo em geral, uma ideia se impõe tão natural como o ar que se respira: «a União Soviética faz falta ao mundo».

Faz falta um Estado de operários e camponeses poderoso, pacífico, internacionalista, intransigente para com o fascismo, a reacção e a guerra, retaguarda segura dos povos que lutam pela sua emancipação nacional e social. O facto de se ter configurado na pátria de Lênine o «modelo» que conduziu à trágica derrota do socialismo e à desagregação da URSS, não altera esta realidade. Foi a URSS que teve o papel determinante na **Vitória**. Foi o povo soviético, com o seu partido comunista, que

escreveu as maiores páginas da heroica resistência ao nazi-fascismo. De Moscovo a Stalinegrado, de Leninegrado e Kursk à luta guerrilheira nos territórios ocupados. Cerca de 25 milhões de mortos e um país devastado não deixam dúvidas sobre que povo, que país, que sistema,

que classe social, que força política, pagou o preço decisivo que salvou a Humanidade da “ordem” nazi.

Oportuno é também recordar e valorizar o papel da resistência e da luta popular. Enquanto por toda a Europa a burguesia e os seus governos capitulavam vergonhosamente, os comunistas e com eles os sectores patrióticos mais avançados da classe operária e da intelectualidade batiam-se, organizavam a resistência, passavam à acção clandestina e à luta armada dos «partisans». A real implantação e autoridade política da resistência - da França à Bulgária, da Checoslováquia à Jugoslávia e à Grécia - conjugada com o prestígio da URSS e o descrédito dos partidos burgueses, foram determinantes para a configuração política da Europa saída da guerra, com a instauração dos regimes de democracia popular no leste da Europa e o reforço geral dos partidos comunistas no continente. O desencaqueamento da «guerra fria», a escalada anticomunista que afastou os comunistas dos numerosos governos em que participavam, a «queda do muro» e a derrota dos regimes socialistas no leste europeu não devem apagar o papel determinante dos comunistas nas batalhas cruciais de classe e de civilização desses anos duríssimos mas cheios de potencialidades revolucionárias.

Aevocação da **Vitória** não tem apenas interesse em termos de análise, de memória histórica, de luta contra o revisionismo avassalador do “pensamento único” que consegue mesmo influenciar sectores do movimento operário e forças de esquerda. Tem também valor prático, pelas experiências e ensinamentos que encerra para o combate democrático, anti-imperialista e revolucionário nos dias de hoje. Quando o imperialismo se torna ainda mais explorador e agressivo, se acelera o desenvolvimento do militarismo, o racismo e a extrema-direita espreitam ameaçadores, avança sob a batuta dos EUA a construção de uma «nova ordem» totalitária contra os trabalhadores e contra os povos. E quando, como na guerra de agressão contra a Jugoslávia, se tornam cada vez mais inquietantes, as manifestações de capitulação política e ideológica da social-democracia.

Nesta situação, complexa e perigosa, a posição dos comunistas só pode ser uma: nenhum compromisso com o fascismo, o racismo, o militarismo e a guerra; promoção da luta pela paz e o desarmamento; defesa firme da soberania face às imposições das grandes potências; esclarecimento e mobilização das massas populares. É um grande esforço para ultrapassar as reais dificuldades que se manifestaram durante a agressão da NATO nos Balcãs, no plano da cooperação internacional. A acção comum e convergente dos comunistas e outras forças de esquerda na frente de luta pela paz, contra a militarização da U.E. e pela dissolução da NATO, é um imperativo da hora presente.

Faz falta um Estado de operários e camponeses

Editorial

«ESTÁ TUDO NORMAL»

A medida e na dimensão em que cresce o descontentamento dos trabalhadores e de outras camadas da população face às consequências da política de direita, cresce a desorientação e acentua-se o autismo do Governo de António Guterres. Rejeitando a evidência que é o seu crescente e justificado descrédito; fugindo como o diabo da cruz à constatação do início de um estado de desgraça; negando o óbvio, enfim, o Governo do PS fala de uma realidade só dele conhecida e só por ele vista. Dir-se-ia que, no momento actual, o Governo agarra-se desesperadamente ao objectivo de concretizar quatro sonhos: continuar a bem servir os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros; convencer os portugueses de que «o povo é sereno» e que a movimentação social «é só fumaça»; ter um Primeiro-Ministro muito prestigiado «lá fora»; e, naturalmente, aguentar-se. Utilizando um discurso no qual a arrogância, a incompetência, o nervosismo e a irresponsabilidade são tacticamente (mal) disfarçadas o Executivo não dá sinais de arrear caminho na sua descontrolada postura. Pelo contrário, sucedem-

“Cresce a desorientação e acentua-se o autismo do Governo de António Guterres”

-se as declarações de membros do Governo garantindo que o branco é preto, que a mentira é verdade, que o não é sim. A recente entrevista de António Guterres à RTP, busca desesperada de uma imagem perdida, revelou-se não só ineficaz como pôs a nu, implacavelmente, a imagem real do «grande comunicador».

Das impressionantes adesões às greves dos trabalhadores da Administração Pública e dos Transportes emergem sinais cuja consideração é imprescindível na análise da situação nacional e dos seus previsíveis desenvolvimentos. De facto, o inegável êxito das referidas greves - não constituindo surpresa para quem olha com olhos de ver a realidade nacional - traduz não só o profundo descontentamento dos trabalhadores mas igualmente a sua firme determinação de prosseguirem a luta pelas reivindicações apresentadas. Esse descontentamento e essa firme determinação estiveram à vista de quem os quis ver, quer na manifestação de 23 de Março, quer no imenso buzinao que ecoou por todo o País, quer na participação popular nas comemorações do 25 de Abril, quer nas manifestações ocorridas em todos os Distritos e Regiões por ocasião do 1.º de Maio. Mas o Governo do engenheiro Guterres preferiu fechar os olhos e os ouvidos a tão concludentes sinais

e, subestimando a inteligência e a sensibilidade dos portugueses, decidiu enveredar por fantasiosas manobras de diversão - com possibilidades de êxito, talvez, noutros tempos e noutras situações, mas desde logo condenadas ao fracasso no tempo e na situação actuais.

Anecessidade premente de afastar de si e da sua política as causas do amplo descontentamento social, revelou-se a prioridade das prioridades para o Governo do PS. A acusação disparada pelo Primeiro-Ministro - e repetida até à exaustão por todos os seus ecos - de que o ambiente de «agitação social» não passava de uma criação do PCP com vista a obter dividendos políticos e partidários, é elucidativa: entre reconhecer as responsabilidades da sua política no clima de descontentamento existente e reconhecer a forte influência social do PCP - opção, inegavelmente difícil... - optou pela segunda. Mas também neste caso agiu a partir de uma perspectiva deformada da realidade: falou do PCP como se os comunistas tivessem dos trabalhadores uma visão instrumental; falou dos trabalhadores como se eles fossem instrumentalizáveis e, ao som de qualquer estalar de dedos do PCP, desembocassem em torrenciais movimentações sociais. E, assim sendo, mostrou ignorar o que, neste caso, é essencial: que a influência social do PCP - sem dúvida uma forte, sólida e cada vez mais visível realidade - não foi obtida com golpes e manobras sem princípios e ao sabor de exclusivos interesses partidários, mas resulta, isso sim, de uma coerência total entre a sua natureza de classe e a sua prática de permanente defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.

Alastimável reacção do Governo às greves de terça-feira passada só pode entender-se à luz dessa postura autista que hoje constitui, talvez, o exemplo mais flagrante do divórcio existente entre o Executivo de Guterres e a realidade nacional. Tal reacção era, aliás, esperada: fora, mesmo, anunciada na véspera em declarações de «um membro do Governo» ao «Público». Disse ele: «a adesão vai ser o que for; o problema vai ser o dia seguinte», ou seja, «o problema é o de saber se a ideia que vai passar para a opinião pública é a de que a adesão foi maciça ou, pelo contrário, a de que os sindicatos não conseguiram» o que queriam. Para este porta-voz do discurso governamental a aparência é tudo e a realidade é nada: fosse qual fosse a adesão à greve o que importava era ganhar a «guerra da propaganda» e convencer o País, mesmo que mentindo-lhe, de que a greve fora um fracasso, «de que tudo está normal». E a verdade é que se mal o pensaram pior o fizeram, como se constatou durante todo o dia da greve - anunciando «fracassos» logo de manhã (inclusive em sectores onde a greve só começaria mais tarde), confirmando-os e ampliando-os à tarde e fechando com chave de ouro à noite, num «balanço» dominado pela expressão «a adesão foi mnima»... E é bem possível que o Primeiro-Ministro, à noite, tenha rabiscado no seu «Diário»: «Está tudo normal.»

Actual

Óbvio, não é?

• José Casanova

A «Revista Expresso» de sábado passado deu lugar de destaque à «primeira biografia oficial do Papa», recentemente editada em Portugal e da autoria de um tal George Weigel, «americano, conservador liberal e especialista em religião católica». Acontece que a capa da «Revista» promete desvendar-nos, no interior, «como o KGB tentou matar o Papa». O chamariz é aliciante e mostra como, uma década depois da derrota do socialismo no Leste, com o comunismo definitivamente «morto e enterrado», os produtores e difusores do anticomunismo sentem necessidade de continuar activos. A «conclusão» que o tal Weigel faz questão de, agora, passar a escrito, foi notícia forjada durante meses a partir de uma operação provocatória lançada logo após o atentado de Ali Agca contra o Papa. N. Chomsky e Edward S. Herman, numa fundada abordagem da questão, desmontaram com seriedade a operação. Situando as suas raízes nomeadamente no «pri-

meiro encontro do Jonathan Institute, realizado em Jerusalém» e cujo «tema principal», publicamente anunciado, foi «a importância e a utilidade de afrontar o problema do terrorismo e de o vincular à União Soviética», os autores mostram que, seis dias depois do atentado, «os serviços secretos italianos (SISMI) na altura dirigidos pelo general Giuseppe Santovito, membro da loja maçónica P-2», fizeram circular um documento que «provava» a implicação dos soviéticos. O documento, que se demonstrou ter sido fabricado pelos próprios SISMI, foi o sinal de partida para a operação. As «Seleções Reader's Digest» contrataram de imediato «Paul Henze, especialista em propaganda e durante muito tempo funcionário da CIA, e Claire Sterling e Marvin Kalb». Os três figurões, com notável eficácia, inventaram a célebre tese da «pista búlgara» que, sublinham os dois autores acima citados, foi «aceite acriticamente pela generalidade da comunicação

social» que, abastecida pela NBC, a difundiu amplamente como se de verdade assente se tratasse.

Vem agora o biógrafo Weigel retomar a patranha cuja, graças à «Revista Expresso», continua a ter difusão acrítica - facto tanto mais insólito quanto as «provas» apresentadas e transcritas na «Revista» são um insulto à inteligência humana. Os caminhos que conduzem Weigel à «conclusão» previamente obtida são em resumo os seguintes: logo após a prisão de Agca, houve quem dissesse que ele era «um fanático religioso»; disseram outros que ele era «membro de um grupo ultranacionalista de fanáticos turcos com visões políticas fascistas»; disseram terceiros que ele era «simplesmente louco». Ora, conclui o perspicaz biógrafo, como nenhuma destas explicações foi apurada (o que é falso, diga-se), «a ligação soviética era a resposta mais plausível à pergunta óbvia: quem iria beneficiar?».

Óbvio, não é?

Golpismo descarado

• Vítor Dias

Intervindo no encerramento do Congresso da Associação Nacional de Municípios, o Primeiro-Ministro aproveitou gulosamente a oportunidade para fazer vibrante propaganda da proposta do PS de alteração do sistema eleitoral das autarquias, com a formação de executivos monocolors a obter através - isto já ele obviamente não disse - da extinção do direito que os portugueses conquistaram há 24 anos de elegerem directamente as Câmaras Municipais e podem determinar assim quem, de forma pluralista e proporcional, os representa nas vereações.

Dito isto, avie-se já o juízo de que, vistas bem as coisas, estamos perante uma atitude de descarado golpismo.

Porque o Primeiro-Ministro devia ter tido em conta que só estava a falar no encerramento daquele Congresso devido a um imprevisto impedimento do Presidente da República.

Porque o Primeiro-Ministro sabia certamente que, na organização do Congresso, que era aliás essencialmente dedicado à questão das transferências de competências, tinha sido expressamente afastado o debate das alterações ao sistema eleitoral, não apenas por se tratar de matéria controversa entre os participantes mas também por ainda não existir nenhuma proposta formalizada sobre o assunto.

Porque o Primeiro-Ministro sabia, até por ser do domínio público, que as propostas do PS suscitam uma viva oposição do PCP, do PP e, pelo menos, de parte do PSD.

E, por fim, pode-se até perguntar: se o Eng. António

Guterres queria impor o que os eleitos do PS na ANMP não tinham conseguido ou querido, então por que é que não encarregou o ministro Fernando Gomes, cujo discurso abriu o Congresso, de lançar a questão?

A resposta é simples: é que, nesse caso, o ministro da Administração Interna teria ouvido das boas sobre as propostas do PS no desenrolar do Congresso.

Ao passo que, falando em último lugar, o Eng. Guterres garantiu o que queria, isto é, instrumentalizar o Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses como cenário e câmara de eco para a sua propaganda, e alcançou aquilo de que mais gosta, isto é, falar com a suprema impunidade oferecida pelo facto de ninguém já lhe poder responder.

E, já agora, falando de autarquias e de punhaladas na ética política, compreenda-se que, em jeito de «post-scriptum», não deixemos passar em claro que, no «JN» de 5/5, Miguel Portas, dando mais um devastador exemplo de como responsáveis de Bloco de Esquerda trabalham para a elevação do debate político à esquerda, tenha afirmado que «o PCP mantém-se atado a João Soares porque tem muitos postos de trabalho a preservar».

Como há infâmias que nem resposta merecem, só queremos garantir que, pela nossa parte, nunca nos passaria pela cabeça a torpe ideia de que Miguel Portas só passou a não gostar da coligação que governa Lisboa depois de deixar de ser assessor na Câmara Municipal de Lisboa.

Às escuras

• Anabela Fino

A ideia é recorrente e já tem barbas, mas anteontem provou-se, sem margem para dúvidas, que é perfeitamente exequível: em qualquer momento, se algum cérebro maquiavélico assim o entender, podem cortar-nos a luz, fechar-nos a água, bater com a porta e deitar fora a chave.

Este país, que segundo o Governo é um modelo para a Europa, um exemplo de desenvolvimento, um ponta-de-lança para o progresso, pode ficar às escuras por tempo indefinido sem que ninguém, rigorosamente ninguém, seja capaz de explicar o que está a acontecer.

Quando o «apagão» de terça-feira deixou meio Portugal às escuras, de Torres Vedras ao Algarve, o mínimo que seria de esperar era que as autoridades competentes - da EDP à Protecção Civil, dos Serviços de Segurança ao Governo - dessem uma explicação cabal e pronta aos cidadãos e informassem das medidas que estavam a ser tomadas para resolver o pro-

blema. Não foi o que sucedeu.

Nesta era da comunicação - e quando o primeiro-ministro acaba de tirar da cartola mais uma solução mágica para os nossos persistentes atrasos estruturais, a saber, a informatização e internetização das autarquias locais - o país pode ficar durante horas sem luz e totalmente à mercê dos imponderáveis sem que se verifique da parte do Governo qualquer capacidade de resposta.

Uma hora depois do corte de energia, com os bombeiros e a protecção civil a serem bombardeados com milhares de chamadas telefónicas, metade dos hospitais do país afectados, o trânsito ferroviário interrompido, os semáforos avariados, o aeroporto de Lisboa com problemas, dezenas de cidades em «blackout», o inefável ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, admitia aos microfones da Rádio que poderíamos estar perante uma avaria na rede internacional de distribuição de energia, con-

fissão implícita da total dependência nacional em relação ao estrangeiro num sector tão vital como este. A EDP viria depois a falar numa avaria no centro de distribuição de Rio Maior, de causas desconhecidas.

No meio da ignorância oficial quanto às causas do sucedido, aparentemente uma certeza é partilhada por todos: não se tratou de sabotagem. Curiosa conclusão esta, quando se reconhece não ter respostas para explicar o «apagão».

Passada a meia-noite, três «rigorosos inquéritos» foram anunciados: um pela EDP, outro pelo ministro da tutela - Pina Moura - à EDP, e outro por Fernando Gomes, eventualmente a ambos. Os portugueses foram para a cama descansados.

Valha-nos que Portugal é país de brandos costumes até no clima, pobre quanto baste para não despertar cobijas e sem mais-valias de maior para os grupos terroristas. Não fora isso, com um Governo destes completamente às escu-

Frases

“Existe no PS alguma esquerda que gosta de viver no mundo do diáfano.”

(Francisco Assis - «Expresso», 06.05.00)

“Provavelmente não estarei a conseguir explicar aos portugueses o que estou a fazer.”

(António Guterres, nas televisões, 05.05.00)

“Foram milhares as escolas afectadas e muitas outras que funcionaram em estado precário: não é possível dizer que houve normalidade no sector.”

(Paulo Sucena, FENPROF, citado em «Diário de Notícias», 10.05.00)

“É a primeira vez que vemos o Governo com esta pressa de logo às 7 ou 8 da manhã avançar com números que não correspondem à realidade.”

(João Proença, UGT, citado em «Diário de Notícias», 10.05.00)

“O ambiente para o Governo, neste início de contraciclo, é tão mau que nem aquilo que faz de bom consegue brilhar.”

(Cáceres Monteiro - «Visão», 05.05.00)

“A Administração Interna teve três ministros em cinco anos e é, com a Defesa (quatro ministros), o calcanhar-de-aquiles do guterrismo. Tudo indica que Fernando Gomes vai ter o destino do seu antecessor Alberto Costa, por mais que se mostre na televisão a “comandar” a “operação Papa”, de modo a fazer esquecer tiradas infelizes a propósito de eventos vergonhosos.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 06.05.00)

“Espera-se que Fernando Gomes aceite e compreenda os que o acham uma caricatura de ministro. Espera-se também que, um dia, aceite e compreenda a sua demissão.”

(Francisco Azevedo e Silva «Diário de Notícias», 03.05.00)

“O colectivo de juízes considerou não haver provas de que Caldeira tivesse abusado da confiança ou burlado os clientes. O colectivo de juízes considerou que os clientes de Pedro Caldeira sabiam o que estavam a fazer. Que conheciam bem as águas em que navegavam. O gosto por essas águas é que já é outra questão.”

(Francisco Azevedo e Silva «Diário de Notícias - Negócios», 02.05.00)

“A Internet reforça drasticamente a tendência para o isolamento das pessoas da sociedade individualista de massa, criando uma solidão inesperada numa sociedade também designada por Sociedade da Informação.”

(Manuel José Lopes da Silva «Diário de Notícias», 07.05.00)

“O Benfica vai ser o cabeçudo da festa.”

(Paulo Futre - «Record», 03.05.00)

Notícias das greves de terça-feira

«Para desviar a atenção da questão central, que é voltar à mesa das negociações, entrou numa perfeita manipulação de números», acusou Paulo Trindade, comentando afirmações do secretário de Estado da Administração Pública sobre a adesão à greve nacional, que teve lugar durante todo o dia de anteontem. Em declarações à Agência Lusa, o porta-voz da Frente Comum de Sindicatos apontou para uma adesão global à greve geral rondando os **70 por cento**, com mais forte participação na saúde, educação e administração local. O STAL situou entre 85 e 90 por cento o nível global de adesão à greve, entre os trabalhadores da Administração Local, salientando em nota à imprensa, «um significativo conjunto de autarquias e serviços que, pela primeira vez, encerraram ou registaram adesões muito acima dos valores habituais – designadamente nos municípios de Oliveira de Azeméis, Esposende, Faro, Guarda, Castelo de Vide, Marco de Canavezes, Valongo, Cartaxo, Rio Maior, Montijo, Viana do Castelo, Monção, Boticas, Chaves, Ribeira de Pena, Sabrosa, Vila Real, Cinfães, Mangualde, Sátão, Sernancelhe, Vouzela, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

O presidente da FNAM, Cílio Correia, avançou com uma adesão de 60 a 70 por cento dos **médicos**, provocando a paralisação dos blocos operatórios em vários hospitais a nível nacional. A mesma ideia foi avançada por Guadalupe Simões, dirigente do Sindicato dos **Enfermeiros** Portugueses, segundo a qual pelo menos 21 hospitais apresentavam os blocos operatórios encerrados e apenas as cirurgias de emergência tinham sido realizadas. Tal como a Frente Comum, o SEP contestou os números do Governo. Também a **Fenprof** lamentou que o secretário de Estado Alexandre Rosa tenha vindo declarar «que há normalidade na vida das escolas, quando a nação pôde constatar que a esmagadora maioria dos alunos viu afectada a sua actividade lectiva».

Transportes

As greves de anteontem no Metropolitano de Lisboa (das zero às 24 horas) e na Carris (das 9.30 às 15.30) registaram adesões praticamente totais, e a disposição de prosseguir a luta foi reafirmada pelos trabalhadores em plenários. Nos Transportes do Sul do Tejo a greve, das 3 às 10 horas, registou uma adesão entre 75 e 80 por cento, segundo o sindicato do sector.

Acabem com a política de empobrecimento dos trabalhadores

Governo ataca greves

O responsável pelo pelouro da acção reivindicativa da CGTP-IN sublinha que «não é admissível que o Governo fique insensível a este clamor de descontentamento» e que o primeiro-ministro não altere a sua posição face às justas reivindicações salariais de milhares de trabalhadores.

Comentando as greves na Administração Pública, nos transportes e noutros sectores e empresas, Amável Alves revelou ao «Avante!» que a Comissão Executiva da central decidiu propor ao primeiro-ministro a realização, com urgência, de uma reunião para o confrontar com a presente situação de conflitualidade laboral, que poderá arrastar-se ainda por mais tempo, se o Governo não mudar de atitude.

«O primeiro-ministro reafirma publicamente a sua intransigência face às reivindicações dos trabalhadores e insiste em fazer das empresas de transportes e da Administração Pública indicadores de contenção salarial», disse aquele dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e

Urbanos, que é, no seguimento do último congresso da CGTP, responsável pelo pelouro da acção reivindicativa na Comissão Executiva da central. A manter-se tal posição do Governo, «os conflitos laborais vão continuar, com prejuízos e transtornos para a população», já que «aos trabalhadores não resta outra alternativa, senão continuar a lutar».

«Não se admite que o Governo continue surdo e cego a este grande descontentamento que se verifica no País», sublinhou Amável Alves, defendendo que «há que inverter a política e ceder à justiça de aumentos salariais para que os trabalhadores tenham melhor poder de compra». Isto poria fim aos conflitos, admite o sindicalista, defendendo que para aquela

inversão «existem condições no País» e também «há abertura da parte sindical para negociações».

A continuação das greves pode evitar-se, admitiu, «a não ser que o Governo, contra as suas próprias declarações, queira continuar com esta política de empobrecimento dos trabalhadores, que se sente no agravamento das condições de trabalho, no aumento dos preços e na subida das taxas de juro, que provoca grandes aumentos das prestações do crédito à habitação».

Gasolina para a fogueira

Para além das razões objectivas, expressas nas reivindicações que levaram às greves de anteontem, na Administração Pública e também no Metro, Carris e Transportes do Sul do Tejo, «havia e há um estado latente de descontentamento dos trabalhadores, que se agra-

vou depois dos aumentos dos combustíveis», diz Amável Alves.

Recorda as acusações dos sindicatos de que houve má-fé do Governo, «claramente», pois deu a negociação por encerrada na Administração Pública, impôs o aumento de 2,5 por cento e, dias depois, veio anunciar a subida do preço dos combustíveis, que ocultou em todo o processo salarial.

Quando as associações patronais, designadamente do sector de transportes rodoviários, reagiram à subida dos preços com reivindicações e ameaças, o Governo logo se prontificou para lhes satisfazer as exigências, sem sequer quantificar o que isso vai custar ao Orçamento de Estado, sustentado com o dinheiro dos impostos dos trabalhadores, nota o dirigente da CGTP, salientando que «os trabalhadores perceberam esta dualidade de critérios do Governo e o descontentamento agravou-se ainda mais».

Aos patrões dão benefícios, a quem trabalha pedem sacrifícios





Amável Alves comenta a onda de conflitos laborais

Resposta à ofensiva

O descontentamento não é surpresa para quem, como os sindicalistas da CGTP, conhece os problemas dos trabalhadores e a vontade de não ceder à intensificação da exploração.

Em Portugal, «agravaram-se substancialmente as condições de trabalho», devido a «este modelo de desenvolvimento, que se baseia na precariedade do emprego, nos baixos salários, na flexibilidade e numa grande pressão sobre os horários de trabalho, muitas vezes sem pagamento

do trabalho suplementar». Desse agravamento resultou «um estado de descontentamento muito grande entre os trabalhadores», que foi evidente na acção que a CGTP promoveu a 23 de Março (marcando o primeiro dia da Cimeira da União Europeia). O alerta fora dado em Dezembro, no congresso da CGTP, e foi

confirmado com as informações recolhidas nas regiões e nos sectores de actividade, durante a preparação da manifestação de Março.

O contexto que conduziu ao surto de greves dos últimos tempos, com destaque para as paralisações de anteontem, foi assim caracterizado por Amável Alves. Na entrevista ao «Avante!», o dirigente da CGTP e da Festru (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) recordou ainda que a central, ao definir prioridades da intervenção, elegeu 2000 como «ano de melhoria dos salários» e que «verificámos, logo nos primeiros processos de negociação colectiva, uma grande disponibilidade dos trabalhadores para lutarem por melhores salários».

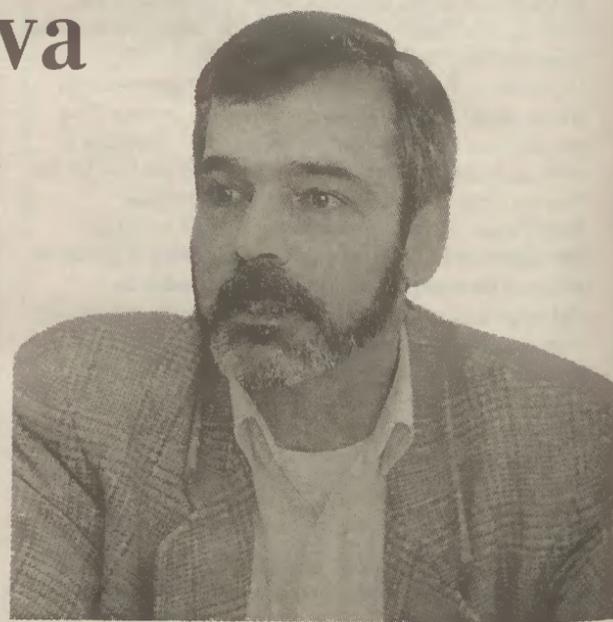
O mote

Por parte dos representantes patronais verificou-se no início, «alguma abertura para negociação, nomeadamente por parte do sector privado». Seguiu-se um momento de «alguma indefinição, porque ainda não estava aprovado o Orçamento de Estado e não estavam

concludas as negociações salariais da Administração Pública». Por fim, «verificou-se, da parte do Governo e com maior gravidade do que em anos anteriores, a utilização política da Administração Pública para impor a contenção salarial»: depois de «um simulacro de negociação», o Governo «decretou os aumentos que já tinha decidido» e encerrou os processos negociais.

«Isto serviu de mote para o sector privado», acusa Amável Alves, pois «imediatamente as associações patronais, mesmo as que tinham mostrado alguma abertura inicial, endureceram as suas posições».

Perante esta situação, o movimento sindical unitário decidiu avançar para a apre-



sentação de **cadernos reivindicativos nas empresas**.

«A nível sectorial as negociações são muitas vezes bloqueadas pelo patronato, que normalmente pretende trocar umas décimas de aumentos salariais pela retirada de importantes direitos, designadamente em matérias como a flexibilidade e o conceito de tempo de trabalho», comenta, a propósito, o sindicalista, convicto de que, «quanto mais sobe o nível da negociação, das empresas para os sectores ou para a Concertação Social, mais ela se afasta dos trabalhadores e mais difícil se torna alcançar os nossos objectivos».

A decisão de envolver ao máximo os trabalhadores na acção a nível das empresas resultou na apresentação de «um número substancialmente maior de cadernos reivindicativos», discutidos e aprovados em plenários. E resultou também em «aumentos salariais razoáveis para vários milhares de trabalhadores», com casos de empresas em que o aumento mínimo foi de 10 ou mesmo 15 contos. Amável Alves conclui que «onde houve condições para envolver os trabalhadores na definição das reivindicações e na luta dos melhores salariais, tivemos importantes frutos».

Unidos em greve

Este ano foi possível, mais do que noutros, reunir todos os sectores da **Administração Pública** em torno de um objectivo comum e mobilizar os trabalhadores para lutar por esse objectivo: melhores salários. Amável Alves aponta a grande diversidade de profissões e de salários, como dificuldade objectiva que acrescenta ainda mais valor ao facto de se ter verificado «uma unidade de todos os trabalhadores, que sentiram a imposição do aumento de 2,5 por cento como uma ofensa à sua dignidade».

As estruturas da CGTP identificaram as reivindicações e desencadearam a acção. «Mas houve, como estamos recordados, muitas hesitações e a UGT não entrou nas lutas e não participou na primeira greve», a 18 de Fevereiro. Posteriormente, «dado o descontentamento geral dos trabalhadores e devido à insignificância da actualização salarial, não teve condições para colocar a assinatura num acordo com o Governo e foi envolvida» no movimento de contestação.

Amável Alves identifica uma situação semelhante também nas empresas de **transportes**, onde «houve uma alteração qualitativa e todos os trabalhadores assumiram, nos plenários, reivindicações comuns», e onde, «apesar de alguma proliferação de outras estruturas sindicais, a par dos sindicatos maioritários da CGTP, desencadearam-se processos de luta com grande unidade e greves com cem por cento de adesão».

O dirigente da Inter rejeita as acusações de que as lutas teriam quaisquer outras motivações: «Os trabalhadores não aceitam este tipo de imposições salariais» e rejeitam a tentativa de «impor no sector público um aumento salarial que os faça pagar os custos das metas macroeconómicas e que, simultaneamente, constitua exemplo para os outros sectores».

Outras lutas

Amável Alves acusa o Governo e o patronato de pretenderem «dar a ideia de que só há lutas de trabalhadores no Estado ou nas empresas públicas» e contrapõe um balanço de outras lutas ocorridas em Maio ou marcadas para este mês, abrangendo os Estaleiros Navais do Mondego, a Tomé Feteira, o sector automóvel da metalurgia, o grupo Jerónimo Martins, os Transportes do Sul do Tejo e a Covas e Filhos. Reconhecendo que «uma greve na Administração Pública tem muito peso», diz que «há centenas de outras lutas», como sucede em torno de muitos cadernos reivindicativos. «Como são empresas com 200 ou 500 trabalhadores, essas lutas não têm um tão grande impacto público, mas têm resultados positivos para os trabalhadores.»



Um 1.º de Maio muito participado (fotos de Lisboa, aqui, e do Porto, em cima) confirmou a disponibilidade de luta dos trabalhadores

Lista unitária na RTP

Conquistou 8 dos 11 mandatos, nas eleições realizadas em 26 de Abril para a Comissão de Trabalhadores da RTP, a lista «U» (unitária, com participação comunista). A lista vitoriosa obteve 612 votos (69,4 %) e, enquanto a lista «A» (considerada afecta ao PS e que há muitos anos não concorria isoladamente) obteve 211 votos (23,9%) e conquistou 3 mandatos. A lista unitária venceu igualmente, por margem similar, as votações separadas para representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e no Conselho de Opinião, conquistando os cinco lugares em causa.

Tomé Feteira

O atraso no pagamento dos salários levou os trabalhadores da fábrica de limas Tomé Feteira, de Vieira de Leiria, a fazerem duas horas de greve na segunda-feira, deslocando-se ao Governo Civil. Em Leiria, os operários acusaram a administração de, desde há cerca de um ano, pagar metade do salário com uma semana de atraso e o restante uma semana depois, sem dar nenhuma explicação para o facto. Manuel Cruz, do Sindicato dos Metalúrgicos, disse à Lusa que os trabalhadores vão aguardar por uma resposta da administração até ao fim do mês, admitindo que venha a ser tomada «outra posição mais de força». «Se calhar já não basta vir apenas a Leiria, temos de ir a outro local», disse.

A Tomé Feteira tem cerca de 80 trabalhadores e já foi uma das maiores empresas do distrito. Estabilizou a sua situação financeira, depois de uma crise, há cerca de três anos. Manuel Cruz referiu uma «situação comercial favorável» e afirmou que o custo do pagamento total dos salários no final de cada mês custaria cerca de 40 contos de juros, considerando «perfeitamente ridículo que uma empresa desta dimensão estrague a sua imagem por tão pouco dinheiro».

IRS

Apesar da intimidação e tentativa ilegal de impor serviços mínimo, a greve de 3 de Maio, no Instituto de Reinserção Social, teve uma adesão elevada, informou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, indicando resultados de 50 por cento (colégios de Vila Fernando e Padre António Oliveira), 70 por cento (S. Fiel, Navarro de Paiva e Bela Vista), 95 por cento (distrito de Faro) e 100 por cento (distrito de Santarém). Os trabalhadores exigem a regulamentação do suplemento de risco, a revisão das carreiras, o recrutamento de mais pessoal e melhores condições de segurança.

Subsídio com mais dez escudos

EPAL pára hoje

Os trabalhadores da Empresa Portuguesa de Águas Livres exigem aumentos dignos dos subsídios de refeição, de turno e diuturnidades.

Reunidos terça-feira em plenário, decidiram avançar com esta greve, de 24 horas, apesar de aceitarem o aumento salarial de 3,2 por cento, proposto pela administração.

«O sindicato aceita os 3,2 por cento, desde que a EPAL compense os trabalhadores com o aumento dos subsídios», afirmou Navalhas Garcia, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, à Lusa. O sindicalista admitiu que, «se a empresa está, como diz, manietada pela administração central em termos de aumentos salariais, os trabalhadores aceitam os 3,2 por cento, desde que sejam compensados noutras rubricas».

Contestou a proposta da administração da EPAL, de um aumento de dez escudos no subsídio de refeição e de 0,5 por cento no subsídio de turno.

De acordo com Navalhas Garcia, os três por cento propostos pela empresa representam um aumento médio de cerca de 3700 escudos. Na proposta final apresentada pelo sindicato é ainda exigida a diminuição do horário de trabalho, de 39 para 38 horas, com efeitos a partir de

Junho deste ano. Contudo, a empresa só aceita a redução a partir do próximo ano. Na base da greve está também a reivindicação de mais dias de férias, ao ritmo de um por ano, até chegar aos 25 dias úteis, em 2002.

Durante a paralisação de cinco horas, que teve lugar no dia 4 de Maio, os trabalhadores concentraram-se frente às instalações da EPAL, na Avenida da Liberdade, onde foi

denunciada uma tentativa de violação da lei da greve. Muitos funcionários, refere a Lusa, disseram ter recebido uma folha de papel, identificada apenas como «nota interna», onde era pedida a identificação do trabalhador que optasse por fazer greve. Um dos trabalhadores adiantou, na altura, que nessa «nota interna» os grevistas tinham que escrever o nome e o número da Segurança Social.



«Manietada» a administração na tabela salarial, as compensações são exigidas noutras rubricas

Sintra aguarda mais um mês

A greve de nove dias dos trabalhadores da recolha do lixo da Câmara de Sintra terminou anteontem, e a realização de uma terceira paralisação vai ser analisada daqui a um mês, quando a autarquia divulgar a abrangência da futura empresa municipal.

Reunidos em plenário, «os trabalhadores decidiram dar um voto de confiança à autarquia e esperar que sejam divulgadas as freguesias onde

a empresa municipal, criada para gerir o serviço, vai actuar», disse, à Lusa, Fernanda Campos, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

A dirigente do STAL adiantou que os trabalhadores podem decidir a realização de uma nova greve, caso não seja abrangida pela empresa municipal toda a área do concelho.

A luta é motivada pelo receio dos trabalhadores e do sindicato

de que a empresa se destinasse a gerir apenas algumas zonas do concelho, sendo as restantes entregues a privados – solução inicialmente prevista pela Câmara e que originou uma primeira paralisação, entre 4 e 10 de Março. Na segunda greve, que teve início a 2 de Maio, o STAL voltou a acusar a Câmara de violação da lei da greve, devido à contratação de uma empresa privada e ao recurso a funcionários de

outros serviços da autarquia para a recolha do lixo.

Em carta aberta a Edite Estrela, distribuída dia 3, o sindicato e os trabalhadores contestam «a tentativa desesperada» da presidente da Câmara «no sentido de confundir a opinião pública, nomeadamente tentando conotar esta greve com a actuação de forças políticas do concelho». Repetindo as **provas desvantagens da entrega ou concessão da recolha do lixo a empresas privadas** – os custos com a empresa que opera no concelho aumentaram cerca de 240 mil contos em 4 anos, enquanto a admissão de mais 20 trabalhadores e o aluguer de 5 viaturas permitiriam poupar cerca de 200 mil contos por ano –, afirma-se no documento que «só a intransigência e o comprometimento com outros interesses, que não os dos trabalhadores, da autarquia e da população, podem levar vossa excelência a permitir a continuação de uma greve que a todos prejudica, fundamentalmente trabalhadores e população».



A ameaça de privatização deixou Sintra cheia de lixo durante quase duas semanas

Dia da Segurança Social assinalado em Setúbal

«O Governo não pode agradar a gregos e troianos», protestou a União dos Sindicatos de Setúbal, que na segunda-feira assinalou o Dia da Segurança Social com uma distribuição de propaganda junto ao CRSS da capital do distrito.

A USS/CGTP, na nota de imprensa em que anunciou a iniciativa, critica o comportamento do Governo, afirmando que «não adianta dizer que quer uma melhor protecção social no futuro e

promover uma reforma financeira do sistema, quando ele próprio propõe o plafonamento e a selectividade que animam os projectos do CDS/PP e do PSD».

Para a União, «numa altura em que se encontram na Assembleia da República vários projectos de Lei de Bases, que em breve irão começar a ser discutidos na especialidade, o dia 8 de Maio adquire uma especial importância», pois a Segurança Social «é património de

quem trabalha e as opiniões dos trabalhadores devem ser tidas em conta na discussão que se avizinha».

A estrutura distrital da CGTP recorda que «os trabalhadores já demonstraram, na anterior legislatura, que são contra as intenções de pôr termo à universalidade do sistema; o estabelecimento de tectos contributivos (plafonamento), ou seja, os salários só descontariam para a Segurança Social até determinado montante,

acima disso os descontos iam para o bolso das seguradoras; e a imposição da selectividade nas prestações, as quais passariam a ser determinadas de acordo com os rendimentos declarados».

Com tais alterações, «as injustiças aumentariam», «quem contribui e declara todos os rendimentos seria penalizado relativamente a quem não o faz», pelo que a modificação «seria um ataque à solidariedade e um incentivo à fraude».

Mineiros em luta

Com 95 por cento de adesão, os mineiros da Panasqueira estiveram em greve no dia 4, durante duas horas por turno, cumprindo um programa de luta por aumentos salariais. O sindicato da Indústria Mineira admitiu o alargamento da paralisação, caso a administração não retome as negociações com respostas favoráveis. O STIM/CGTP recorda, na nota que divulgou no início da greve, que um representante do Governo informou uma delegação do sindicato, numa audiência que teve lugar a 26 de Abril, que tudo indica que a situação da empresa tem uma evolução positiva e está controlada aos diversos níveis. Chegou mesmo a admitir que as admissões de pessoal irão continuar.

Maquinistas requisitados

Para a CGTP-IN, a requisição civil dos maquinistas da CP, decretada na semana passada pelo Governo, representa um «acto autoritário de quem, não tendo capacidade de prevenir os conflitos, permitindo que os cidadãos em geral – também eles trabalhadores – fiquem sujeitos a todos os transtornos que resultam de uma greve do tipo da que se encontrava em curso, limita-se a recorrer a um mecanismo de natureza administrativa, sem resolver, uma vez mais, as causas que estão na sua origem».

Por outro lado, refere a nota distribuída dia 3 pelo Departamento de Informação da central, «não podemos esquecer que estamos a viver um período de grande conflitualidade em todo o sector de transportes, e não só», porque as negociações colectivas estão bloqueadas e por responsabilidades do Governo.

A CGTP recorda que o conflito expresso nas greves dos maquinistas não é novo, «pelo contrário, é um conflito que está latente há vários anos, reflecte um descontentamento generalizado entre os trabalhadores e é consequência da política laboral desenvolvida pelos sucessivos governos e conselhos de gerência daquela empresa, baseada em processos de divisão sindical, de discriminações de toda a ordem, bem como de favorecimentos ilegítimos».

GUARDA Não aos aumentos!

A Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP diz não ao aumentos dos preços e exige o aumento dos salários e das pensões. Assim, no documento que distribuiu à população, no âmbito acção de informação e esclarecimento sobre o aumento dos preços que realizou, na segunda-feira, a DORG começa por lembrar que os aumentos - telefones, gás, transportes - não são apenas de agora e todos os dias se verificam, precisamente numa altura em que as famílias já sentem o efeito do aumento das taxas de juro no crédito à habitação.

O PCP lembra ainda que nas greves e acções de protesto que se estão a registar os trabalhadores não lutam só pelas suas justas reivindicações mas também para fazer recuar uma política que agride todos os trabalhadores e vastos sectores da população e dá centenas de milhões de contos de benefícios fiscais aos bancos e à especulação financeira.

S. MAMEDE DE INFESTA Elevação a cidade

Para a apresentação do Projecto de Lei visando a «Elevação da vila de S. Mamede de Infesta, do concelho de Matosinhos, à categoria de cidade», a Comissão de Freguesia de S. Mamede de Infesta do PCP realizou, na segunda-feira, uma iniciativa junto do edifício da Junta de Freguesia.

Apresentado pelos deputados comunistas João Amaral e Honório Novo, este projecto de lei corresponde a um compromisso assumido pela CDU na campanha eleitoral para as autárquicas de 1997, e pretende dar resposta a um anseio manifestado pelos mamedenses.

Na iniciativa promovida pelo PCP participaram Anabela Mota, membro da Direcção Regional do Porto e da Comissão de Freguesia de S. Mamede de Infesta, o deputado Honório Novo e José Pedro Rodrigues, membro da Assembleia Municipal de Matosinhos.

SETÚBAL Governo silencioso

As Comissões Concelhias de Alcochete, Montijo e Palmela do PCP, em comunicado de imprensa, exigem um debate público sobre a construção de uma incineradora de munições militares pela empresa estatal IDD, nas instalações da Fábrica de Explosivos Extra, junto às portagens do Pinhal Novo, na auto-estrada A12. Anunciada a sua construção em finais de 1999, não surgiu até ao momento, o mínimo indício por parte do Governo de proceder a «uma cabal e transparente divulgação das várias vertentes do processo», satisfazendo, como seria natural, as legítimas preocupações com a qualidade de vida e a saúde pública das autarquias locais e das populações da região.

Assim, as Comissões Concelhias do PCP repudiam «o silêncio que se arrasta» e, apelando à atenção interveniente da opinião pública, reclamam a imediata abertura de um debate público sobre uma questão tão complexa como é a instalação da incineradora de resíduos militares.

MEM MARTINS Alunos protestam

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP está solidária com os alunos da Escola Secundária de Mem Martins que, no dia 4, fecharam-na a cadeado, como forma de protesto pela inexistência de um Pavilhão Gimnodesportivo.

De facto, para a Concelhia do PCP é «lamentável» que, 6 anos após a realização de um protocolo entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Sintra para a construção de Pavilhões Gimnodesportivos nas escolas do concelho, ainda não se encontre construído o Pavilhão da Escola de Mem Martins e, por isso, os alunos sejam impedidos de ter aulas de Educação Física.

Para o PCP, as responsabilidades pela inexistência do Pavilhão cabem tanto à Câmara e à sua presidente como ao Governo que não toma medidas que obriguem ao cumprimento do protocolo assinado.

Governo e deputados do PS
discriminam o distrito de Portalegre

Um distrito adiado

Emprego, saúde e desenvolvimento foram as questões que mais atenção mereceram à Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP na reunião que efectuou para analisar a situação política e social existente no distrito.

Na conferência de imprensa, onde deu conta das suas conclusões, a DORPOR constatou, no que respeita ao emprego, que em cada 100 trabalhadores por conta de outrem, 20 estão no desemprego e, dos restantes, 40% têm um emprego precário. Quanto aos salários, é «escandaloso» que o salário do distrito seja apenas 70% do «já magro salário médio nacional», principalmente tendo em conta os recentes aumentos verificados no preço dos telefones, do gás, dos transportes e das taxas de juro no crédito à habitação.

Em relação à saúde, os comunistas denunciam as intenções do Governo de diminuir a comparticipação do Estado nos medicamentos e acusam-no de insistir em despojar as populações do atendimento permanente em cuidados de saúde, como já acontece, por exemplo, em Avis, Campo Maior e Montargil.

«Escandalosa» é também, para a DORPOR, a discrimi-

nação a que o Governo e os deputados do PS eleitos pelo distrito praticaram em relação a Portalegre quando da discussão do PIDDAC e da atribuição de verbas aos municípios.

O distrito «continua adiado», diz o PCP, referindo obras de grande importância para Portalegre e prejudicadas no Orçamento do Estado, como são a Barra-

gem do Pisão ou a IC13.

Quanto ao TVG, «apesar dos consensos reais e de muita propaganda», a opção apresentada no mapa apresentado pelos deputados do PS - apontando o seu traçado entre Guarda e Castelo Branco - apenas serve para agravar o seu custo em 60 milhões de contos. Por sua vez, o programa para a Requalificação Urbana das Cidades, o Polis, apesar de vocacionado para corrigir assimetrias, deixa de fora três cidades «do distrito

Em cada 100 trabalhadores por conta de outrem, 20 estão no desemprego

mais deprimido» do País: Elvas, Ponte de Sor e Portalegre.

Por fim, «a acentuar estas discriminações», o PCP regista a

escolha do distrito para as comemorações do Dia Nacional da Segurança Social - cujo conteúdo «revela gastos sumptuosos e é pouco compatível com o lema da iniciativa» - e denuncia o facto de as comemorações se repartirem exclusivamente por concelhos de gestão PS, em «clara instrumentalização com objectivos pré-eleitorais».



Dirigentes regionais do PCP alertam para problemas do distrito

Vila Franca de Xira

Assembleia reúne domingo

Com três objectivos fundamentais - fazer o balanço da actividade nos últimos dois anos, definir as prioridades e as orientações de trabalho para os próximos tempos e eleger uma nova comissão concelhia - está em preparação a 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, que se realiza no próximo domingo, no Salão dos Bombeiros da Póvoa de Santa Iria.

Nessa fase de preparação, foram realizadas 22 reuniões e assembleias de militantes, apresentadas cerca de 50 propostas de alteração e adendas ao documento-base em discussão e eleitos os delegados à Assembleia, num total de 230.

Simultaneamente, a Comissão Concelhia actual tem vindo a organizar uma proposta - que ainda se desconhece - de constituição da

nova Concelhia, a levar à Assembleia. Sabe-se, entretanto, que dela farão parte um maior número de membros ligados ao mundo do trabalho, mais jovens e outros elementos que pela primeira vez irão integrar o novo organismo dirigente do concelho.

O slogan da Assembleia - «Reforçar o PCP, tomar a iniciativa» -, devido ao trabalho preparatório realizado, começa entretanto a dar frutos,

sendo que nos últimos dois meses já aderiram ao PCP de Vila Franca 40 novos militantes, na sua maioria jovens entre os 20 e 30 anos.

No decurso dos trabalhos da Assembleia, vai ainda ser apresentada a apreciação que os comunistas do concelho fazem à gestão PS na Câmara Municipal e debatidas as consequências negativas resultantes dessa gestão para as populações.



Carlos Carvalhas com reformados Cerca de duas centenas de reformados juntaram-se em animado convívio, na sexta-feira passada, na Casa do Alentejo. A iniciativa, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi simultaneamente um pretexto para a exigência de pensões dignas e uma forma de protesto pelo aumento do custo de vida.

5.ª Assembleia do Porto aprofunda debate político

Unidos num mesmo ideal

Dezenas de reuniões preparatórias debateram profundamente o Projecto de Resolução Política aprovado no decurso dos trabalhos da 5.ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP que, no sábado, reuniu, no Cinema Terço do Porto, mais de 400 delegados e dezenas de convidados.

A Resolução Política aprovada com um voto contra e 10 abstenções pelos delegados à 5.ª Assembleia do Porto reflectiu, assim, a avaliação que os comunistas fazem da evolução social e política do distrito nos últimos três anos, mas também os principais temas em debate no Partido, com vista ao 16.º Congresso, e as preocupações que mais os inquietam.

Durante os trabalhos, que tiveram a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, foram proferidas mais de trinta intervenções que permitiram confrontar diferentes pontos de vista, tendo porém a irmaná-las, como sublinhou Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, «um mesmo ideal e projecto».

O enfraquecimento do sector produtivo, a falta de investimento, o desemprego e os baixos salários que caracterizam a região do Porto foram motivo de denúncia de Emídio Ribeiro que atribui a esta política a responsabilidade pelo aumento da pobreza, da exclusão social, da delinquência e da degradação da vida pública visíveis no distrito.

Neste quadro, o PCP, como grande partido dos trabalhadores, interveio sempre e activamente «em defe-

sa dos interesses dos trabalhadores e das populações». Mas, para o dirigente comunista, impõe-se reforçar mais ainda essa intervenção e influência, pois existe no distrito «um amplo campo social e político» para o crescimento do Partido.

Para tanto, é essencial «conhecer bem quais os seus militantes, em que sectores sociais se inserem hoje e qual a sua relação com o meio onde em princípio devem intervir» e fazer um grande esforço de renovação e rejuvenescimento» como «o melhor seguro de vida do Partido para o seu futuro».

Um Partido diferente

A situação do emprego, da educação, da saúde, dos transportes e do saneamento básico no distrito, a falta de incentivo à fixação das populações em zonas desertificadas, a intervenção junto dos trabalhadores e da juventude e, fundamentalmente, a necessidade de reforço da actividade partidária e de valorização do trabalho militante anónimo, foram questões abordadas por vários participantes. Outras intervenções preocuparam-se com as alterações resultantes dos avanços tecnológicos e da «proliferação de instrumentos audiovisu-

ais difusores de uma ideologia neoliberal, individualista e conformista» e com a ofensiva capitalista que visa atingir e mesmo eliminar direitos dos trabalhadores. Outras, ainda, orientaram-se no sentido da reafirmação da natureza de classe e dos princípios programáticos do Partido. Esta foi, aliás, uma tónica que sobressaiu em diversas alocações: a necessidade de aprofundar o debate político e ideológico entre as organizações do Partido. E enquanto uns defendiam a necessidade de encontrar formas criativas de intervir publicamente, abrindo-as com «ousadia à colaboração qualificada dos que, embora exteriores ao Partido, estão disponíveis para o enriquecimento dessa intervenção», outros insistiam na reafirmação na natureza de classe do PCP, nos seus princípios e objectivos, de forma a que o Partido «não seja um Partido mais» mas sim «um Partido melhor e diferente».

Em comum todas as intervenções apresentavam a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da realidade e da busca de medidas de organização que enraizem o PCP ainda mais na classe operária e nos trabalhadores, de molde a manter-se como «a grande força motriz da transformação e do progresso».

O adiantado da hora pôs fim à discussão, ficando por fazer mais de uma dezena de intervenções. Antes de Carlos Carvalhas encerrar os trabalhos, a Assembleia elegeu, com 14 votos contra e 13 abstenções, a nova Direcção Regional, composta por 38 elementos, nove dos quais mulheres.



Renovação e rejuvenescimento são preocupações do PCP no Porto

Comunistas marcam diferença

A Resolução Política aprovada pela 5.ª Assembleia da ORP começa por traçar as características da evolução económica e social do distrito, nestes últimos três anos, marcada pelo enfraquecimento dos sectores produtivos, por um crescimento desordenado e caótico, por elevados níveis de desemprego e altos níveis de pobreza e por uma maior intervenção privada no domínio do serviço público.

Assiste-se a um processo de intensificação da exploração social e de desvalorização do trabalho humano, contra o qual o movimento sindical - onde os comunistas têm reconhecida influência - tem desempenhado um importante papel.

Mas outros movimentos sociais têm, igualmente, tido presença marcante na mobilização cívica que se vem registando. Envolvendo milhares de associações e centenas de milhar de associados, as colectividades de cultura e recreio, as associações de agricultores e produtores pecuários, os conselhos directivos dos baldios ou as associações de estudantes, assumem um papel cada vez mais activo, substituindo em muitos casos o Estado.

Eleger mais candidatos

A acção dos comunistas tem sido uma constante em todo este movimento social e tanto os deputados do PCP eleitos na Assembleia da República pelo distrito do Porto como os

deputados do Parlamento Europeu têm realizado um vasto conjunto de contactos com os trabalhadores e as populações, na sequência dos quais têm apresentado requerimentos, moções e intervenções em defesa das aspirações e reivindicações da região e do País, marcando a diferença em relação às outras forças políticas.

A Resolução Política traça, assim, as principais direcções em que a luta dos comunistas do Porto se deve desenvolver e que vão da luta pelo aproveitamento pleno das potencialidades da região, contra o trabalho precário e pelo emprego ou por uma escola pública de qualidade, uma rede eficaz de prestação de cuidados de saúde, até à adopção de novas formas unitárias e agilizadas de dinamização e direcção de lutas concretas.

A intervenção autárquica e as próximas eleições de 2001 mereceram atenção especial na Resolução que, à partida, aponta dois objectivos: afirmar a CDU como a grande força política alternativa; alterar o quadro bipartidário existente, com a eleição de mais candidatos da CDU.

Por fim, considerando o recrutamento de jovens como questão prioritária do trabalho, a Resolução aponta outras medidas de direcção, de se destaca a liquidação do Conselho Regional que, após vários anos de experiência, mostrou não atingir os objectivos que levaram à sua constituição.

Carlos Carvalhas alerta

Capitalismo mantém a sua essência

Na intervenção que proferiu no Porto, Carlos Carvalhas começou por denunciar a política do Governo e as medidas adoptadas no Orçamento de Estado que, mantendo os privilégios à banca e os benefícios fiscais de largos milhões às actividades financeiras e especulativas, revelam «uma grande sensibilidade» para com «os grandes interesses, o capital financeiro e a sua clientela». Esta política, diz Carvalhas, tem feito aumentar o descontentamento dos portugueses em relação ao Governo que, «para evitar discutir o conteúdo das políticas», optou por confessar os erros, embora dizendo que as medidas eram «inevitáveis», e por atribuir a situação «ao facto do primeiro-ministro estar mais tempo fora do que dentro».

Porém, «as causas do descontentamento e do protesto não estão nas viagens do primeiro-ministro, mas numa política de concentração de riqueza, que aperta o cinto aos trabalhadores e o alarga aos grandes senhores do dinheiro», prossegue o secretário-geral do PCP, considerando «inaceitável» a recusa do governo em renegociar as tabelas salariais da administração pública e a sua «intransigência» face às justas reivindicações dos trabalhadores dos transportes.

Referindo-se ao discurso televisivo do primeiro-ministro, Carlos Carvalhas entende que ele e o seu Governo «bem nos podiam poupar ao seu choradinho estudado e hipócrita sobre as dificuldades do país e as limitações orçamentais em que

baseia a sua intransigência face à movimentação social», já que esse choradinho «nunca foi usado para rejeitar as reivindicações do grande capital». Aliás, foi «um Governo do PS que conseguiu bater todos os recordes nacionais de favorecimento escandaloso dos grandes senhores do dinheiro» e que, agora, no Orçamento de Estado para 2000, «chumbou todas as nossas propostas de uma reforma fiscal justa», voltando «a dar centenas de milhões de contos de benesses e isenções fiscais ao grande capital financeiro».

Quanto às acusações de «manipulação política» das greves, Carlos Carvalhas diz que o PCP «está solidário com os trabalhadores e as outras camadas em luta» e vai continuar a dedicar «parte essencial da capacidade de intervenção generosa dos seus militantes e da acção política geral do Partido» à dinamização da movimentação social, à defesa dos direitos e aspirações do mundo do trabalho, ao combate pela justiça social e à exigência de uma nova política, que não favoreça «os poucos do costume» e sacrifique «os muitos de sempre».

Conhecer a realidade

Centrando, depois, a sua intervenção na preparação do próximo Congresso do PCP, Carlos Carvalhas aponta como

objectivo a realização de «um grande esforço para imprimir uma maior dinâmica e iniciativa na intervenção política do Partido, na sua ligação aos trabalhadores, aos jovens e a outras camadas sociais, alargar a sua influência social, política e eleitoral», afirmando ainda mais o PCP «como Partido da classe operária e dos trabalhadores, como Partido insubstituível na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País pela democracia e o socialismo».

Defendendo o reforço do «poder de atracção política e ideológica» do PCP, «numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus valores, ideais e projecto e de afirmação da sua identidade», Carlos Carvalhas afirma ainda que é preciso «conhecer melhor a realidade para a transformar». É que, apesar das transformações impostas no mundo pela luta dos trabalhadores e dos povos, o capitalismo mantém a sua essência - «a acumulação do capital e a exploração dos trabalhadores são dois processos e realidades inseparáveis» - e, neste virar do século, «em que as forças produtivas registam um grande desenvolvimento, em que as conquistas científicas e técnicas são marcantes, a humanidade continua sem resolver os problemas da fome, das chagas sociais mais chocantes, do desemprego massivo a que são condenados milhões e milhões de homens e mulheres».

Viseu Universidade em questão

A petição em defesa da criação urgente da Universidade Pública de Viseu foi discutida, na sexta-feira, no plenário da Assembleia da República.

A propósito da subida do assunto a plenário, o Secretariado da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, considera que «este é o momento certo para a clarificação de posições relativamente a esta matéria que constituiu promessa eleitoral de todos os partidos». Aliás, durante a discussão, o deputado do PCP, lembrando igualmente que a criação da Universidade de Viseu constava de todos os programas eleitorais, disse que o projecto correspondia «a uma profunda aspiração das populações».

Vínculos precários na Universidade Aberta

A situação dos funcionários da Universidade Aberta que se encontram com vínculo precário, apesar de desempenharem funções permanentes, foi motivo de um requerimento dirigido ao Governo pelos deputados comunistas Bernardino Soares e Luísa Mesquita. No texto, é concretamente referido um grupo de trabalhadores contratados a termo desde Maio de 1998 que haviam exercido funções antes dessa data (desde Setembro de 1996) «em regime de falsa prestação de serviços».

Terminando o contrato em 30 de Abril, foram informados em Janeiro de que «não haveria descongelamento de vagas para resolver a situação». Posteriormente, prosseguem os deputados do PCP, tendo sido «confrontados com o compromisso do Governo quanto à prorrogação de contratos precários na função pública até à resolução definitiva do problema, verificaram que os trabalhadores da Universidade Aberta não seriam abrangidos por esta medida».

Face à situação, os deputados requerem ao Ministério da Educação que os informe «das medidas que pretende tomar para garantir a manutenção do posto de trabalho destes trabalhadores e nomeadamente a sua vinculação definitiva aos quadros da Universidade Aberta».

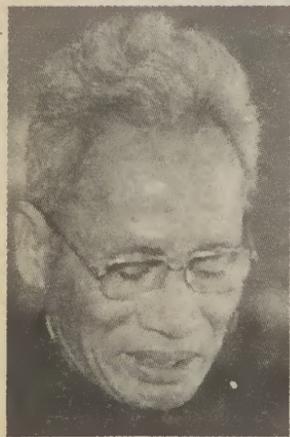
Faleceu Pham Van Dong

Por ocasião da morte de Pham Van Dong, recentemente ocorrida, o Secretariado do Comité Central do PCP dirigiu ao Comité Central do Partido Comunista do Vietnam o seguinte telegrama de condolências:

«Queridos camaradas,

Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Pham Van Dong, dirigente histórico do Partido Comunista do Vietnam e do movimento comunista internacional. Recordando

a sua vida dedicada à causa da liberdade e do socialismo e a sua grande contribuição para a heróica vitória do povo vietnamita sobre o colonialismo e o imperialismo, transmitimo-vos as nossas sinceras condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.



▼ CAMARADA FALECIDO

António de Figueiredo Espírito Santo

Faleceu, no dia 22 de Abril, com 70 anos, o camarada António de Figueiredo e Meneses da Graça do Espírito Santo. Participou desde jovem na luta antifascista, tendo então aderido ao MUD Juvenil. Depois do 25 de Abril, ficou organizado no sector da Função Pública da ORL, de cujo organismo de Direcção fez parte. Actualmente, apesar de aposentado, estava integrado na célula do Ministério da Agricultura, continuando a dar um contributo de grande disponibilidade e dedicação ao trabalho do Partido no sector. Fazia parte, desde há muitos anos, do coro Lopes-Graça da Academia dos Amadores de Música.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Hospitais das Misericórdias
aplicam taxas ilegais no distrito de Braga

Urge renegociar protocolo

As novas taxas de comparticipação que as Misericórdias do distrito de Braga estão a cobrar aos utentes para além de ilegais são uma violência social e uma imoralidade, denuncia em comunicado à opinião pública a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP.

De facto, os hospitais das Misericórdias de Esposende, Fão, Riba d'Ave e Vila Verde já estavam a cobrar aos doentes que a eles recorriam, por não encontrarem resposta nos respectivos Centros de Saúde, uma taxa de 500 e 1000 escudos, valor acima da taxa legal estabelecida no acordo feito com o Ministério da Saúde. Agora, por decisão exclusiva da União das Misericórdias, as taxas cobradas

vão desde os 1500\$00 em Esposende, aos 1650\$00 em Vila Verde e aos 2000\$00 em Fão, ou seja, 3, 4 e 5 vezes mais que o valor da taxa legal. Nem os utentes que estão isentos, como os reformados ou os beneficiários do rendimento mínimo, são poupados, pagando, por exemplo, 1100\$00 em Esposende e 1250\$00 em Vila Verde.

Para a DORB do PCP, já não bastavam as taxas moderadoras, as dificuldades nas urgências, as listas de espera nos hospitais ou a falta de médicos. Só faltava, agora, que as Misericórdias, desrespeitando um protocolo com o estado, decidissem «tornar o direito à saúde ainda mais caro».

Entretanto, o Ministério da Saúde «encolhe-se», acusa o PCP, tornando-se, por isso, responsável por uma situação de desigualdade de tratamento dos cidadãos do distrito, já que um utente que viva em Vila Verde, Riba d'Ave, Fão ou Esposende,

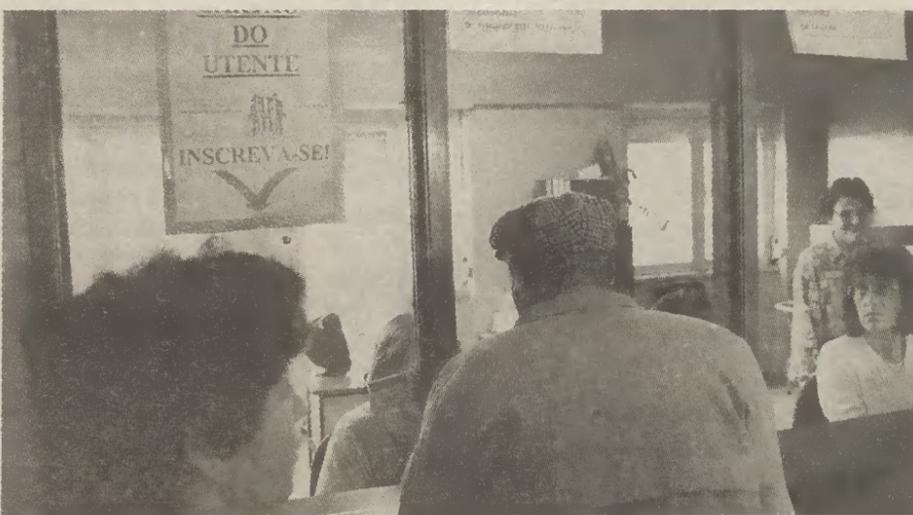
O Ministério da Saúde está a permitir situações de desigualdade

em certas horas do dia, paga mais caro por um direito do que os que vivem em Braga, Famalicão ou Guimarães, afinal pela única razão de não terem

assistência em unidades de saúde da sua área e serem obrigados a recorrer aos hospitais das Misericórdias.

O PCP entende que se as Misericórdias tiverem direito a uma compensação mais elevada pelos serviços que prestam, de acordo com o protocolo que assinaram com o Ministério da Saúde, então esse protocolo terá de ser renegociado, devendo o Estado assumir os aumentos daí resultantes até que a renegociação seja ultimada.

Por fim, os comunistas protestam contra a manutenção de uma tal situação e, declarando que irão fazer tudo, seja na Assembleia da República, através do seu deputado, seja noutras instâncias da democracia, para que a mesma seja corrigida pelos responsáveis da Saúde, apelam à população, às Comissões de Utentes, às autarquias, aos sindicatos e outras organizações para que assumam posição contra esta ilegalidade e mesmo que se recusem, onde seja possível, a pagar uma taxa que é ilegal.



O valor das taxas cobradas é 3, 4 e 5 vezes superior ao seu valor legal

Sector de Transportes prepara Assembleia

As organizações do Partido prosseguem a realização de Assembleias para fazer o balanço de actividade política e definir orientações de trabalho para o reforço do Partido nos respectivos sectores. Neste momento, as assembleias têm a importância acrescida de poderem inserir o debate na preparação do 16.º Congresso do Partido, a realizar em Dezembro.

No dia 27 de Maio, é a vez da Organização do Sector de Transportes levar a efeito a sua 7.ª Assembleia, que decorrerá no Centro de Trabalho Vitória.

Começando por fazer a análise da evolução dos transpor-

tes durante os Governos do PS, cuja política de direita levou ao desmembramento de empresas, privatização e desregulamentação, acompanhada de ataques aos postos de trabalho e aos direitos dos trabalhadores, no sentido da entrega total do sector ao capital privado nacional e internacional, os comunistas apontam as medidas que consideram necessárias para travar essa ofensiva, entre as quais se destaca a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, com efectiva intervenção ao nível do planeamento e de opções de investimento.

A par destas medidas, o PCP defende a unidade dos

trabalhadores na luta a desenvolver contra os ataques que lhes estão a ser desferidos e considera que apesar da mobilização do movimento sindical unitário e do elevado índice de sindicalização, persiste o fenómeno do divisionismo, para o qual a UGT continua a contribuir e é apoiado fortemente pelas administrações das empresas.

O PCP, como partido revolucionário, cujo objectivo é a transformação da sociedade e o combate tenaz ao capitalismo, tem nessa luta um papel determinante. Entretanto, as alterações verificadas nas empresas do sector de trans-

portes, levando à extinção de milhares de postos de trabalho, impõem a tomada de medidas para melhorar a ligação entre os militantes e entre estes e os trabalhadores.

Também nesse sentido, no reforço da organização e da ligação aos trabalhadores, a 7.ª Assembleia do sector de Transportes da ORL vai apontar linhas de trabalho que passam, naturalmente, pela intensificação do recrutamento, designadamente de jovens, pela melhoria do funcionamento dos secretariados de células e por uma maior divulgação aos trabalhadores das posições do Partido.

Belas comemora Abril

A Comissão de Freguesia de Belas do PCP organizou, no domingo, com a participação de António Dias Lourenço, um almoço comemorativo dos 26 anos do 25 de Abril.

Durante o almoço, que teve a presença de cerca de uma centena de camaradas e amigos, Dias Lourenço fez uma intervenção onde lembrou os acontecimentos ligados a esta data histórica para o povo português e falou da luta do Partido durante a clandestinidade.



SINTRA Protesto na Linha

A polícia dispersou, na semana passada, cerca de 2 mil pessoas que bloqueavam a linha de Sintra, depois de, por erro da administração, terem sido obrigadas, ao longo de uma hora, a mudar constantemente de comboio (que nunca chegou a partir).

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP repudia a forma como a Administração da CP e o Governo estão a tratar os utentes daquela linha, considerando que tais procedimentos vêm na sequência de outras atitudes prepotentes que têm sido tomadas em relação ao processo negocial em curso há 4 meses na empresa e que obrigou os trabalhadores a recorrerem à greve. O PCP denuncia, ainda, a situação insustentável que os utentes vivem diariamente - incumprimento de horários, catenárias que caem, mortes na linha -, sublinhando que a requisição civil, longe de resolver os problemas dos trabalhadores e dos utentes, apenas serve para extremar posições.

AVIS Situação social degrada-se

A Comissão Concelhia de Avis do PCP, depois de analisar a situação social e política do concelho, concluiu que as condições de vida continuam a degradar-se na região, onde o desemprego subsiste. Os POCs, os subsídios de desemprego e o rendimento mínimo servem para «minimizar» temporariamente as dificuldades mas «não criam postos de trabalho com direitos». Por outro lado, os projectos de formação financiados pelos Fundos Comunitários «não têm conta as aptidões das pessoas nem as necessidades da zona», apenas servindo para «criar ilusões».

Entretanto, as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, quando da discussão do Orçamento do Estado, para a melhoria da qualidade de vida do concelho, foram rejeitadas pelo PS, designadamente os deputados socialistas eleitos pelo distrito, que mostraram assim «o interesse» que eles e o Governo têm em relação a Avis.

CASCAIS Desemprego e precarização

Baixos salários, desemprego e precarização são problemas que os trabalhadores de Cascais sentem particularmente, em resultado da política que o Governo do PS está a executar e que a Câmara Municipal segue relativamente ao concelho. A falta de redes viárias, o ambiente, a habitação e os transportes são ainda problemas sentidos em Cascais para os quais a Comissão Concelhia do PCP chama a atenção, ao mesmo tempo que defende a preservação, «em acções e não só em palavras», do Parque Nacional Cascais/Sintra para uso das populações, nomeadamente com a proibição de construção neste «pulmão natural».

Em nota à comunicação social, o PCP valoriza, por fim, as importantes lutas dos trabalhadores e populações do concelho, em relação às quais manifesta o seu apoio, destacando, entre elas, a dos trabalhadores da Sonafi/Synthelabo contra o despedimento colectivo e dos trabalhadores da Euronadel por melhores salários e mais direitos, bem como as greves dos cozinheiros do Estoril Sol e luta dos trabalhadores da Câmara e SMAS por melhores salários.



Teimosos que eles são...

Uns decretaram o fim do comunismo e o declínio irreversível do PCP. Outros afirmaram-se os legítimos defensores da pureza do ideal comunista. Uns e outros não se distinguem, juntos, bem instalados na vida, usufruindo comodamente as mordomias do sistema.



José Soeiro
Membro
da Comissão
Política

Ontem...
Uns decretaram o fim do comunismo e o declínio irreversível do PCP, prognosticaram o fim das ideologias, concluíram pela inexistência da luta de classes dando como arrumado o sindicalismo, aplaudiram a restauração do capitalismo na Rússia e noutros países do Leste Europeu, anunciaram um mundo de paz e felicidade para toda a humanidade sob a égide do capitalismo e do seu máximo expoente, o imperialismo Norte Americano...

//O PCP existe, firme e inabalável nas suas convicções e princípios//

Outros afirmaram-se os legítimos defensores da pureza do ideal comunista, assumiram-se como os renovadores do comunismo, juraram-lhe fidelidade na praça pública, reclamaram a demissão da direcção do PCP, afirmaram a sua determinação de combate à social democracia e ao reformismo do PS, elaboraram plataformas de esquerda, proclamaram a sua liderança...

Hoje...
Uns e outros não se distinguem, juntos, bem instalados na vida, usufruindo comodamente as mordomias do sistema, apostam religiosamente na preservação do mesmo a qualquer preço, não se distinguem uns dos outros, apoiam intervenções militares contra países soberanos; partilham cumplicidades no saque aos países menos desenvolvidos; vivem com indiferença a morte e a miséria que atinge milhões de seres humanos sobretudo em África, Ásia e América Latina; trocam

sigilosamente a soberania nacional a troco de uns quantos Euros; advogam em defesa de uma Europa imperial e militarista ao serviço das grandes multinacionais; aplicam a cartilha do grande capital no que concerne à flexibilização, à precariedade, à desregulamentação laboral, ao emprego sem direitos, à privatização da segurança social, da saúde e do ensino; impõem baixos salários e reformas de miséria; condenam milhares de trabalhadores ao desemprego; aprofundam as desigualdades e as injustiças...

Preocupações ínúteis

Mas estão preocupados... estão preocupados com a perda de influência do PCP. Nem mais...

Daf o passarem agora parte do seu precioso tempo a dar conselhos aos comunistas dizendo-lhes como é que hão-de fazer para terem mais influência política e eleitoral.

Com um tom mais autoritário e sentencioso uns, com um tom mais paternalista outros, lá vão proclamando e gastando tinta a escrever que, para se afirmar na sociedade portuguesa, o PCP tem que se abandonar a sua natureza de classe, deixar de ser o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, numa sociedade moderna os partidos são interclassistas; tem que abandonar essa sua concepção materialista e dialéctica de ver o mundo, consubstanciada no conceito marxismo-leninismo, mesmo se essa concepção é necessariamente criadora e antidogmática e se enriquece constantemente com a prática e o incessante progresso dos conhecimentos, o marxismo-leninismo, dizemos, foi o mal de todos os males; tem que alterar os seus princípios orgânicos,

assentes no desenvolvimento criativo do centralismo democrático que, tendo como características básicas uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central, constitui um dos pilares essenciais da unidade e coesão do Partido.

Com muita paciência lá nos vão explicando que o PCP faz falta à democracia, que é um Partido importante e que até pode vir a ter um papel destacado na governação do País, mas para isso terá que mudar, terá que se democratizar, terá que se adaptar ao sistema e compreender que para preservar o mesmo não se pode deixar de pedir alguns sacrifícios aos trabalhadores por forma a assegurar a competitividade da nossa economia e tornar o nosso país mais atractivo para o investimento estrangeiro. Terá que compreender que é apenas no seio das instituições que deve colocar os problemas e deixar-se de manifestações e greves que só trazem instabilidade à governação do País.

Ideal comunista está vivo

Têm entretanto, hoje como ontem, um problema para o qual não têm solução... é que ontem como hoje o ideal comunista mantém-se bem vivo, não morreu. A construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, que liberte os trabalhadores e os povos da exploração e opressão capitalista, não é uma questão do passado mas do presente. O futuro da humanidade não passa pelo capitalismo mas pelo aprofundamento da democracia, pelo socialismo, pelo comunismo.

E têm um segundo problema que não é menor que o primeiro... o PCP existe, firme e inabalável nas suas convicções e princípios, profundamente enraizado no seio dos trabalhadores portador de um projecto para o nosso tempo, Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI, que se quer política, económica, social e cultural, no quadro de um Portugal soberano e independente, numa Europa de paz, dos trabalhadores e dos povos.

E depois... bem... depois há os trabalhadores e o povo que não baixam os braços e teimam em lutar, com o PCP, em defesa dos seus direitos e aspirações... teimosos que eles são.

António Lopes ao «Avante!»
sobre a reedição da Festa da Alegria

Voltar ao Minho para ir à festa

A Festa da Alegria vai voltar a animar o Norte do País, recuperando o lugar ímpar que ocupou ao longo de mais de uma década no panorama das festas populares do País. António Lopes, membro da Comissão Política e responsável pela Direcção Regional de Braga, fala das razões deste regresso e manifesta-se confiante no êxito da iniciativa.

A Festa da Alegria foi entre 1978 e 1991 um importante acontecimento político-cultural que ultrapassou largamente o âmbito regional em que se realizava, atraindo milhares de pessoas de vários pontos do País, que fizeram dela um sucesso continuado. Por que é que a sua realização foi interrompida? A Organização deixou de ter condições para a construir ou registou-se um desinteresse por parte dos visitantes?

António Lopes — Podemos garantir-vos que desde 1991, data em que deixou de se realizar a Festa, todos os anos, a nível da Direcção Regional de Braga e da própria Região Norte, quando preparávamos e planificávamos a actividade do Partido na região, discutíamos a possibilidade de realizarmos a Festa da Alegria. Simplesmente, chegávamos à conclusão que mediante o conjunto das tarefas e do trabalho do Partido que tínhamos pela frente, nomeadamente o conjunto vastíssimo de actos eleitorais que o Partido teve que encarar e perante as forças disponíveis que tínhamos, financeiras, humanas, etc., sempre acabámos por concluir que não tínhamos possibilidades de a realizar com o êxito e o sucesso a que nos habituáramos. E tal como já referimos na conferência de imprensa que

demos da apresentação da XIII Festa, a verdade é que também em todos estes anos, muitas foram as vezes em que fomos questionados por centenas de militantes do Partido e amigos da Festa, por que é que não fazíamos a Festa da Alegria? E que era uma pena perdermos esse património do Partido na Região. Portanto, não foi qualquer desinteresse por parte dos visitantes da Festa que nos levou a suspender a sua realização. Se existiu incompreensão da

importância da realização da Festa, ela só poderia ser da nossa responsabilidade.

Partido mais forte

Decorrido o interregno de nove anos, que razões levaram o Partido e nomeadamente a Organização Regional de Braga a reeditar a Festa da Alegria? A eleição de um deputado no distrito e o alargamento da base eleitoral da CDU e do Partido, foram algumas dessas razões?

Sem dúvida e naturalmente, a eleição de um deputado no distrito e o alargamento da base eleitoral do Partido e da CDU contribuíram para o reforço do ânimo e da vontade de realizar novamente a Festa. Mas julgo que a sua reedição se deve sobretudo a uma resposta muito positiva, não só

das organizações partidárias no Norte do País e particularmente do distrito de Braga, mas também a uma compreensão e uma manifestação de muito grande sensibilidade, disponibilidade e solidariedade do conjunto das organizações regionais do Partido no País e dos Organismos Executivos do Partido para a realização e concretização da XIII Festa da Alegria. Desde que foi anunciada a sua realização, foram inúmeras as manifestações de incentivo e congratulação pela nossa decisão de reeditarmos a Festa da Alegria, não só de camaradas de organizações partidárias, mas também de muitos amigos.

O figurino da festa popular aberta a todas as pessoas, independentemente das convicções políticas vai manter-se?

Não só se mantém, como pretendemos reforçar essa ideia. Não teria sentido que esta nossa festa fosse apenas para os comunistas. Pelo contrário, nós fazemos a festa, em primeiro lugar para os trabalhadores e o povo em geral da nossa Região. Apesar das muitas centenas de camaradas e

amigos que se deslocam todos os anos à Festa do «Avante!», e podemos dizer até que esse número tem crescido de ano para ano, continuará a ser um número muito pequeno relativamente à população da região que tem essa possibilidade. Sem tentativas de comparação, a Festa da Alegria é a possibilidade real de muitas camadas da população da região participarem numa iniciativa político-cultural do tipo da que realizamos.

Espaço de fraternidade

Qual a importância da Festa da Alegria no alargamento da influência do Partido a camadas da população que habitualmente não são sensíveis às mensagens políticas dos comunistas?

Essa pergunta relaciona-se um pouco com a anterior. A Festa da Alegria é na verdade uma iniciativa político-cultural única na região. Pelo conjunto de iniciativas dentro da

grande iniciativa que é a Festa, ela acaba por atrair sectores muito diversificados da população quer no plano social, quer no plano político. Ela permite ao mesmo tempo, pelo elevado número de camaradas que participam na Festa, um

convívio e uma relação entre comunistas e não comunistas que conduz quase sempre a uma grande aproximação no usufruto desse grande espaço de fraternidade e

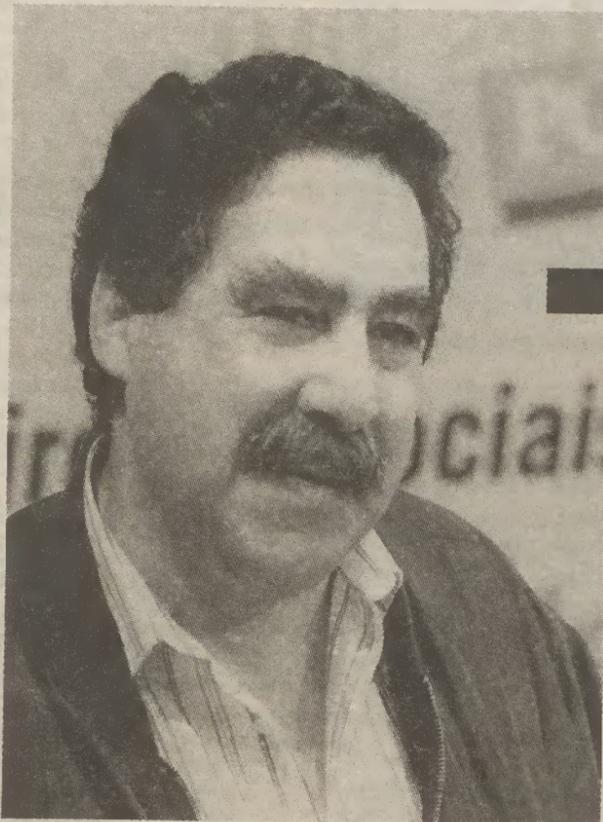
A Festa vai constituir um grande êxito de todo o Partido

democracia que é a Festa.

Sabemos como nesta região ainda existem fortes preconceitos anticomunistas e uma visão por vezes muito deformada, não só sobre os objectivos políticos do Partido, mas também sobre a própria maneira de ser dos comunistas. A Festa da Alegria contribuiu e continuará a contribuir para o desfazer dessas concepções, porque é capaz de associar não só à transmissão das mensagens políticas, a alegria e o convívio da própria Festa, ajudando a quebrar esse gelo e a imagem muitas vezes triste que se tem da política, e particularmente da intervenção dos comunistas.

Não se receia que o êxito possa estar comprometido pelo facto de a Festa ter estado tanto tempo fora do calendário das festas populares?

Não. Muito sinceramente não. Pelo contrário, pensamos que a sua realização passados nove anos e nas condições em vai ser realizada, vai constituir um motivo mais do que redobrado para que a Festa venha a ter uma participação recorde de visitantes. Não só construída pelos que tinham uma imensa saudade da Festa, mas também por todos os jovens



Nos dias 7, 8 e 9 de Julho

Cá vos esperamos

António Lopes — Aproveito para reforçar aqui o nosso convite a todos os camaradas e amigos para nos visitarem. Pela nossa parte, iremos fazer tudo dentro das nossas forças para criar as melhores condições para vos assegurar uma boa estadia durante os dois dias e meio da nossa festa. Temos a certeza de que não irão dar por mal gastos os 2.000\$00 que custa a entrada (Ingresso na Festa) e o longo passeio que alguns terão que fazer. Também é a oportunidade de visitarem este verde Minho, com recantos e paisagens lindíssimos, mas também de fortes lutas pela liberdade, pela democracia e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos nosso povo em geral. Cá vos esperamos nos dias 7, 8 e 9 de Julho!

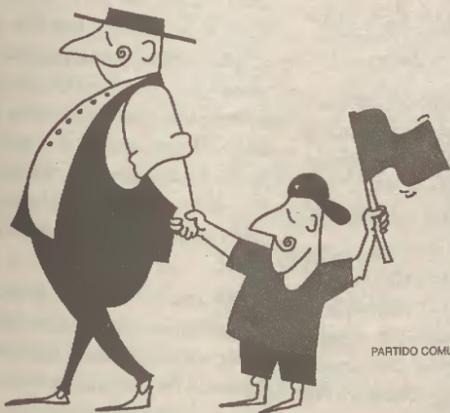


A Festa da Alegria só é possível graças ao trabalho de muitos militantes, que a organizam e constroem do primeiro ao último momento

A festa da Alegria está de volta.

7,8 e 9 Julho 2000

Parque de Exposições de Braga



ORGANIZAÇÃO DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PCP

que nunca tiveram a oportunidade de a conhecer. O conjunto de excursões que conhecemos dos vários pontos do País, são um sinal de que a Festa vai constituir um grande êxito do Partido, não só para a Região, mas para todo o Partido.

Trabalho militante

A Festa da Alegria, tal como outras grandes festas populares organizadas pelos comunistas após o 25 de Abril, caracterizou-se sempre por ser construída e realizada graças ao esforço e ao trabalho voluntário de centenas, se não milhares, de militantes. A semelhança do que se passa com a Festa do «Avante!», também na Festa da Alegria as organizações do partido espelhavam um pouco da realidade de todo o País. Qual vai ser a participação das organizações regionais naquela que será a XIII Festa da Alegria?

A possibilidade da realização da Festa da Alegria assenta, no fundamental, nesse trabalho voluntário e na enorme solidariedade das organizações regionais de todo o País. O nosso orçamento que aponta para despesas de mais de duas dezenas de milhar de contos,

sendo um valor já bastante elevado, está longe de corresponder ao verdadeiro custo da realização da Festa, já que só com esse orçamento era impossível realizar a Festa da Alegria com dimensão que alcançou. E esta é uma questão fundamental que nos distingue das outras forças partidárias da região que, apesar de terem uma força eleitoral e institucional muito superior à nossa, apesar de algumas tentativas de realizarem festas do tipo da nossa nunca o conseguiram.

Sendo ainda cedo para dar uma informação muito pormenorizada da participação das organizações regionais naquela que será a XIII Festa da Alegria, podemos informar desde já que estamos a contar com a participação de todas as organizações regionais do País e que essa participação terá, para além de uma muito rica presença da gastronomia regional, dos seus petiscos e vinhos, contará com exposições que procurarão divulgar o trabalho do Partido dessas organizações, aspectos de divulgação, das belezas paisagísticas e patrimoniais das regiões, animação com grupos artísticos locais, venda de artesanato, jogos populares, etc.



A animação não está limitada aos dois palcos. Tal como em edições anteriores, a Festa faz-se por todo o lado

Espectáculos, exposições, colóquios, gastronomia, artesanato Dois dias e meio de animação

Pelo Parque de Exposições de Braga vão passar nomes sonantes da música popular portuguesa e da Galiza. Fado, rock, jazz são alguns dos géneros musicais anunciados no programa, que aposta na diversidade de espectáculos e manifestações artísticas, onde se destacam o teatro, a poesia, as artes plásticas e a fotografia, estando já confirmada a exposição de Eduardo Gageiro «As 25 Fotos de Abril».

A Feira do Livro e do Disco propõe uma quantidade apreciável de títulos nas mais variadas áreas. Neste espaço os visitantes poderão ainda conversar ou pedir autógrafos aos autores portugueses que vão estar presentes.

Nos stands das organizações regionais do Partido, a par de um ambiente animado e acolhedor não faltará a boa gastronomia, os petiscos e os vinhos. A Festa da Alegria é também uma ocasião única para comprar artesanato de qualidade das diferentes regiões do país.

No programa de colóquios e debates sobre a actualidade política, sobressaem temas como «Os media, a sociedade e a democracia»; «Os grandes movimentos sociais da actualidade. As grandes causas e a solidariedade internacional face às ameaças da globalização».

A Festa terá o seu momento alto no sábado, pelas 21 horas, com a realização do Comício com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

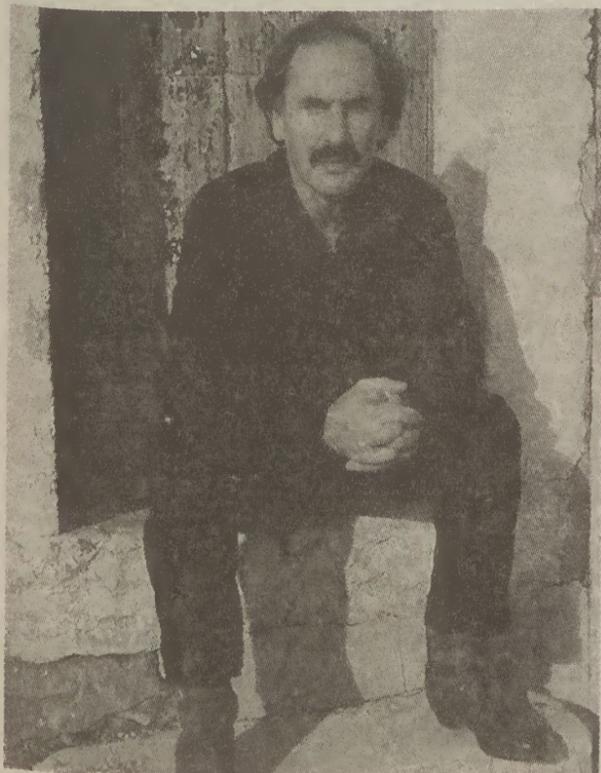


Sérgio Godinho + Clã

Espectáculos

Para sexta-feira, dia 7 de Julho, estão já confirmadas as actuações do grupo Ornatos Violeta e de Sérgio Godinho com o grupo Clã num espectáculo denominado «Afinidades». No sábado, o destaque vai para a voz da Galiza com Uxia, bem como para a presença de Vitorino com os cubanos «O Septeto Habanero».

Outros nomes estão já assegurados, nomeadamente o de Lura, que nos traz os sons de Cabo Verde; o jazz, com o Quarteto de Artur Caldeira; a música de José Afonso nas vozes de Ivo e de Jorge Barros; ou ainda o ritmo sul-americano com o Trio Los Cinco. Anunciado está ainda o Grupo de Teatro Moçambicano «Índico».



Vitorino



A quem serve o PS?

• Lino de Carvalho

José Saraiva, que se assina como jornalista e deputado do PS, escreveu no JN um artigo a que deu o título "Para que serve o PCP?". Melhor seria que o truculento deputado socialista se tivesse interrogado a ele próprio sobre a quem serve o Partido Socialista. É que, sejamos claros: este Partido Socialista, com as orientações que prossegue, não serve seguramente, já não ousa dizer os muitos portugueses que têm ilusoriamente acreditado numa mudança, para melhor, quando emprestam o seu voto ao PS, mas pura e simplesmente o País enquanto espaço-nação de interesses diversificados e contraditórios que quem governa, quando confrontado com opções concretas, tem obviamente de procurar articular.

servir para nada, ora outro dia é acusado de ser o responsável pela enorme onda de descontentamento que percorre o País e que, segundo uma espantosa afirmação de um outro destacado deputado (ex-euro-deputado) hoje socialista não se trataria mais do que movimentações de "elites laborais"!

O PS, no poder, escolhe invariavelmente como aliados para as suas opções estratégicas, a direita e, por vezes, a direita mais radical o que o torna, aliás, co-responsável pelo incremento de fenómenos demagógicos e populistas na vida democrática portuguesa.

E é isso que está também na génese de algum divórcio entre muitos portugueses e o sistema político, traduzido na elevada e crescente



No plano social é uma evidência que o PS, que usa quando está na oposição um discurso radical, desvaloriza profundamente o mundo do trabalho. É sintomático que os portugueses, quando interrogados sobre qual a benfeitoria de que se recordam do PS em matéria de políticas sociais a única que lhes vem à memória é a do Rendimento Mínimo Garantido que foi, salvo erro, a primeira (ou uma das primeiras) da anterior legislatura e que, sendo positiva, não tem como função atacar os desequilíbrios sociais nos seus fundamentos mas, pura e simplesmente minorar alguns dos seus efeitos. Porque, de resto, os direitos e interesses de quem trabalha são sempre alvo de grandes discursos palavrosos mas são sempre secundarizados nas opções estratégicas e nas decisões concretas do Governo socialista. Sempre disponível para responder às exigências e reivindicações dos interesses e lobbies económicos, sem hesitações nem adiamentos. Vejam-se os exemplos recentes em matéria de contrapartidas dadas aos, entre outros, grandes transportadores de mercadorias por causa do aumento dos preços dos combustíveis ou às orientações fundamentais do Orçamento de Estado para 2000, designadamente em matéria de política fiscal. Mas sempre reservado e fechado a considerar, com justiça, as legítimas reivindicações das Confederações Sindicais e dos trabalhadores, as suas preocupações em matéria de salários, pensões ou qualidade de emprego.

Para o Governo os trabalhadores e as suas movimentações são sempre vistos com desconfiança. Pelo contrário, as grandes Confederações patronais têm sempre as portas de S. Bento abertas de par em par. E o PCP ora um dia está acabado, sem poder mobilizador, sem

abstenção, por que se sentem traídos nas suas opções de voto socialistas e já não se revêem nos discursos palavrosos e no ar falsamente pesaroso e compreensivo do Eng.º Guterres e, depois, acabam por (embora erradamente) generalizar esse seu sentimento a toda a "classe política". Afinal, o que quer o Partido Socialista? Que o PCP sirva de biombo à esquerda à sua política à direita, já que o nome "socialista" que tem servido ao longo da história da democracia portuguesa para iludir muitos portugueses e criar, pelo menos transitivamente, almofadas de adormecimento dos descontentamentos sociais, já não parece conseguir esse objectivo? Seguramente que para isso não serve o PCP, porque o PCP não aliena as suas responsabilidades de Partido dos trabalhadores, de Partido responsável que procura dar voz na sua intervenção à pulsão dos que o poder gostaria de ver em silêncio perante políticas injustas, de Partido que não se quer limitar a gerir o sistema existente mas a contribuir para a sua transformação com outros sectores dinâmicos da sociedade portuguesa, de Partido que tem vocação e capacidades para ser poder mas para dar corpo a uma política de esquerda. Vale, aliás, por todo um pensamento, que José Saraiva (e com ele muitos dirigentes socialistas) critique o PCP pela sua "insuportável coerência". É o maior elogio que nos poderiam fazer. Mas é caso para perguntar: e o PS, a quem serve? Com que coerência? O PS, que está desorientado e em derrapagem, só tem de se queixar de si próprio.

Post-scriptum - Fernando Rosas terá afirmado que o PCP limita a sua actividade a "uma colagem às iniciativas do Bloco de Esquerda". Estaria o distinto bloquista a pensar no facto do BE ter copiado quase integralmente o Projecto de Lei do PCP de Bases de Segurança Social?

Governo e patronato aumentam precariedade e flexibilização

Imolar o trabalho em nome do lucro

No quadro da luta contra a precariedade no emprego, o PCP apresentou um projecto de lei visando pôr cobro à utilização abusiva dos contratos a prazo.

Discutido na semana transacta, o diploma esbarrou nos votos do PS e PSD. Para estes voltou a pesar mais o lucro das empresas do que a vida e os direitos das pessoas.

No momento em que a precarização campeia a olhos vistos, com este diploma, para o PCP, tratava-se de introduzir normas correctoras à Lei sobre os contratos a termo. Não a sua rejeição pura e simples, como sublinhou a deputada comunista Odete Santos, mas a sua definição em «condições específicas e bem delimitadas». Por outras palavras, o que o PCP recusa é que seja transformado em regra o que deve ter carácter excepcional. Como exige que a «função permanente corresponda um contrato permanente».

O que, como é sabido, não sucede. Porque, lembrou-o Odete Santos, está em curso por toda a Europa «uma ofensiva contra a estabilidade no

emprego», a pretexto de uma maior flexibilidade reclamada pelo grande patronato, e com a cumplicidade activa dos governos. Foi em nome dessa flexibilidade que no nosso país, por exemplo, surgiu a Lei

Está em curso por toda a Europa uma ofensiva contra a estabilidade no emprego

da contratação a prazo que «seria o motor dos abusos no recurso à contratação a termo». Tal como emergiram novas formas de precarização, ilustradas, entre

outras, pelos baixos salários que impõem forma atípicas de trabalho, pelo alargamento das excepções à semana inglesa a pretexto de alegada situação económica difícil (veja-se a cadeia Pão de Açúcar), por derrogações à aplicação de tabelas salariais constantes de contratos colectivos de trabalho, pelo alargamento dos períodos experimentais ou pela eliminação aos entraves administrativos aos despedimentos.

«O caminho ficou rasgado para o trabalho temporário,

para as empresas de aluguer de mão-de-obra, cobertas pela legislação, para os recibos verdes, para o trabalho à peça, à tarefa, para as subempreitadas, para o trabalho a tempo parcial, para toda a sorte de precariedade», assinalou a parlamentar comunista, para quem esta realidade não constitui uma inevitabilidade.

Há uma alternativa, frisou, tanto mais que a empresa «não pode estar exclusivamente fundada na procura da rentabilidade e do lucro a curto prazo». Tem de ser encarada «à luz da utilidade social» e de «conformar os seus objectivos com os do conjunto de toda a sociedade», sustentou.

Assim o não entenderam as bancadas do PS e do PSD, recusando, designadamente, como propunha o PCP no seu projecto, o princípio de que só por necessidades objectivas, devidamente demonstradas, se justifica a celebração de um contrato a termo, bem como um conjunto de normas com vista a uma maior fiscalização da legalidade dos contratos e assim evitar os frequentes abusos cometidos pelas entidades empregadoras.



O Governo é cúmplice no fomento do trabalho precário

Apoios sociais na escola pública

A deputada comunista Luísa Mesquita exigiu do Governo o cumprimento das suas responsabilidades no domínio das respostas sociais às crianças que frequentam a escola pública. Em debate estava a prestação de refeições nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, em condições e apoios idênticos aos verificados nos restantes ciclos do ensino básico e secundário.

Suscitada por uma petição

da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais (FERLAP), a questão mereceu total apoio da bancada do PCP, uma vez que, como foi sublinhado, a escola pública substitui hoje para milhares de crianças «o único espaço onde é possível ter acesso a uma refeição diária, quando existe, ou ainda a única alternativa para não ficarem na rua, se acaso existem actividades de ocupação de tempos livres».

Reiterada por Luísa Mesquita, em apoio às exigências formuladas pela FERLAP, foi também a posição do PCP no sentido de que seja cumprida pelo Governo a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo, bem como a definição de competências entre o poder central e o poder local, com a consequente transferência de verbas necessárias ao cumprimento dos objectivos definidos pela Lei.

Pensões degradadas da Função Pública Governo recusa actualização

A «sensibilidade social» do Governo PS, tão por si apregoada, voltou a não resistir à prova dos factos. Com ele sintonizado, a bancada socialista inviabilizou a correcção da profunda injustiça que atinge cerca de 40 mil aposentados da Função Pública.

Preconizado nos quatro diplomas do PCP, BE, PSD e CDS/PP, como objectivo comum, estava a uniformização das pensões

da função pública. A diferenciação estavam os prazos de convergência até à definitiva actualização. Exigido ao Governo era, em síntese, a indexação das pensões

dos reformados antes de Outubro de 1989 aos aumentos dos trabalhadores no activo. Isto porque todos os aposentados antes daquela data, altura em que entrou em vigor o Novo Sistema Remuneratório dos trabalhadores da Administração Pública, ficaram com pensões calculadas com base na anterior grelha remuneratória.

Daqui resulta, como salientou o deputado comunista Lino de Carvalho, que há pensionistas que, embora tendo a mesma função, categoria profissional e anos de

contribuições, estão a receber pensões com valores que, nalguns casos, correspondem a menos de metade do que auferem aqueles que tiveram a sorte de se aposentar depois de Outubro de 1989.

Ainda segundo dados citados pelo deputado do PCP, calcula-se que cerca de 20 por cento daquele universo de 40 mil pensionistas dispõe de uma pensão inferior a metade do salário mínimo nacional, sendo que cerca de 20 mil não atingem o mínimo nacional.

Governo autista

Entendendo estar-se perante «um gritante problema de injustiça absoluta e relativa», Lino de Carvalho lembrou que são 40 mil portugueses que «dedicaram uma vida ao serviço do Estado e da Administração Públi-



Os pensionistas têm feito ouvir o grito do seu protesto nas ruas (na foto, manif. em Maio de 1999)

ca» e que o Governo continua a tratar como números «em função de estritos critérios orçamentais».

Uma injustiça que é do conhecimento de todos os órgãos do Estado e sobre a qual o Provedor de Justiça já se pronunciou através de sucessivas recomendações em que apelou ao termo da situação por via da criação de condições para uma correcção e actualização efectiva das pensões dos cidadãos afectados.

Um apelo que continua a

não ter qualquer eco no Governo, como agora se demonstrou, com o argumento de que tal correcção provocaria um «significativo impacto orçamental» e seria incomportável para a Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Alegações prontamente desmentidas por Lino de Carvalho que lembrou, no primeiro caso, que o Governo nem sequer chegou a proceder a um levantamento rigoroso da situação e respectivos custos, enquanto que no

segundo é o próprio relatório e contas da CGA relativo ao exercício do ano passado a evidenciar que a «capacidade de autofinanciamento do sistema» tem vindo a melhorar.

Mas o que releva, independentemente de qualquer das situações, como sublinhou Lino de Carvalho, é que se está perante «um problema de extrema injustiça e não podem ser as vítimas dessa injustiça a continuar a pagar os atrasos e indefinições do Governo nesta matéria».

PSD queria privatizar a RTP Olhos cobiçosos e privados

Foi rejeitado no Parlamento o projecto de lei do PSD que preconizava a privatização do Canal da RTP. Em debate faz hoje oito dias, o diploma contou com a abstenção dos deputados do CDS/PP e os votos contra de todas as restantes bancadas.

Num discurso em que o Presidente da República também foi visado pelo que considerou ser a sua complacência com «o grosseiro controlo do Governo» sobre os órgãos de comunicação social do Estado, o PSD justificou a sua iniciativa legislativa, por um lado, com a falência do

modelo de serviço público e o seu peso para os contribuintes, e, por outro, com o facto de a RTP ser objecto de manipulação partidária.

Correspondendo a dois problemas reais, que exigem reflexão séria, a bancada comunista demarcou-se dos propósitos enunciados, acusando o PSD de querer apenas «desmantelar o serviço público de televisão».

António Filipe, num registo muito crítico, qualificou mesmo de «verdadeiramente inacreditável» a pretensão do PSD de privatizar o primeiro Canal da RTP, interpretando-a como

uma descarada defesa de interesses privados que «deitam o olho cobiçoso para a exploração comercial do audiovisual à custa dos contribuintes».

«Ouvir o PSD a falar em descalabro financeiro e em «voz do dono» a propósito da RTP é o mesmo que ouvir falar de corda em casa de enforcado», sustentou António Filipe, antes de lembrar que enquanto foi Governo o PSD deu provas de empenho na destruição do serviço público de televisão e de idêntica «manipulação político-partidária dos seus conteúdos informativos».

Na linha de desmontagem do teor do projecto de lei, em relação ao qual confessou a sua perplexidade, o deputado comunista pôs ainda em evidência o contra-senso que é, para fazer face ao descalabro financeiro da RTP, propor a privatização do único dos seus canais que não só não dá prejuízo como constitui uma fonte de financiamento para os restantes.

«Para fazer face a um prejuízo, deita-se fora o que dá lucro e fica-se com o que dá prejuízo», observou António Filipe, que deixou igualmente claro no debate o distan-

ciamento da sua bancada em relação à política seguida pelo Governo em matéria de serviço público de televisão e à RTP. Considerou até que o Governo PS, neste capítulo, «só tem ajudado os inimigos do serviço público de televisão a levar a água ao seu moinho», deixando o apelo para seja feito um debate sério na Assembleia da República quanto ao «equilíbrio financeiro da RTP, à independência do serviço público de televisão perante o poder político e à independência dos órgãos de comunicação social perante o poder económico».

Agricultores com a corda na garganta PCP quer Segurança Social para todos

O Grupo Parlamentar vai apresentar, brevemente, um projecto de resolução visando garantir aos pequenos e médios agricultores o seu direito constitucional à Segurança Social em condições idênticas às da generalidade dos portugueses. Com esta iniciativa, anunciada pelo deputado Agostinho Lopes, o PCP quer ver uma resposta política que assegure que os agricultores não sejam «desarriscados» da Segurança Social por impossibilidade de cumprimento das suas contribuições mensais. O assunto esteve em debate no final da passada semana a propósito de uma petição apresentada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na qual os subscritores solicitam a criação de um regime especial de Segurança Social para os homens da lavoura.

Embora não haja números exactos quanto à dimensão do problema, não obstante a interpelação feita há três anos pelo PCP ao Governo para prestar informações, sabe-se que são muitos os agricultores que se viram eliminados da Segurança Social.

A causa directa prende-se com a insuficiência de rendimentos e o valor das contribuições a pagar mensalmente, que chegam a atingir cerca de metade e até a totalidade do fruto do seu trabalho.

Para Agostinho Lopes, que considera estar-se perante uma verdadeira expulsão de agricultores do sistema de Segurança Social, a questão não reside neste mas sim na política agrícola.

«É o resultado de sucessivas quebras do rendimento agrícola, decorrentes do esmagamento dos preços agrícolas (quebra de 37 por cento na década de 90), das produções não vendidas ou vendidas abaixo dos custos de produção, de um nível insuportável de endividamento para onde foram empurrados, das restrições produtivas impostas pela PAC reformada, de 1992 a 1999», justificou.

A saída da Segurança Social, ainda de acordo como parlamentar do PCP, é assim a «consequência lógica da expulsão dos agricultores da produção e do mercado», de que resultam, alertou, consequências no plano da assistência na doença, do direito à reforma e ao nível das prestações familiares.

Benefícios aos jovens

A Assembleia da República apreciou ontem um projecto de lei do PCP que estabelece um regime especial para jovens no acesso a serviços de transporte, saúde e cultura. Trata-se, no fundamental, de alargar até à idade de 16 anos os regime especiais de protecção hoje existentes naquelas áreas para os menores de 12 anos. Esta alteração prevista no diploma, que deverá ser hoje submetido a votação, corresponde à evolução social verificada, designadamente ao aumento da escolaridade obrigatória para nove anos e da idade legal para ingresso na vida laboral.

Ganha assim pleno sentido, no entender do PCP, estender a protecção social a uma faixa etária mais dilatada, conferindo-lhe direitos actualmente atribuídos às crianças e jovens até aos 12 anos, como sejam, entre outros, a isenção de taxas moderadoras, preços especiais nos transportes colectivos, gratuidade ou redução nas entradas para equipamentos culturais.

Provedor de Justiça

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o PS e o PSD de «falta de transparência política» na forma como negociaram o nome de Laborinho Lúcio para o cargo de Provedor de Justiça. Demarcando-se de qualquer responsabilidade no impasse criado para a substituição de Menéres Pimentel, o deputado do PCP Lino de Carvalho afirmou que o «entendimento – e posterior desentendimento – entre o PS e o PSD na escolha de Laborinho Lúcio só a estes partidos diz respeito». Recorde-se que Laborinho Lúcio, que recebeu o apoio daqueles partidos para se candidatar ao cargo, não conseguiu recolher os votos de dois terços dos deputados na eleição a que se submeteu na Assembleia da República, no passado dia 30 de Março. Desde então vários nomes vieram a público, tendo todos eles expressado publicamente a sua indisponibilidade, o que originou acesa controvérsia entre PSD e PS e no interior deste último.

O deputado do PCP, que falava numa das sessões plenárias da semana transacta, manifestou entretanto a disponibilidade da sua bancada para participar numa solução. «Se quiserem alargar as consultas a outros partidos para a escolha do Provedor de Justiça, cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades», sublinhou Lino de Carvalho.

Educação sexual

A escola tem obrigação de informar e esclarecer

Entrevista com Duarte Vilar • Isabel Araújo Branco – texto • Jorge Caria – fotos

A lei que prevê a introdução da educação sexual nas escolas continua à espera de regulamentação. Proposta pelo PCP e aprovada no ano passado pelo Parlamento, inclui a informação interdisciplinar, a criação de gabinete de apoio personalizado e a colocação de máquinas de preservativos. Conversámos, sobre o tema, com Duarte Vilar, sociólogo e director executivo da Associação para o Planeamento da Família (APF), numa entrevista em que se aborda o papel das escolas, os comportamentos dos jovens e as atitudes dos pais.

Avante! – O que deve incluir a educação sexual?

Duarte Vilar – A educação sexual pode incluir um conjunto muito vasto de temas, mas em primeiro lugar devem ser apuradas as necessidades de informação dos alunos. Basicamente, deveria incluir os aspectos preventivos e os aspectos biopsico-sociais da sexualidade humana. É importante as pessoas terem ideia de como funciona não apenas a reprodução, mas também a nossa sexualidade como actividade biológica e corporal. O funcionamento da reprodução está mais ou menos incluído nas áreas das ciências naturais, mas não se fala dos aspectos da sexualidade.

Em relação à metodologia, deve-se pôr os jovens a trabalhar o tema e não privilegiar tanto o discurso, como se faz em muitas aulas em que o professor fala e os alunos ouvem.

– Que responsabilidade tem a escola na educação sexual dos jovens?

– Tem muitíssima. O que nós somos, o que pensamos, como agimos na nossa sexualidade é obviamente resultado de muita coisa, mas a escola ocupa um lugar muito importante.

A escola é um espaço onde as crianças e os jovens passam imenso tempo da sua vida, nas aulas e fora das aulas.

Os amigos são essenciais nas aprendizagens, nomeadamente nas de sexualidade. O que os amigos dizem tem o seu valor, mesmo que possamos discordar. Mas, há determinados conhecimentos objectivos que a escola pode e deve fornecer. Por outro lado, a escola devia ser um espaço de formação cidadã. Portanto, ao proporcionar educação sexual está a proporcionar espaços de debate e de reflexão pessoal.

– Pode contribuir para o esclarecimento...

– ... e para aumentar os conhecimentos, para favorecer determinadas atitudes mais saudáveis e mais responsáveis.

– Em que idade se deve começar a educação sexual? No ensino básico?

– Antes do ensino básico. Actualmente, as orientações do ensino pré-escolar já

contêm uma componente de educação sexual. As crianças com 4 ou 5 anos já questionam muitas coisas. Por exemplo, é muito importante abordar os papéis masculinos e femininos, porque começa nessa idade muitos estereótipos: os meninos jogam futebol e as meninas brincam com bonecas. Também aparecem perguntas como «de onde eu vim?» ou «como aparecem os bebés».

Na prática, já existem algumas coisas nos programas escolares. O problema é que os aspectos afectivos e relacionais são postos de lado. Ensina-se como há a concepção, ou seja, um óvulo encontra-se com um espermatozóide. Mas como é que isso aconteceu?

– Mesmo dar esse tipo de informação por vezes é complicado. Primeiro, da parte dos professores, que não sabem abordar bem a questão. E depois, da parte dos alunos, que acabam por reagir com um certo gozo, o que talvez contribua para a frieza e a dificuldade dos professores.

– Se o professor estiver desconfiado e não tiver medo dos risinhos, estes acabam ao fim de meia hora. Se estiver retraído e os alunos perceberem isso, é um pretexto óptimo para se gozar os professores.

– E se os professores tiverem essa atitude, não há ambiente para os alunos colocarem dúvidas.

– E, se se puserem, será de uma forma provocatória.

Mas, já há muitos professores de biologia que extravasam essa área de formação técnica e procuram responder as questões relacionadas com o tema.

– E se os professores tiverem essa atitude, não há ambiente para os alunos colocarem dúvidas.

– E, se se puserem, será de uma forma provocatória.

Mas, já há muitos professores de biologia que extravasam essa área de formação técnica e procuram responder as questões relacionadas com o tema.

– E se os professores tiverem essa atitude, não há ambiente para os alunos colocarem dúvidas.

– E, se se puserem, será de uma forma provocatória.

Falar de sexualidade

– Já se introduziu a educação sexual em 670 escolas, como tinha sido previsto?

– Não, tomara que assim fosse. O que tem sido feito é um processo de formação de equipas técnicas nessas 670 instituições que fazem parte da rede de escolas promotoras de saúde. Algumas dessas equipas já estão constituídas e têm apoiado algumas escolas.

A iniciativa continua a partir das escolas como até aqui. Não existe nenhum programa governamental em curso no sentido de as escolas estarem a ser apoiadas.

– A própria lei não explicita quem é o responsável pela educação sexual. É a escola no seu colectivo, ou seja, são todos e não é ninguém.

– Pois, e é um processo complicado. Uma coisa seria existir uma disciplina em que a educação sexual estivesse envolvida, em que haveria uma atribuição de responsabilidades clara ao professor dessa disciplina.

Em relação à regulamentação da lei, a APF considera que a educação sexual tem várias vertentes e que deve ser desenvolvida numa ou nas várias vertentes. O que é importante é que ela seja desenvolvida.

Em primeiro lugar, a educação sexual deveria estar integrada no processo educativo de escola, uma espécie de plano estratégico e de compromisso da instituição face à sua comunidade. Em segundo lugar, o conselho pedagógico devia designar uma equipa responsável

pela dinamização dessa componente, que pode desenvolver acções no âmbito de cada uma das disciplinas ou de forma extracurricular.

Para nós, este último aspecto é o menos importante. Não há problema nenhum em pedir a uma associação para fazer uma acção de educação sexual, mas não é isso que se quer. Quer-se que a escola tome em mãos a responsabilidade da educação sexual.

– A necessidade de haver uma autorização prévia dos pais para a colocação de máquinas de preservativos pode vir a impedir a aplicação da lei?

– Isso acontece apenas em relação às máquinas de preservativos. Em relação à educação sexual não há na lei nenhuma coisa que diga que os pais devem dar uma autorização prévia. E nós achamos muito bem.

Os pais têm os seus direitos de educadores, mas a educação sexual é uma componente da sociedade. Os pais também não têm de autorizar os filhos a ter aulas de matemática. Mas há todo o interesse em envolver os pais neste processo, até porque eles são agentes de educação sexual importantíssimos e que podem apoiar ou desapojar os jovens nessa matéria.

Não faz sentido nenhum opor escola e pais nesta área, como irresponsavelmente alguns sectores conservadores pretendem dizendo que o Estado não tem direito de entrar em áreas que são tradição das famílias. O que esquecem é que este é um assunto que as famílias tradicionalmente ocultam e em que precisam de ajuda.

– Há pais que pensam que informar pode empurrar os filhos para a sexualidade?

– Essa é outra confusão: «Se falarmos destas coisas, vão logo pô-las em prática.» Voltando às máquinas de preservativos, quando uma associação de pais e um conselho executivo têm o poder de decisão sobre a sua instalação, têm também as responsabilidades que isso envolve.

A APF está completamente em desacordo com a Federação de Estudantes do Ensino Secundário que disse há uns meses que era contra a instalação, porque os miúdos depois podiam ir lá tirar. Lá está, a lógica era «se houver preservativos, eles vão ter relações.» Não entenderam nada do que é a sexualidade humana e mistificaram. Pensar que nós temos relações sexuais na vida por causa disto ou daquilo!

Nós somos favoráveis a que haja um acesso fácil aos preservativos. Se isso pode passar por máquinas na escola, é bom. Mas devia ser um local protegido, como em serviços de emergência. A colocação de máquinas tem de ser bem pensado, porque isso pode ser

estigmatizante. Experimente pôr uma máquina no pátio do recreio e vai ver quem é que lá vai tirar. A ideia de máquinas nos pátios é profundamente idiota, porque essa era a melhor maneira de os jovens não irem lá. Mas podem ser colocadas nas casas de banho, num café perto da escola... E, além disso, os preservativos devem ser mais baratos.

– Os professores estão preparados para abordar estas questões?

– Alguns estão, outros não, mas podem rapidamente preparar-se. Outros é difícil que estejam alguma vez, porque têm muitas dificuldades em lidar com estes temas. Mas já há professores que fazem educação sexual em clubes de saúde, na área-escola ou no aconselhamento pessoal.

– É precisa criatividade por parte dos professores para integrar a educação sexual nas matérias?

– Depende, mas há programas que oferecem oportunidades excelentes. Todas as línguas – de Português a Alemão – têm textos que podem favorecer uma discussão. Nas ciências exactas, como na Matemática, será precisa alguma criatividade. Ao nível das ciências da vida, é fácil.

Os aspectos comportamentais podem ser abordados a pretexto de alguma coisa. Por exemplo, posso dizer que existem métodos contraceptivos e como funcionam. A pessoa fica cheia de informação, mas não sentiu a importância real da contracepção. Para além de falar nisso, posso apresentar situações simuladas, histórias sem final a que os alunos tenham de dar uma conclusão. Assim, são trabalhados os aspectos relacionais da contracepção.

Responsabilidades

– Há muita ignorância entre os jovens? Tenho ideia que há muito mais esclarecimento, até porque os jovens lêem mais e conversam sobre o tema.

– Há coisas que se modificaram profundamente. Os jovens de hoje têm acesso à informação muito mais facilmente do que os jovens da década de 80, através das revistas dedicadas a um público juvenil. Por outro lado, muitos jovens durante o seu percurso escolar tiveram oportunidade de ter uma ou duas aulas de educação sexual ou abordar temas de sexualidade humana em colóquios. Mas, de facto, continua a haver muita ignorância e muitos comportamentos de risco. Um estudo que fiz recentemente mostra que um terço dos jovens sexualmente activos tinha

“A própria sociedade adulta é muito responsável na irresponsabilidade com que os jovens vivem a sua sexualidade. Porque muitos jovens continuam a ter comportamentos de risco desnecessários. A irresponsabilidade é deles em primeiro lugar, mas é também da sociedade que os rodeia, nomeadamente das famílias.”

comportamentos seguros e dois terços têm comportamentos de risco: um terço usava preservativo às vezes e o outro terço não utilizava.

Se comprar a *Ragazza*, por exemplo, encontra títulos como «Sete ideias para lhe dares a volta à cabeça». O erotismo é um tema dos *mass media* que vende. Mas, mesmo assim, em algumas revistas existe uma abordagem responsável do tema. Por exemplo, em «Sete coisas em que deves pensar na primeira relação sexual», no meio está lá «Nem penses em não usar preservativo».

Pessoalmente, não avalio o papel de certa imprensa dirigida aos jovens como negativo, porque acaba por haver uma dose de mensagem lá no meio. Mas não há uma responsabilização do jovem. O mesmo se passa na televisão, onde o erotismo é uma componente importante. E a liberalização e a permissividade nem sempre são acompanhadas por mensagens que favoreçam a responsabilidade. Por outro lado, a sociedade dos adultos – e muitas vezes os pais – prefere a atitude da avestruz, enfiar a cabeça na areia e pensar que nada acontece. Isto acaba por exigir responsabilidade aos jovens sem lhes dar os meios para serem responsáveis.

A própria sociedade adulta é muito responsável na irresponsabilidade com que os jovens vivem a sua sexualidade. Porque muitos jovens continuam a ter comportamentos de risco desnecessários. A irresponsabilidade é deles em primeiro lugar, mas é também da sociedade que os rodeia, nomeadamente das famílias.

– A vida sexual dos adolescentes, nomeadamente o seu início, é influenciada pelos media, cinema e publicidade?

– Eu diria que um certo clima de permissividade em relação à sexualidade que se tem vivido nas últimas décadas acaba por influenciar e alargar as margens de tolerância em relação a determinados comportamentos.

– E podem sentir-se pressionados a agir de determinada maneira, pelo menos para não serem marginalizados?

– Admito que isso possa acontecer em alguns casos. E pode também haver uma

certa alimentação de mitos. Os *mass media* não são manuais escolares. Há quem diga que as grandes transformações nos comportamentos sexuais começaram na década de 20, sob a influência do cinema e da figura da «mulher fatal».

– Os rapazes continuam a ser mais irresponsáveis do que as raparigas?

– Há coisas que estão a mudar e outras não. O uso do preservativo aumentou muito, o que quer dizer que aumentou muito a responsabilidade masculina. Mas diria que a cultura masculina é altamente irresponsável nesta área. Os rapazes tendem a reproduzir os papéis que lhes são inculcados – mesmo dentro da família e não só pelos pais, mas também pelas mães –, de delegar nas namoradas as tarefas da contracepção.

– Voltando aos pais, é difícil falar com os filhos sobre sexo?

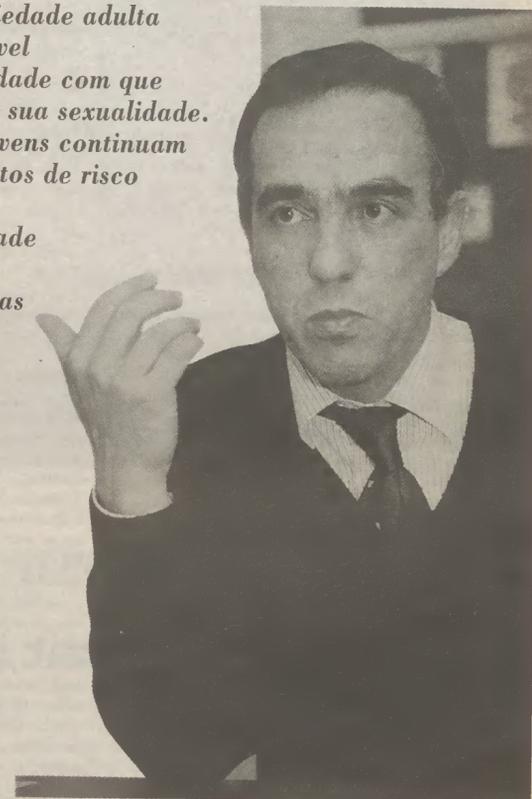
– Num estudo que fizemos junto de pais de adolescentes, verificámos que esta permissividade passou às famílias. Cerca de 80 por cento das raparigas diziam que falavam destes temas com as mães. Onde há mais dificuldades é os pais terem um papel responsabilizante e apoiante da sexualidade dos filhos.

E essas dificuldades vêm dos filhos – que não querem os pais muito por perto quando se iniciam – e dos pais, que têm medo de, ao abordar a contracepção, estejam a dar a ideia que estão a autorizar qualquer coisa.

Mas é preciso perceberem que não é pelo facto de darem ou não «autorização» que estão a incentivar os filhos a terem relações sexuais mais cedo do que seria de supor. Na prática, estão a incentivar a responsabilização.

Nos rapazes, é visto como uma coisa normal da idade. Agora, nas raparigas não, é «quanto mais tarde melhor». As raparigas continuam a viver a sua sexualidade de forma mais culpabilizante e a receber menos mensagens eficazes de educação sexual.

Quando os rapazes começam a namorar, a mãe diz logo: «Olha o preservativo», mesmo que seja na brincadeira. Ao rapaz diz-se «tem cuidado» e à rapariga «juizinho».



“Não faz sentido nenhum opor escola e pais nesta área, como irresponsavelmente alguns sectores conservadores pretendem dizendo que o Estado não tem direito de entrar em áreas que são tradição das famílias. O que esquecem é que este é um assunto que as famílias tradicionalmente ocultam e em que precisam de ajuda.”

Museu do Neo-Realismo

Um abaixo-assinado em defesa da permanência do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira e contra a intenção da autarquia de transferi-lo para o Cine-Teatro Salvador Marques, em Alhandra, está a circular na cidade.

Em documento agora divulgado, o Movimento de Opinião Pública em Defesa do Museu do Neo-Realismo considera que a pretensão de desviar o museu para Alhandra é um acto arbitrário, injusto, leviano e insultuoso.

O Movimento lembra, em particular que, ao longo do século XX se desenvolveram em Vila Franca múltiplas actividades culturais com o envolvimento de muitas colectividades locais. O Movimento sublinha ainda o papel da *Vida Ribatejana*, onde Alves Redol publicou alguns dos seus primeiros escritos, e do *Mensageiro do Ribatejo* que, através do seu suplemento literário, foi eco do grupo neo-realista de Vila Franca.

Estradas degradadas

A degradação das estradas nacionais que cruzam o concelho de Santiago do Cacém levou à aprovação, na Assembleia Municipal, da realização de um abaixo-assinado de protesto.

A iniciativa, sob a forma de petição à Assembleia da República, foi proposta pela CDU e aprovada por unanimidade.

Os promotores apelam à reparação das vias «com urgência e qualidade». A petição recorda que foram efectuadas várias diligências pela Câmara Municipal junto da Direcção-Geral de Estradas e do Governo, tendo inclusive sido entregue ao secretário de Estado das Obras Públicas um dossier ilustrando o estado das vias.

Na base do protesto está o estado em que se encontram as estradas que ligam Grândola/Poço da Obra/Tanganheira, Cercal do Alentejo ao concelho de Odemira, Alvalade-Sado ao Cercal, entre o IPI e o concelho de Ferreira do Alentejo e a que liga Poço da Obra à cidade de Santiago do Cacém.

Feira do Livro na Moita

Uma Feira do Livro, com a presença de oito editoras, constitui o principal ponto do programa das comemorações do terceiro aniversário da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Para além da Feira do Livro, que tem lugar esta semana, o programa comemorativo do aniversário da Biblioteca Bento de Jesus Caraça inclui também uma exposição de pintura e escultura, de Fernando Paulino, intitulada «Tudo ao Mesmo Tempo», e o lançamento de um livro de ficção de Manuel Morgado, intitulado «Percursos».

A Biblioteca Bento de Jesus Caraça constitui um importante pólo cultural do concelho, com mais de 137 mil utilizadores em 1999.

Embora já tenha disponíveis as novas tecnologias vídeo e CD, são os livros que registam maior procura dos utilizadores, com 47 mil empréstimos no ano passado.

Exibição de filmes, espectáculos musicais e de teatro, exposições e iniciativas de promoção do livro e da leitura são algumas actividades promovidas regularmente pela Biblioteca Bento de Jesus Caraça.

Municípios em Congresso

No XII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que decorreu sexta e sábado em Vilamoura, o presidente do Conselho Directivo da ANMP, Mário de Almeida, desafiou os autarcas a recusarem «financiar compromissos» da competência da Administração Central, «ofertas perversas» que podem comprometer gestões futuras, em troca da realização de empreendimentos urgentes para as populações.

«Seremos inflexíveis», afirmou Mário de Almeida, dizendo que qualquer desrespeito pelas pretensões dos autarcas em matéria de transferência de competências «inviabilizará qualquer acordo» com o Governo.

Cruzamento de competências, condicionamento da acção das autarquias e misturas entre Administração Central e Local estão fora de questão para a ANMP, que insiste numa aplicação «gradual e progressiva» do novo modelo, sempre com «respeito pela autonomia do Poder Local».

Mário de Almeida afirmou que «nada de significativo está feito» desde a aprovação da lei que define a transferência de competências para as autarquias, no ano passado, apesar de continuar a haver um «incorrecto libertar de responsabilidades» do Estado para as autarquias, em áreas como a educação ou a rede viária.

A ANMP reivindica uma revisão dos critérios de distribuição dos fundos municipais, ainda não concretizada.

Na educação, definida como «área prioritária», as autarquias reclamam mais dinheiro para que os Conselhos Locais de Educação possam assumir as suas competências e se articulem com os órgãos de gestão das escolas.

Protecção civil, saúde, cultura e desporto foram as áreas em discussão no Congresso, que contou com a participação de mil autarcas de todo o país. No congresso estiveram presentes, também, delegações dos países africanos de língua oficial portuguesa, Timor e vários países europeus.

CDU/Madeira
pela justiça fiscal

Caravana do IRS

Prosseguindo com uma acção sistemática de levantamento de problemas e apresentação de propostas, a CDU/Madeira exige agora mais justiça fiscal.

Numa iniciativa inédita na Madeira, a CDU realizou a *Caravana do IRS*, que percorreu as zonas do Funchal, Santa Cruz, Machico e Caniçal, prestando esclarecimento às populações sobre a situação de injustiça fiscal que tem afectado os madeirenses.

Esta iniciativa insere-se na campanha da CDU/Madeira por uma redução de 20% no IRS que é pago pelos trabalhadores madeirenses por conta de outrem, à semelhança do que já acontece nos Açores. De fato, os trabalhadores açorianos já há um certo tempo que gozam desta redução no IRS, uma medida aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa Regional daquela Região Autónoma. Na verdade os trabalhadores açorianos ganham mais (mais 5% no salário mínimo) e pagam menos impostos.

Na Madeira, pelo contrário, esta proposta, apresentada na Assembleia Regional pela CDU, foi prontamente chumbada pela *ultramaioria* do PSD, que alegou ser impraticável uma redução nas receitas fiscais, já que esta comprometeria o Plano de Desen-

volvimento Regional e jamais poderia ser compensada com uma redução da despesa pública.

Entretanto, e apesar de chumbarem esta proposta, os deputados do PSD não se coibiram de aprovar reduções no IRC para as grandes empresas e grandes empresários, por causa dos custos de insularidade. Esta mesma *maioria* esquece que os trabalhadores não teriam menos direito a medidas de compensação pelos custos de insularidade.

Apesar do chumbo do PSD a CDU não desiste e, para além da promoção desta reivindicação através da distribuição de postais, endereçados ao Presidente do Governo Regional, nos quais se exige a redução dos 20% no IRS, aposta também na divulgação desta proposta aos cidadãos de forma directa, como foi o caso da *Caravana do IRS*.

Assim, e com o apoio de um autocarro com cartazes e dotado de um sistema de som, os activis-

tas da CDU percorreram alguns dos mais importantes aglomerados populacionais do sudeste da Madeira, divulgando as propostas e distribuindo os já referidos postais e folhetos informativos.

Os deputados do PSD não se coibiram de aprovar reduções no IRC para as grandes empresas e grandes empresários, por causa dos custos de insularidade

A reacção das populações contactadas foi muito positiva, registando-se sinais de apoio a uma reivindicação sentida como muito importante e indispensável para a melhoria da vida dos madeirenses.



A proposta da CDU visa melhorar as condições de vida das populações

Em defesa da liberdade de imprensa

«A liberdade de imprensa constitui um pilar essencial da democracia, um instrumento indispensável ao progresso dos povos e uma garantia da reserva da diversidade cultural e da pluralidade de opiniões», lembra o Sindicato de Jornalistas em mensagem divulgada pela sua Direcção dia 3 de Maio, Dia da Liberdade de Imprensa.

Uma liberdade que, hoje mais do que nunca, deve ser entendida como «um exercício de plena liberdade de exprimir opiniões e veicular conhecimentos e informações, sem restrições de qualquer natureza, incluindo económicas», sublinha-se no documento.

O Sindicato, que manifesta a sua solidariedade com as vítimas dos ataques à liberdade de expressão, lembra, por outro lado «as limitações objectivas à liberdade de imprensa impostas nas sociedades ditas livres, traduzidas na crescente precariedade das relações de trabalho, na concentração galopante dos meios de informação e no desrespeito grosseiro pelos direitos de autor dos jornalistas».

A estas duas questões é dado particular realce, sublinhando-se, na mensagem, que a concentração, não apenas «agrava a situação de precariedade, devido ao controlo do mercado do trabalho por um conjunto restrito de grupos

económicos» como «cria condições objectivas para pôr em crise a própria diversidade informativa, não só pela possibilidade de uniformização de critérios e estratégias, mas também pela reutilização sistemática de materiais informativos».

Valorizando as «extraordinárias possibilidades que os novos recursos tecnológicos emprestam à Humanidade» para difusão de conhecimentos e de informação, os jornalistas defendem que não devem ser apenas as empresas a deles retirar proveito, mas que é justo «que os criadores das obras assim difundidas obtenham as respectivas contrapartidas».

O Sindicato dos Jornalistas lembra, por outro lado, os novos problemas que os novos suportes electrónicos colocam – de natureza deontológica, civil e criminal –, que exigem a respectiva regulamentação com vista à responsabilização de empresas e jornalistas.

Nesta mesma linha de preocupações o SJ sublinha que os direitos de autor dos jornalistas continuam por regulamentar e exorta os parlamentares a regulamentar com urgência, a Lei aprovada na Assembleia da República, «consagrando, desde logo, a garantia de que nenhuma criação é reutilizada sem autorização expressa do seu autor».

CPPC na Conferência Mundial da Paz

Uma delegação da Direcção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), constituída por Blasco Hugo Fernandes, João Corregedor da Fonseca, Sandra Benfica e Vítor Silva, irá participar, em Atenas, na Conferência Mundial da Paz, que se realiza entre 10 e 15 de Maio, no âmbito da Assembleia Mundial do Conselho Mundial da Paz (CMP). Integram ainda a delegação portuguesa, como

convidados, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Adão Barata, e o vereador da Câmara Municipal do Seixal, Jorge Silva.

Nas quatro secções plenárias que compõem a Conferência Mundial da Paz serão discutidos e analisados os temas do Desarmamento, da Nova Ordem Mundial numa perspectiva de PAZ e Segurança, Paz e Desenvolvimento e, finalmente, da Cultura da Paz.

Cada um dos temas desdo-

brar-se-á em quatro grupos de trabalho, de que se destacam os seguintes: medidas específicas e passos concretos para o desarmamento nuclear e convencional; as intervenções militares e o problema da soberania; o desenvolvimento como condição de paz; e o ano internacional da paz e da não-violência. Integra-se ainda no programa da Conferência Mundial uma sessão de solidariedade com a Palestina.

No último dia realizar-se-á a Assembleia Mundial do Conselho Mundial, onde será apreciado o relatório de actividades dos últimos quatro anos e proceder-se-á à eleição dos novos órgãos do CMP, assim como à definição do plano de acção para o próximo mandato.

Nesta Conferência e Assembleia do CMP prevê-se a participação de representantes de cerca de meia centena de movimentos da paz.

Concentração em Vila Verde Um marco histórico

Mais de mil agricultores transmontanos e galegos concentraram-se, no passado dia 3, dos dois lados da fronteira. Uma acção inédita e que os participantes consideram como um marco histórico.

Durante cerca de duas horas, os manifestantes juntaram-se dos dois lados da fronteira de Vila Verde da Raia, cortando a estrada que liga os dois países.

Uma forma de protesto comum contra as políticas implementadas por ambos os governos e por Bruxelas no sector da batata e que se traduzem numa cada vez mais difícil situação para os produtores.

Na sequência dos encontros realizados em Abril entre delegações da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e o Sindicato Labrego Galego - SLG, nas cidades de Chaves e Ourense, e em que foi analisado o sector da batata, foi decidido promover acções conjuntas junto dos respectivos governos «denunciando a situação dramática dos produtores da

toda a UE tendo em conta a sua expressão económica e social na agricultura».

Agricultores dos dois lados da fronteira conjugam esforços e reclamam em uma acção firme e decidida, na defesa dos legítimos interesses da agricultura familiar

quanto ao amanho e modelos de cultivos tradicionais, geradores da qualidade alimentar, identidade sociocultural e de defesa do meio ambiente».

Assim, os produtores de batata atribuem a responsabi-

lidade da situação no sector às «políticas agrícolas uniformizadoras dos burocratas de Bruxelas e governos nacionais».

Crises cíclicas. Porquê?

Os agricultores denunciavam, em comunicado aprovado, por unanimidade, na concentração, que as crises cíclicas da batata «não estão desligadas das estratégias concebidas pela União Europeia, ao propor modelos de produção intensivos, desrespeitadores da diversidade e especificidade existente,

Vale do Sorraia

Agricultores e autarcas de Coruche querem ver incluída no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) a modernização e ampliação da obra de rega do Vale do Sorraia.

Esta reivindicação foi apresentada na abertura da II Feira do Regadio, da Floresta e da Agro-Indústria, que terminou domingo passado, pela Associação de Regantes do Vale do Sorraia e pelo presidente da Câmara Municipal.

Nos últimos anos foram-se instalando em Coruche numerosas agro-indústrias associadas às principais culturas da região, como o arroz, a cortiça, a beterraba ou o tomate.



• José Decq Mota

A intranquilidade e a mudança

Penso que é correcto dizer que neste ano 2000 existe nos Açores,

no plano social, uma acentuada intranquilidade.

Estão perto do fim os primeiros quatro anos de governação regional sem que seja o PSD a governar e a ideia que passa um pouco por cada uma das nove ilhas é a de que os actuais governantes (PS) não quiseram ir ao encontro daquelas mudanças que eram muito esperadas pelos muitos que «desesperaram» com o poder do PSD. Esta sociedade insular, pequena, distante, mas activa e operativa, está intranquila porque se viu confrontada, no fecho do ano passado, com um acidente aéreo dramático que envolveu um avião da transportadora regional; está intranquila porque, nalgumas ilhas, são ainda demasiado evidentes os aterradores sinais do sismo de 98; está intranquila porque não tem quaisquer certezas quanto ao futuro da sua economia produtiva, nomeadamente no que respeita ao futuro dos 500 milhões de litros de leite/ano que cá são produzidos; está intranquila porque não tem razões para ter confiança em muitos aspectos do funcionamento actual do serviço regional da saúde; está intranquila porque os actuais governantes lançaram uma enorme confusão no sistema de colocação de professores; está intranquila porque percebe que há um muito deficiente relacionamento entre o poder regional e o poder local; está intranquila e perplexa porque vê que foram aprovadas medidas de complemento de rendimento em Novembro que o Governo ainda não executou; está intranquila porque não vê uma relação clara entre um discurso com palavras novas e uma prática que continua assente em princípios bem velhos.

Momento de mudança de mentalidades

Hoje, nos Açores, os acontecimentos da vida fizeram acentuar algum do temor que o isolamento insular gera; as orientações económicas fizeram instalar uma acentuada falta de confiança no futuro; as orientações para as políticas sociais, encostadas às teses dominantes, fizeram aumentar a desconfiança em relação aos sistemas sociais fundamentais; as orientações e as práticas políticas

têm feito com que muitos cidadãos se sintam completamente enganados, tendo como referência as promessas feitas. É nesta sociedade intranquila, onde cada dia que passa se acentua a manipulação, pelo actual poder, dos meios de comunicação social, em especial dos públicos,

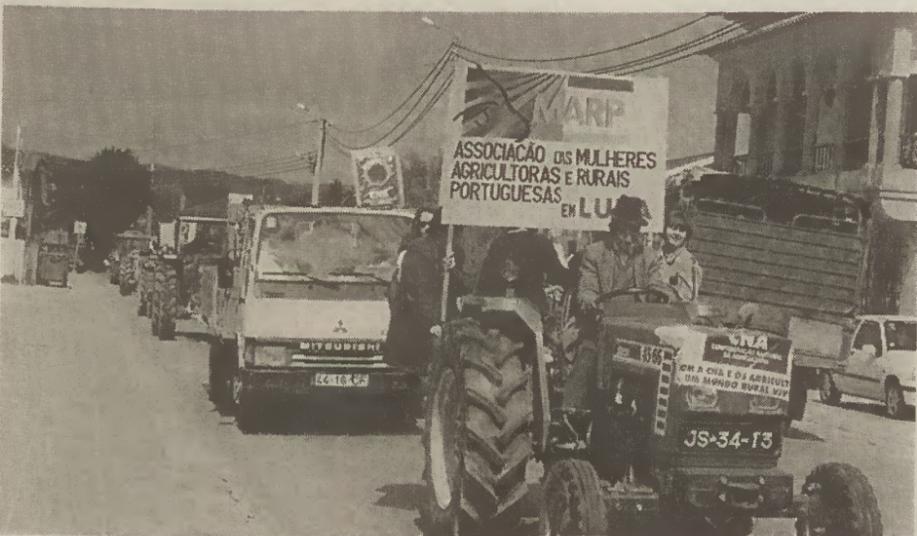
Estamos a viver, mesmo contra a vontade dos poderes, um momento positivo de transformação de mentalidades

que se está já a realizar um debate político que precisa de ser muito alargado e muito esclarecedor.

Na minha óptica, a intranquilidade que se vive é também um sinal de que estamos a vir «do fundo do tempo», ou seja, estamos a viver, mesmo contra a vontade dos poderes, um momento positivo de transformação de mentalidades.

A preocupação que marca a sociedade açoriana hoje está a ser a razão principal que vai ajudar a criar as condições para que algumas mudanças venham a ser efectivamente alcançadas.

Por muito que ainda teimem em sentido contrário, é hoje certo que esta sociedade quer, em maior grau, encontrar caminhos melhores e mais certos para o futuro e eles vão ser encontrados.



Concentração de agricultores na fronteira. Uma acção inédita que juntou transmontanos e galegos



batata e reclamando medidas concretas para minorar os efeitos nefastos da quebra de rendimento dos agricultores, cuja campanha foi a pior dos últimos anos».

Em causa está, como foi referido nesses encontros a necessidade de garantir o «escoamento da batata a preços compensadores, a satisfação das necessidades nacionais, o aumento do rendimento dos agricultores e a criação de mecanismos de regulação dos mercados eficazes em

lidade da situação no sector às «políticas agrícolas uniformizadoras dos burocratas de Bruxelas e governos nacionais».

É neste quadro que tem lugar esta concentração. Um «marco histórico» porque, pela primeira vez, agricultores dos dois lados da fronteira «conjugam esforços e reclamam em unísono dos respectivos governos uma acção firme e decidida, na defesa dos legítimos interesses da agricultura familiar» e

A obra de rega, construída há 40 anos pelo Estado, não está naturalmente adaptada às transformações por que passou a agricultura nos últimos anos. O sistema foi montado para uma realidade, a produção de arroz que já não é a cultura mais importante da região.

Actualmente, além do milho, as outras culturas predominantes no Vale do Sorraia são o arroz, o tomate e a beterraba.

Em 1999 foi concluído o estudo para a modernização e alargamento da obra de rega do Vale do Sorraia.

A Associação de Regantes foi criada para gerir a distribuição da água de rega, resultante do sistema construído em 1959 e que inclui as barragens do Maranhão e de Montargil, por cerca de 14.500 hectares de cultura. Actualmente estão envolvidos 3.000 agricultores neste projecto.

Os 50 anos da Europa

Em 9 de Maio de 1950, sobre os escombros de uma Europa destruída pela guerra o então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, lançou as fundações da Europa. Menos de um ano depois, em Abril de 1951, nascia a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), formada inicialmente pela França e Alemanha, à qual depois aderiram a Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A Europa dos seis evoluiu com a criação com a criação, em Roma, da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA). Alargou-se com a entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, em 1973, da Grécia em 1981, da Espanha e Portugal em 1986, da Áustria, Finlândia e Suécia em 1995. Transformou-se com a entrada em vigor, em 1993, do Tratado de Maastricht - ou da União Europeia - ganhando as dimensões política, económico-social e de cidadania. A Europa dos actuais Quinze poderá em breve abrir as portas a mais 12 estados Hungria, Polónia, República Checa, Bulgária, Eslováquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslovénia, Malta, Chipre, Turquia.

Açores ganha promessa

O comissário europeu Chris Patten assegurou ao presidente do governo regional dos Açores, Carlos César, que Bruxelas vai apresentar antes do fim do ano propostas concretas para apoiar as regiões ultraperiféricas da União. Patten, citado pela Agência Lusa, reconheceu «os problemas económicos da região» e garantiu que a Comissão irá apresentar «propostas concretas» antes do fim do ano. «Queremos que as pessoas dos Açores beneficiem da prosperidade da UE», acrescentou o responsável pela política externa da Comissão. Chris Patten explicou em seguida que a Comissão pretende «apresentar propostas práticas» e «concretas para cobrir questões como o reforço dos investimentos em indústrias tradicionais (pescas e agricultura) e para apoiar as pequenas e médias empresas». «Queremos chegar a um acordo justo para estas regiões (ultraperiféricas) e para os Açores», sublinhou o comissário, no final de um encontro realizado à margem da reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze que terminou domingo nas Furnas.

A moeda europeia continua a perder nos mercados face ao dólar e ao iene

Onze preocupados com euro

O presidente em exercício do Ecofin, Pina Moura, assumiu pela primeira vez a preocupação dos Onze relativamente à quebra do euro face ao dólar e iene, deixando no ar a possibilidade de uma intervenção do BCE.

Rompendo com o registo optimista que caracterizou as intervenções anteriores de responsáveis euro, o ministro das Finanças e da Economia português defendeu, na segunda-feira, que o Banco Central Europeu (BCE) tem à sua disposição os instrumentos para intervir em defesa da moeda única. Pina Moura, em declarações ditadas pela Agência Lusa, mostrou preocupação sobre o actual nível do euro, considerando que «não reflecte os dados fundamentais fortes da economia europeia».

A par da preocupação com o valor do euro, os responsáveis das Finanças e da Economia dos Onze reiteraram a sua profissão de fé numa economia europeia forte e sem pressões inflacionistas e comprometeram-se a acelerar as reformas estruturais, nomeadamente a consolidação fiscal, conforme o decidido na recente cimeira de Lisboa sobre o Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social.

Da reunião saiu ainda o apoio ao francês Jean Lemiè-

re como candidato à presidência do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e o acordo político relativo a uma proposta de directiva que visa regular o saneamento e liquidação das instituições de crédito.

Lemière, direc-

de realizar o mercado único dos serviços financeiros.

Os ministros aprovaram ainda a concessão de um auxílio de emergência ao Montenegro, e autorizaram o BCE a aumentar o seu capital social até um máximo de cinco mil milhões de euros.

BCE optimista

Noutro sentido, foram as declarações proferidas pelo presidente do Banco Central Europeu (BCE), Wim Duisenberg, que, na passada sexta-feira, afirmou que o

é uma moeda forte, baseado na estabilidade dos preços e na força da economia europeia.»

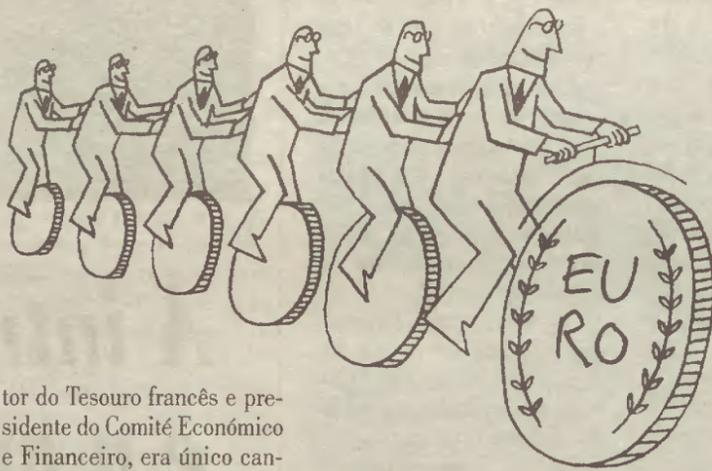
As preocupações suscitadas pela evolução actual da taxa de câmbio do euro são «compreendidas» pelo BCE que reconhece que «fraqueza persistente do euro poderia levar a preços mais elevados nas lojas».

«Mas esta fraqueza poderia também minar a imagem do euro como moeda estável. É por isto que vigiamos de muito perto a taxa de câmbio do euro», referiu ainda Duisenberg. «Esta estabilidade interna do euro significa que

as pessoas podem estar confiantes, as suas economias e reformas manterão o seu valor a prazo», insistiu Duisenberg lembrando que o BCE tomou medidas e aumentou quatro vezes as taxas de juro nos últimos seis meses para prevenir os riscos de derrapagem dos preços.

No entanto, no início da semana, os mercados cambiais voltaram a sancionar o euro, que hoje está 25 por cento abaixo do valor de quando foi lançado há 16 meses.

A euro perde valor apesar da economia europeia estar a crescer



tor do Tesouro francês e presidente do Comité Económico e Financeiro, era único candidato oficial ao cargo vago após a saída do alemão Horst Kohler para director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A directiva sobre o saneamento das instituições de crédito insere-se no objectivo

euro tem vocação para ser «uma moeda forte». Num comunicado dirigido aos cidadãos da zona euro, Duisenberg escreve: «Os cidadãos europeus podem estar certos de que o futuro do euro

Guiné-Bissau renova acordo de pescas

A Guiné-Bissau pretende reactivar o acordo de pescas celebrado com a União Europeia em 1997, que Bruxelas decidiu suspender há dois anos, após a eclosão do conflito que assolou aquele país africano.

Este foi o objectivo da deslocação de uma delegação daquele país, chefiada pelo secretário de Estado das Pescas, Augusto Poquena, realizada na passada semana, durante a qual foram efectuados contactos com entidades europeias, desig-

nadamente com a Direcção-Geral das Pescas.

O secretário de Estado guineense considerou que nunca houve uma real suspensão do acordo. De facto a UE, numa carta datada de Junho de 1998, limitou-se a convidar os armadores comunitários a retirarem as suas embarcações das águas guineenses devido ao conflito que então assolava o país, frisando que os que continuassem o fariam por sua conta e risco, não tendo Bruxelas qualquer responsabilidade

por eventuais prejuízos que viessem a ocorrer.

Deste modo, Bissau afirma que o acordo nunca foi suspenso e que houve armadores cujos barcos continuaram a pescar nas suas águas, pelo que considera que a UE deve seis milhões de euros (1,2 milhões de contos) a título de compensação financeira pela aplicação do acordo de pescas.

Augusto Poquena revelou ainda que o seu país pretende iniciar negociações de um novo acordo: «Esta é uma

questão de importância fundamental para a nossa economia, pois representa 40 por cento do nosso Orçamento de Estado», salientou o secretário de Estado.

O acordo de pescas entre a UE e a Guiné-Bissau entrou em vigor em 1997 por um período de quatro anos, prevendo uma compensação anual de 8,5 milhões de euros, o que totaliza 36 milhões pelo período total, dos quais 34 milhões em forma de apoio directo.

Prodi remodela Comissão

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, anunciou importantes alterações no organograma da instituição justificando-as com a necessidade de «aumentar a eficácia, melhorar e articular a gestão corrente, reforçando o papel de orientação do presidente».

A rotação de altos funcionários no interior da Comissão da UE, aprovada na passada semana por unanimidade em colégio de comissários, inclui a substituição do secretário-geral, o holandês Carlo Trojan, pelo até aqui

chefe de gabinete de Prodi, David O'Sullivan, de nacionalidade irlandesa. Para o lugar deste foi escolhido o francês Michel Petit, presentemente vice-chefe do mesmo gabinete.

O desejo de Romano Prodi de colocar homens da sua confiança em postos importantes da Comissão está também patente na ida do seu porta-voz pessoal, Ricardo Levi, para a presidência do Conselho Económico e Político.

«Em vez de se concentrar em previsões para o longo

prazo e em generalidades sobre a União Europeia do futuro», como no passado, o novo organismo passará a desempenhar um «papel de aconselhamento íntimo e quotidiano do presidente (da Comissão)», indicou Prodi.

Surpreendentemente, o actual líder da Comissão Europeia reconheceu que a escolha de Ricardo Levi, tem a ver com a «elevada estima» que lhe merece e «deve-se também ao facto de o ter ajudado noutras funções». Prodi referia-se ao trabalho que Ricardo Levi desenvolveu a

seu lado ao longo das últimas décadas no país de origem de ambos - Itália - onde o actual líder do órgão executivo da UE ocupou o cargo de primeiro-ministro.

Ainda na passada semana, o espanhol Fernando Valenzuela Marzo foi nomeado director político da Comissão Europeia. Este diplomata de carreira supervisionará três direcções da Comissão - Assuntos Políticos e de Segurança, Assuntos Multilaterais e Relações com a América do Norte, Nova Zelândia, Japão, Coreia e Austrália.

UE escolhe divisa

Depois da bandeira e do hino, chegou a vez de a União Europeia adoptar uma divisa. A escolha oficial da frase «Unidade na Diversidade» foi anunciada quinta-feira da passada semana como a melhor síntese do ideal da construção europeia, tendo sido seleccionada de entre 2.016 propostas apresentadas por 80 mil alunos dos 15 países que compõem a UE. Na cerimónia realizada no Parlamento Europeu, participaram 420 jovens, entre eles Inês Aguiar, de 11 anos, aluna do sexto ano da Escola Secundária de Paranhos, e autora da frase «Um velho continente, uma nova esperança», que disputou a final com outras seis. Como curiosidade, refira-se que a divisa escolhida é da autoria de um grupo estudantes do Luxemburgo que fala a língua de Camões.

Português é língua ignorada

Oito das 11 línguas da União Europeia são praticamente desconhecidas da comunidade sendo o português uma caso peculiar já que zero por cento dos europeus não a utilizam como língua estrangeira. Apesar de todas as determinações comunitárias, incluindo do Conselho Europeu que diz ser necessário estimular o pluralismo e que defende o estatuto de igualdade entre as diferentes línguas, não existe nos países da União Europeia legislação que o permita. Segundo dados da Comissão Europeia, dos 11 países da Europa apenas três detêm uma percentagem de conhecimento razoável. São eles a Alemanha, cuja língua é falada por oito por cento dos europeus, a França, com 12 por cento, e a Inglaterra, com 31 por cento. Os restantes países - Itália, Espanha, Holanda, Grécia, Portugal, Suécia, Dinamarca e Finlândia - detêm percentagens reduzidas. Dois por cento da população da Europa fala italiano, quatro por cento fala espanhol, um por cento holandês, um por cento sueco e um por cento dinamarquês, enquanto que o português, o grego e o finlandês não são de todo línguas faladas para além de nos próprios países. No âmbito das comemorações do Ano Europeu das Línguas, que se inicia em Janeiro de 2001, existe já uma decisão do Conselho da Europa que reforça a necessidade de valorização de todas as línguas da União Europeia respeitando o princípio de igualdade.

Alargamento da União Regiões perdem fundos

Com o alargamento e a consequente redução do produto interno bruto *per capita* comunitário, muitas regiões portuguesas que hoje beneficiam de fundos estruturais deixarão de ser elegíveis.

Actualmente, o limite da elegibilidade dos fundos estruturais para as regiões mais desfavorecidas, ditas de objectivo 1, é de 75 por cento do produto interno bruto (PIB) *per capita* em paridade de poder de compra (PPC).

Este método confunde as lógicas de produto com as lógicas de rendimento e diminui as disparidades regionais reais, tornando as regiões dos países mais

ricos mais pobres e as dos mais pobres mais ricas. No entanto, foi com base nele que recentemente a região de Lisboa e Vale do Tejo deixou de ser elegível.

A concretizar-se, o alargamento da comunidade aos 10 países candidatos da Europa Central e oriental, conhecidos pela sigla PECO terá como efeito a redução do PIB *per capita* comunitário, uma vez que em média os países em

causa representam cerca de 38 por cento do PIB comunitário em PPC. Ou seja, o PIB por habitante passaria dos actuais 19 mil euros por habitante para cerca de 16 mil euros.

Neste contexto, Portugal deixaria de ser considerado como um todo como um país de objectivo 1, já que o PIB subiria 11 pontos para cerca de 82 por cento da média comunitária. Isto significa que, tendo em conta os dados médios entre 1995 e 1997, a região do Algarve, por exemplo, deixaria de ser elegível e as regiões Norte Centro e Alentejo ficariam no limiar.

Livre-circulação chega à Suíça

Se os sete acordos bilaterais com a União Europeia forem referendados positivamente pelos suíços, em breve os portugueses que ali vivem e trabalham terão a sua vida facilitada, já que um deles estabelece o princípio da livre-circulação entre os espaços comunitário e suíço.

Este aspecto foi realçado pela deputada do PCP, Ilda Figueiredo, na passada semana, quando o Parlamento Europeu foi chamado a pronunciar-se sobre o conteúdo dos acordos que para

além da livre-circulação de pessoas, abrangem os transportes terrestres e aéreos, os produtos agrícolas, a investigação, mercados e levantamento de obstáculos técnicos ao comércio.

Na sua declaração de voto, Ilda Figueiredo recordou que na Suíça trabalham mais de cem mil emigrantes portugueses, incluindo muitos milhares de trabalhadores sazonais, que estão actualmente submetidos às estritas normas que vigoram naquele país para os nacionais de países terceiros.

Em resultado dos acordos, o sistema será adaptado ao princípio da livre circulação, com base no acervo comunitário.

Recorde-se que segundo a legislação vigente obriga os trabalhadores considerados sazonais a abandonar a suíça durante três meses por ano, não lhes reconhecendo o direito de mudar de emprego ou de Cantão ou de reagrupamento familiar. Limitações semelhante afectando igualmente a generalidade dos chamados trabalhadores anuais.

Transportes aéreos menos seguros

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que aponta para o aprofundamento da liberalização do transporte aéreo europeu, apesar de na análise do relatório respectivo se identificarem «repercussões negativas» da crescente concorrência que se verifica no sector.

Designadamente, a resolução constata que as pressões no sentido da redução dos custos se reflectiram

negativamente «nas condições sociais e, consequentemente, na segurança» e tem provocado uma multiplicação de rotas que provoca o congestionamento do espaço aéreo.

No entanto, em contradição com esta análise, como observou o deputado do PCP, Joaquim Miranda, a resolução aposta numa maior liberalização do sector, em todas as suas vertentes, assim como na transfe-

rência de soberania do espaço aéreo.

Votando contra a resolução, os deputados do PCP sublinharam o seu acordo com as críticas referidas bem como com a afirmação, igualmente contida no texto, da importância de que se reveste o transporte aéreo de passageiros enquanto serviço público para as regiões periféricas e insulares e a exigência da melhoria em matéria de segurança dos transportes aéreos.

Leite escolar pago a 75%

O Parlamento Europeu obrigou a Comissão Europeia a aumentar para 75 por cento a percentagem de participação comunitária ao leite escolar. Com 238 votos a favor e 201 contra (e 15 abstenções) os eurodeputados adoptaram uma resolução onde se propõe ainda que a ajuda seja extensível a novos produtos como o iogurte bebível e outras bebidas lácteas.

Esta votação transitou da sessão plenária de 15 de Abril, por falta de quorum, quando a Comissão Europeia pretendia reduzir a ajuda de 95 por cento para apenas 50 por cento.

Fischler recebe CNA

A Confederação Nacional da Agricultura é hoje recebida em Bruxelas pelo Comissário Europeu para a Agricultura, Franz Fischler. No encontro, a CNA pretende abordar os problemas resultantes da Política Agrícola Comum, nomeadamente a discriminação das frutas e legumes face a outras produções de países do Norte; a eventual revisão das actuais regras para a produção de leite e a necessidade de uma regulamentação comunitária para a batata.

Entre outros temas, a CNA quer discutir apoios da UE à seca em Portugal; a modulação e plafonamento das ajudas directas; e a renegociação da Organização Mundial do Comércio.

• Pedro Guerreiro

Por detrás das siglas e das políticas

«Governo e empresas devem trabalhar em estreita colaboração para delinear as regras multilaterais para a rápida emergência de um mercado global.»

«Espero que a Conferência Intergovernamental se conclua em Nice de "forma substancial"» - António Guterres, durante uma conferência sobre o tema «Building on Lisbon», organizada pelo Centro de Estudos Políticos Europeus (CEPS), na passada sexta-feira, em Bruxelas. (1)

O que une estas duas frases?

Dar resposta a esta questão é o objectivo do CEO (Corporate Europe Observatory), grupo de investigação e divulgação, que publicou recentemente o resultado de anos de estudo sobre a influência política e económica do capital e dos seus «lobbies» na Europa e no Mundo. Nesta publicação (2) é evidenciado como a grande indústria e finança tiveram (e têm) um papel determinante na evolução e nos objectivos políticos da União Europeia.

Para tal utilizam um diversificado conjunto de organizações, como a ERT (European Roundtable of Industrialists), a UNICE (Union of Industrial and



Employers' Confederations of Europe), a AmCham (EU Committee of the American Chamber of Commerce), a AMUE (Association for the Monetary Union of Europe), entre muitas outras. Algumas chegaram a institucionalizar-se junto da Comissão Europeia, como o CAG (Competitiveness Advisory Group). Utilizam ainda uma vasta rede de centenas de «lobbies» (calculando-se em 10 mil o número de profissionais só em Bruxelas), em que se incluem das maiores empresas de relações públicas e diversos centros de estudo, como o CEPS, onde Guterres terá «clarificado» aquilo que ainda não disse, e presumo que nunca dirá, à grande maioria dos portugueses. Através destas organizações procuram influenciar e determinar as grandes e as pequenas decisões onde estejam em causa os seus interesses.

A pressão neoliberal

Estas organizações, criadas e promovidas pela grande indústria e finança, não assumem uma atitude de expectativa mas, antes pelo contrário, elaboram inúmeros estudos, realizam seminários e encontros, promovem reuniões e «conversas» ao mais «alto nível», procurando introduzir os seus pontos de vista definindo o conteúdo das políticas. Constatem-se as conclusões da Cimeira de Lisboa, onde desde os conceitos às consequências das decisões aí tomadas, está reflectida a ideologia e os interesses das grandes transnacionais.

Pelo seu «privilegiado» acesso aos

governos e à Comissão Europeia - e com a cumplicidade destes - contribuem, procurando facilitar e acelerar a aplicação e aprofundamento da política capitalista neoliberal, para tudo aquilo que os trabalhadores portugueses (mas também os de outros países) conhecem por experiência própria, como a privatização de empresas, o processo de concentração do capital, o desemprego, a desregulamentação do mercado de trabalho, o ataque aos salários e às conquistas sociais, entre muitas outras realidades vivenciadas e confrontadas por cada um de nós, no nosso dia-a-dia.

Decisões por medida

No trabalho do CEO evidencia-se de que forma é que surgiram, evoluíram e se aplicaram as mais importantes decisões políticas ao nível da UE e quem mais lucrou com estas.

Como exemplos: o Mercado Único (com as suas centenas de directivas e a limitação do papel do estado no controlo da economia), a União Económica e Monetária (com o seu euro, o seu Pacto de Estabilidade e o seu BCE), as reformas

institucionais (com a centralização do poder nas instituições da UE e o ataque às soberanias nacionais e consequentemente à democracia).

Ou ainda o processo de

alargamento da União (impondo «reformas estruturais», ou falando claro, impondo o capitalismo mais agressivo aos países da Europa Central e Oriental e o seu domínio económico pelas grandes transnacionais), ou o Partenariado Transatlântico (a procura de entendimento com os EUA no domínio do comércio mundial).

Processos implementados por forma a servirem os interesses da grande indústria e finança, a sua ânsia de domínio no processo de concorrência e a sua busca do máximo lucro, necessariamente em detrimento dos trabalhadores.

O estudo evidencia ainda que para além de procurarem facilitar e acelerar a aplicação e aprofundamento da política capitalista neoliberal na UE, procuram ainda usar esta como «catapulta» para a defesa dos seus interesses noutros fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

Não simplificando a necessária análise da realidade, pois muito trabalho está por fazer, nem concordando com todos os pontos de vista defendidos neste estudo, referimo-lo como um contributo para o aprofundamento da caracterização da actual UE e do seu papel relativamente aos seus Estados membros, aos restantes países da Europa e do Mundo, e nas instâncias internacionais.

(1) in "Budapest Business Declaration", aprovada no 33.º Congresso Mundial da Câmara Internacional de Comércio, que se realizou de 3 a 5 de Maio.

(2) "Europe Inc. - Regional and Global Restructuring and the Rise of Corporate Power" - Pluto Press.

A situação em Freetown é cada vez mais tensa e os estrangeiros estão a abandonar o país com medo de novos massacres

Tensão na Serra Leoa

A situação na Serra Leoa continua confusa, após a Frente Revolucionária Unida (FRU) ter atacado «capacetes azuis» da ONU, fazendo cerca de 500 reféns.

Com os confrontos de terça-feira entre apoiantes da FRU e do governo, que provocaram pelo menos seis mortos, e o «desaparecimento de Foday Sabkon, dirigente da FRU, a tensão voltou a subir em Freetown, capital da Serra Leoa. O facto de os EUA e do Reino Unido terem aconselhado os seus cidadãos a abandonar de imediato o país e decidido reduzir ao máximo a sua presença diplomática, revelam até que ponto a situação se agravou nos últimos dias. Também a Itália optou por evacuar os seus residentes na Serra Leoa.

Na semana passada, efectivos da FRU atacaram vários continentes da Minusil, força que tem 8700 «capacetes azuis» na Serra Leoa com o objectivo de servir de força de interposição entre as tropas leais ao presidente Ahmad Tejan Kabbah e os rebeldes da FRU, que em 1999 assinaram em Lomé um acordo de paz para pôr termo a uma sangrenta guerra civil que remontava a 1991.

Em resultado dos ataques, segundo os últimos números da ONU, divulgados sábado por fonte da organização e citados pela Lusa, um «capacete azul» morreu, enquanto 500 outros - pertencentes aos contingentes do Quênia, Nigéria, Zâmbia e Índia - estão dados como sequestrados.

Na origem dos confrontos estão as acusações do dirigente da FRU, Foday Sankoh, de que o presidente Ahmad Tejan Kabbah não

Londres envia tropas

Segunda-feira chegaram ao Senegal os primeiros soldados britânicos enviados, alegadamente, para proteger, em caso de necessidade, os cerca de 500 cidadãos britânicos que se encontram na Serra Leoa.

De acordo com uma fonte do Ministério da Defesa, trata-se do primeiro batalhão do regimento de pára-quedistas, uma força de reacção rápida que compreende entre 700 e 800 soldados. Londres anunciou também o envio para a África ocidental de cinco navios: o porta-helicópteros *Ocean* com várias centenas de fuzileiros a bordo, uma fragata, dois navios de apoio logístico. Os navios, actualmente no Mar Mediterrâneo, deverão chegar nos próximos dias ao largo da costa africana.

está a cumprir a partilha do poder, estipulada pelo acordo de paz assinado em Julho último e no âmbito do qual o dirigente rebelde passou a vice-presidente do país. Foday Sankoh acusa também as Nações Unidas de tomarem partido pelo chefe de Estado serra-leonês.

Depois de uma noite de pânico provocado pelo anúncio, posteriormente desmentido, de que os rebeldes da FRU se preparavam para atacar a capital, a calma regressou no domingo de manhã a Freetown, mais foi sol de pouca dura.

Desmentido pouco convincente

A situação no país permanece tensa, com as Organizações Não Governamentais

(ONG) a continuarem a retirada do seu pessoal de Freetown com destino a Conacri, na

vizinha Guiné. Também o pessoal não essencial das agências das Nações Unidas foi retirado para aquele país. Na memória de todos está ainda presente o ataque da FRU à capital em 6 de Janeiro do ano passado, que provocou cerca de 6000 mortos, na

maioria civis.

Entretanto, em declarações a uma rádio «independente» do país, «Pro Democracy», Foday Sankoh, negou qualquer plano do seu movimento para invadir a capital. «Jamais tentarei fazer descarrilar o acordo de paz de Lomé. Não estou aqui para atacar quem quer que seja», disse Sankoh, acrescentando que a «a comunidade internacional e o povo da Serra Leoa devem saber que nenhum membro da FRU tem intenção de entrar em Freetown para combater». O dirigente da FRU acusou ainda «certos membros do governo» de

quererem «espalhar o pânico» e denunciou um alegado ataque, com helicópteros, a posições da FRU em Lunsar e Makeni, que representa, segundo as suas palavras, «a destruição do acordo de Lomé». Na ocasião, Sankoh avisou que «não se pode recorrer à força para desarmar a FRU».

O secretário adjunto da ONU para as operações de manutenção da paz, Bernard Miyet, chegou entretanto à Serra Leoa para tentar «impulsionar o moral das tropas, libertar os reféns e apoiar acções promovidas por líderes africanos» para restabelecer a paz na Serra Leoa. Entre estas acções conta-se a cimeira de emergência do «comité dos cinco», convocada para anteontem em Abuja (Nigéria) pelo presidente do Mali, Alpha Oumar Konaré, presidente em exercício da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Libéria, Mali, Nigéria e Togo formam o chamado «comité dos cinco», um dos órgãos da CEDEAO.

Sankoh acusa ONU de tomar partido pelo chefe de Estado serra-leonês



Ficha do país

Nome oficial:

República da Serra Leoa (nome dado por Pedro de Sintra, explorador português do século XV).

Localização: Oeste da África; limitado a oeste com o Oceano Atlântico, a norte e leste com a Guiné, ao sul com a Libéria.

Capital: Freetown, um dos maiores portos naturais do mundo.

Recursos Naturais: diamantes, ouro e bauxita.

Agricultura: arroz, café, cacau, mandioca, óleo de palma.

Pecuária: bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves.

Pesca: 62 mil toneladas (1995).

População: 5.296.651 (Julho de 1999).

Taxa de crescimento populacional: 4.34 por cento (1999).

Esperança de vida: Total da população: 49 anos; homens: 46 anos; mulheres: 52 anos (1999)

Grupos étnicos: 20 tribos nativas africanas: 90 por cento (Temne - 30 por cento; Mende - 30 por cento, outros - 30 por cento); Crioulos: 10 por cento (descendentes de escravos jamaicanos libertos que se deslocaram para Freetown no final do século XVIII), refugiados da recente guerra civil na Libéria, pequeno número de europeus, libaneses, paquistaneses e indianos

Religiões: Muçulmanos: 60 por cento; Crenças Nativas: 30 por cento; Cristãos: 10 por cento

Línguas faladas: Inglês (oficial); Mende (principal no sul); Temne (principal no norte); Krio (baseada no inglês, compreendida por 95 por cento da população).

Taxa de alfabetização: Total da População: 31.4 por cento; homens: 45.4 por cento; mulheres: 18.2 por cento (1995).

Independência (da Grã-Bretanha): 27 de Abril de 1961.

Governo: República (presidencialista).

Divisão administrativa: 4 regiões subdivididas em 12 distritos.

Poder executivo: O presidente Ahmad Tejan Kabbah é o chefe de Estado e do Governo. Foi eleito em 29 de Março de 1996, na segunda volta das presidenciais, com 59.5 por cento dos votos. Em 25 de Maio de 1997, um golpe militar forçou Kabbah a deixar o país. Voltou à Serra Leoa para reassumir a presidência em 10 de Março de 1998. O mandato presidencial é limitado por lei a dois períodos de cinco anos.

Poder legislativo: Assembleia Nacional, com 80 membros (12 representantes dos distritos) eleitos por voto directo para um mandato de 5 anos. As próximas eleições serão em 2001. **Partidos políticos:** 15 partidos registados para as eleições de Fevereiro de 1996. Até 2000, registaram-se 19 partidos para as próximas eleições.

Moeda: leone.

Cotação: 1.500,00 por dólar (Julho de 1998).

Taxa de crescimento real: 0.7 por cento (1998).

População activa: 1.369 milhões (1981); cerca de 65 mil assalariados (1985).

Trabalhadores por ocupação: Agricultura: 65 por cento; Indústria: 19 por cento; Serviços: 16 por cento (1981).

População a viver abaixo do limiar da pobreza: 68 por cento (1989).

Exportações: 41 milhões de dólares (1998); **mercadorias:** diamantes, dióxido de titânio, cacau, café, peixe; **principais parceiros comerciais:** Bélgica, Espanha e Estados Unidos (1997).

Importações: 166 milhões de dólares (1998); **mercadorias:** géneros alimentícios, máquinas e equipamentos, combustíveis e lubrificantes; **principais parceiros comerciais:** Reino Unido, Estados Unidos e Costa do Marfim.



Cronologia do conflito

1964: Morre Milton Margai, dirigente do Partido do Povo de Serra Leoa, que chefiava o governo desde 1951. É substituído pelo irmão, Albert Margai.

1967: A oposição, liderada por Siaka Stevens, vence as eleições gerais, mas é derrubada por um golpe militar.

1968: Stevens é reconduzido ao poder.

19 de Abril, 1971: A Serra Leoa torna-se uma República. Stevens é o presidente executivo e o monarca britânico deixa de ser o chefe de Estado.

1978: Stevens retira-se, escolhendo Joseph Saidu Momoh, chefe do Exército, como sucessor.

1991: É adoptada uma nova constituição e são marcadas eleições para 1992.

Março 1991: A Frente Revolucionária Unida (FRU) lança uma campanha para derubar o governo.

Abril 1992: Um golpe de Estado depõe Momoh e um Conselho Nacional Provisório toma o controlo do país sob o comando do capitão Valentine E.M. Strasser.

Janeiro, 1996: Strasser é deposto por outro golpe e substituído por Julius Maada Bio.

Fevereiro, 1996: Realizam-se eleições legislativas e presidenciais. Ahmad Tejan Kabbah vence e torna-se presidente.

Novembro, 1996: As Nações Unidas medeiam um acordo de paz, conhecido como Acordo de Abidjan, entre o governo eleito e a FRU.

Maio, 1997: Oficiais militares unem-se à FRU para depor o presidente Kabbah e formam uma Junta liderada por Johnny Paul Koroma. Kabbah foge para a Guiné.

8 de Outubro, 1997: O Conselho de Segurança da ONU autoriza a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a aumentar as suas tropas na Serra Leoa, usando soldados do Grupo de Observação Militar (Ecomog).

Fevereiro, 1998: O Ecomog lança um contra-ataque militar que leva ao colapso da Junta rebelde.

10 de Março, 1998: Kabbah regressa ao poder.

Junho, 1998: O Conselho de Segurança das Nações Unidas cria a Missão de Observação das Nações Unidas na Serra Leoa com uma missão de seis meses para agrupar e desarmar os rebeldes, e reestruturar as forças de segurança nacionais. Estas forças, desarmadas, operam sob a protecção do Ecomog.

Outubro, 1998: Sankoh, dirigente da FRU, já preso, é condenado à pena de morte por traição devido ao golpe de Maio de 1997.

25 de Dezembro, 1998: O comandante da FRU, Sam Bockarie, avverte que as suas tropas marcharão sobre Freetown no dia 1 de Janeiro caso o governo não atenda as suas reivindicações, que incluem a renúncia de Kabbah e a libertação de Sankoh.

Dezembro, 1998: A FRU avança para Freetown.

6 de Janeiro, 1999: Após um sangrento ataque da FRU à capital, o governo cede aos rebeldes o controlo de regiões a leste e no centro de Freetown. Kabbah diz que ele e Sankoh concordam com o cessar-fogo. Bockarie rejeita o acordo.

10 de Janeiro, 1999: A jornalista Myles Tierney, da Associated Press TV, é morta num tiroteio. A maior parte dos jornalistas internacionais deixa a cidade depois do ataque.

Março, 1999: O dirigente da FRU, Sankoh, ainda sob prisão, ordena a libertação de 21 crianças que a sua organização tinha como reféns e inicia as conversações de paz.

18 de Abril, 1999: Sankoh é autorizado a viajar para o Togo para se encontrar com dirigentes da sua Frente Revolucionária.

Maio, 1999: Começam as negociações entre o governo e os rebeldes.

7 de Julho, 1999: O presidente Kabbah e o dirigente da FRU, Sankoh, assinam um acordo de paz na capital de Togo, Lomé, terminando formalmente oito anos de guerra civil. O tratado inclui um acordo de divisão de poder e uma controversa concessão de amnistia para crimes de guerra. Segundo o acordo, Kabbah permanece como presidente e Sankoh assume a vice-presidência. Johnny Paul Koroma, um dos chefes do golpe de 1997, queixa-se de ter sido deixado de fora das negociações.

Setembro, 1999: A Nigéria começa a retirar parte dos mais de 12 mil homens do Ecomog; a ameaça de novas violências interrompe a retirada.

1 de Outubro, 1999: Os dirigentes golpistas Foday Sankoh e Johnny Paul Koroma, que se encontravam exilados, regressam a Serra Leoa.

22 de Outubro, 1999: O Conselho de Segurança das Nações Unidas decide - por unanimidade - enviar uma força para a manutenção da paz na Serra Leoa. A decisão cria a Missão das Nações Unidas na Serra Leoa, com um mandato inicial de seis meses, com o objectivo de desarmar e desmobilizar os combatentes.

16 de Janeiro, 2000: Ameaças de nova onda de violência interrompem, mais uma vez, a retirada de tropas nigerianas. Desde Setembro, mais de um terço das tropas nigerianas do Ecomog já deixou a Serra Leoa.

Armas do IRA caladas e em lugar seguro

Esperança de paz no Ulster

As esperanças de paz para a Irlanda do Norte ganharam novo fôlego com a decisão do IRA em desactivar as armas de uma forma «completa e verificável».

A concretizar-se o novo plano apresentado por Londres e Dublin no último fim-de-semana, as instituições autonómicas da Irlanda do Norte voltarão a funcionar já a partir do próximo dia 22. O plano alarga ainda até Junho de 2001 o prazo para a total desmilitarização dos grupos paramilitares no território do Ulster.

Após meses de impasse, os protagonistas do processo de paz voltaram à mesa das negociações no castelo de Hillsborough, onde Tony Blair e Bertie

Não há ameaças do IRA ao processo de paz

Ahern, primeiros-ministros do Reino Unido e da Irlanda, apresentaram a sua proposta de reactivação do governo autónomo norte-irlandês sem a fazer depender do processo de desarmamento, desde que as partes assumissem um compromisso claro e calendarizado nesse sentido. A proposta inclui a aplicação integral do Acordo da Sexta-feira Santa de 1988 até Junho de 2001.

A anterior recusa do IRA em assumir tal compromisso e a intransigência do Partido Unionista do Ulster (UUP) de David Trimble levou, em Fevereiro último, o governo britânico a suspender as instituições autonómicas em 11 de Fevereiro. Esta medida, fortemente criticada por todas as partes em presença, fez atrasar o processo de paz.

Decisão histórica

De acordo com o comunicado do IRA, que transcrevemos na íntegra em separado, a organização reconhece agora a «mudança de contex-

to» oferecida pelo plano estabelecido entre Londres e Dublin e prontifica-se a permitir, «dentro de semanas», a inspecção por observadores internacionais de alguns dos seus depósitos de armas; uma inspecção que passará a ser feita «a intervalos regulares», para garantir que «as armas permanecem seguras», como se afirma no comunicado do

IRA.

É a primeira vez que o Exército Republicano Irlandês assume publicamente um tal compromisso que, como sublinha o comuni-

cado, implica a aplicação integral do Acordo subscrito pela maioria dos partidos em Abril de 1998 e foi ratificado pela população do Ulster no referendo de 22 de Maio do mesmo ano.

Tudo aponta para que a inspecção internacional aos depósitos de armas assente em Martti Ahtisaari, ex-presidente de Finlândia, e em Cyril Ramaphosa, antigo secretário-general do Congresso Nacional Africano (ANC), esperados nos próximos dias em Belfast. Os observadores deverão fazer a ligação à Comissão Independente de Desarmamento presidida pelo general canadiano John de Chastelain, que retomou as suas funções e com quem o IRA se prontificou igualmente em reatar os contactos.

A consolidação do processo de paz na Irlanda do Norte está agora nas mãos dos unionistas, que se devem pronunciar sobre a tomada de posição do IRA. David Trimble acolheu de forma positiva, ainda que cautelosa, o comunicado do IRA, afirmando que abria «novos horizontes».



«O nosso dia chegará»

Comunicado do IRA

«A direcção do IRA está empenhada numa paz justa e duradoura. Mantivemos esse compromisso apesar do abuso do processo de paz por parte dos que insistem que no objectivo de derrotar o IRA e os republicanos irlandeses.

«Os republicanos acreditam que o governo britânico reclama uma parte da Irlanda. A sua recusa à autodeterminação nacional para o povo da ilha da Irlanda, a divisão do nosso país e a manutenção das desigualdades nos seis condados são as causas do conflito.

«A manutenção das tréguas é o nosso contributo para o processo de paz e para a criação de um futuro em que as causas do conflito sejam resolvidas por meios pacíficos. Pela nossa parte, a direcção do IRA compromete-se a resolver a questão das armas.

«A responsabilidade política de fazer avançar a actual situação cabe aos dois governos, especialmente ao governo britânico, e aos dirigentes dos partidos políticos.

«A plena execução - numa base irreversível e de progresso por parte dos governos, especialmente do governo britânico - do que foi acordado proporcionará um contexto político para um processo político duradouro.

«(Um processo político) capaz de erradicar as causas do conflito e em que os republicanos irlandeses e os unionistas possam, como iguais, prosseguir os seus respectivos objectivos políticos de forma pacífica.

«Neste contexto, a direcção do IRA iniciará um processo para pôr de lado as armas de uma forma completa e verificável. Fá-lo-emos de maneira a impedir o perigo para a população e o mau uso de outras e a assegurar a máxima confiança da população.

«Reataremos os contactos com a Comissão Internacional Independente de Desarmamento e começaremos novas conversações com a comissão na base do compromisso da direcção do IRA em resolver a questão das armas.

«Pedimos aos dois governos e especialmente ao governo britânico que cumpram os seus compromissos na base do Acordo da Sexta-feira Santa e do comunicado conjunto.

«Para facilitar a rapidez e plena execução do acordo da Sexta-feira Santa e das medidas do governo, as nossas armas estão caladas e em lugar seguro.

»Não há ameaças do IRA ao processo de paz. Neste contexto, a direcção do IRA decidiu pôr em prática, dentro de semanas, medidas de confiança para confirmar que as nossas armas estão seguras.

«O conteúdo de um número de depósitos de armas será inspecionado por uma terceira parte a acordar, que informará sobre o assunto a Comissão Internacional Independente de Desarmamento.

«Os depósitos serão inspecionados regularmente para assegurar que as armas se mantêm em silêncio.»

ETA mata jornalista

José Luis López de Lacalle, jornalista, de 62 anos, foi assassinado domingo, com quatro tiros, por um comando da ETA. Lacalle era um conhecido lutador antifascista e fundador do movimento pacifista Foro Ermua, organização cívica contra a violência radical e a favor da tolerância. O crime provocou nova onda de revolta em Espanha, com milhares de pessoas a manifestarem-se contra a violência da ETA. O assassinato deste colaborador do jornal El Mundo é interpretado como mais um atentado etarra contra a liberdade de expressão e os jornalistas, que nos últimos meses tem sido alvo de ameaças frequentes. O Partido Popular e o PSOE reclamam que o Partido Nacionalista Basco (PNV) convoque eleições autónomas e exijam-lhe que se demarque totalmente dos sectores radicais da ETA e expressamente de Euzkal Herriarrok. O PNV considera que não há relação entre as acções terroristas e a antecipação de eleições, e reclama do Governo e dos partidos nacionais que se comprometam na adopção de iniciativas conducentes a uma solução pacífica em vez de «demonizarem» os nacionalistas.

Vitória na Noruega

Após uma semana de greve que paralisou o país, os trabalhadores noruegueses viram satisfeitas as suas principais reivindicações: aumentos salariais de cinco por cento, cinco semanas de férias pagas (seis semanas para os maiores de 60 anos), entre outras regalias. Depois dos seus filiados terem rejeitado o acordo alcançado em Abril entre sindicatos e patronato, considerado insuficiente, a principal confederação sindical do país, LO, convocou a 3 de Maio mais de 10% de seus 800 mil membros do sector privado para uma paralisação indefinida, que afectou a indústria, transporte de mercadorias, meios de comunicação, transporte marítimo, hotelaria, restaurantes e construção. Desde 1986 que a Noruega não vivia um conflito social com tamanha dimensão.

Terror nas Filipinas

Os extremistas muçulmanos do grupo Abu Sayyaf fugiram anteontem com todos os reféns furando o cerco militar em torno do seu refúgio na ilha de Jolo, sul das Filipinas. O grupo detém desde 23 de Abril um grupo de 21 reféns, incluindo 10 turistas ocidentais. Pouco conhecido fora das Filipinas antes do sequestro, este grupo tem uma história curta mas recheada de violência, com morte e raptos no sul do país. Afirma pretender criar um Estado independente islâmico e «puro».

Salário mínimo e reforma agrária agitam Brasil

A votação da Medida Provisória que instituiu o salário mínimo de 151 reais, agendada para ontem, domina esta semana as atenções da vida política brasileira.

Apesar de ter a aprovação assegurada, dado contar com o apoio da maioria dos senadores e deputados, a nova política salarial do governo merece o repúdio generalizado da população. Para ontem estavam previstas manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do movimento Grito pela Terra Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura (Contag), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos funcionários públicos.

Esperava-se que, para além de 5000 trabalhadores

rurais - cuja maioria recebe salário mínimo -, outros 5000 manifestantes, entre reformados e funcionários públicos federais, se juntassem aos protestos contra a base dos 151 reais.

Como forma de pressão aos parlamentares candidatos, a CUT prepara-se igualmente para distribuir panfletos e montar outdoors nos municípios revelando os nomes dos deputados e senadores que votarem a favor do minguado salário mínimo.

O coro de protestos contra a política de reforma agrária do governo subiu de tom a semana passada, com o MST a invadir 14 prédios públicos em todo o país, numa acção que deu origem a confrontos violentos com as forças policiais. Cerca de 200 feridos

entre camponeses e policiais e um trabalhador morto a tiro foi o trágico balanço.

Presente envenenado

O MST desocupou os edifícios invadidos após o governo ter ameaçado usar o Exército contra os seus militantes, mas deu ao executivo um prazo, que ontem terminou, para que fossem designados negociadores para debater as novas medidas anunciadas sobre a «descentralização da reforma agrária». Essas medidas, que visam passar a questão da terra para os diferentes Estados, são um presente envenenado: as terras dos latifundiários ocupadas ilegalmente, ainda que estejam abandonadas, passarão

a não poder ser expropriadas pelo governo para serem entregues aos Sem Terra, como acontecia até agora. Isto significa que o MST ficaria privado do seu principal instrumento de luta, a ocupação dos baldios.

O MST, segundo um dos seus dirigentes nacionais, Jaime Amorim, quer a presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan, ou do chefe da Casa Civil, Pedro Parente, nas negociações. «Queremos alguém que resolva», disse em declarações à imprensa, criticando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e o ministro da Justiça, José Gregori, interlocutores do governo.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram entretanto chamadas a participar das negociações. O presidente da OAB, Reginaldo de Castro, recebeu do MST uma lista de reivindicações, que, segundo ele, não é suficiente para sustentar a intermediação junto ao governo. «Queremos saber os detalhes para não haver mal-entendido», disse Castro. «Acho que está faltando objectividade por parte do governo em dizer isso posso atender, além disso não posso», afirmou Castro, sublinhando que «os credores externos são muito bem recebidos pelo governo», pelo que «agora, os credores internos da nossa dívida social, que é perversa, devem ser tratados de forma mais igual».

Defensor dos princípios da esquerda verdadeira

Red Ken venceu em Londres

A vitória de Ken Livingstone nas eleições locais recentemente realizadas em Inglaterra, dando-lhe a presidência da Câmara de Londres, apesar de prevista, foi o êxito retumbante de um político de esquerda que jamais renegou as suas ideias apesar das campanhas do «blairismo» e do «New Labour».

Expulso do Partido Trabalhista pelos fanáticos ao serviço do mercado e do capitalismo, «Red Ken» apresentou-se ao povo como candidato independente e venceu. O povo de Londres, apesar de diversificado e com interesses díspares, compreendeu-o e aliou-se-lhe. Só «Red Ken» lhe apresentou propostas verdadeiras e lógicas.

Esta sensacional vitória é filha da demagogia «blairista». Tony, o actual primeiro-ministro, e o conjunto de políticos que se meteram no trabalhismo para dele se servirem, inventaram algumas ideias indubitavelmente sedutoras com as quais embalaram uma parte do programa eleitoral de 1997. Então, eleitos com a esmagadora maioria que se conhece, trataram de analisar as eventuais consequências das promessas feitas e ficaram surpreendidos com os perigos que as mesmas continham. Mas já era tarde. Tiveram de apresentar-se perante o povo britânico como grandes «pagadores de promessas».

Eram as seguintes: 1 – um parlamento para a Escócia; 2 – uma assembleia para o País de Gales; 3 – uma assembleia para Londres e um «mayor» (presidente de Câmara) directamente eleito. Estas ideias que resultaram em situações concretas desfavoráveis andam a perseguir e a enegrecer os dias dos «blairistas» sem alívio. Assim, o que encontramos na Escócia? O «Labour», vestido de «New Labour» aliado aos interesses do *big business*, não conseguiu a maioria parlamentar que fazia parte do seu projecto e, agora, devido à doença de Donald Dewar, entregou aos liberais-democratas a direcção do Executivo de Edimburgo; no País de Gales, Tony Blair exigira que fosse eleito como primeiro-ministro do Executivo, o seu amigo Alan Mitchell, mas o «leader» da Assembleia é Rhodri Morgan cuja eleição Mr. Blair quase «proibira»; restava a grande capital metropolitana, Londres, a cidade de Charles Dickens.

Metropolitano pertence à cidade

Aos «blairistas» repugnava terem de aceitar perante os capitalistas e os dirigentes das transnacionais que o «old Labour», afinal, não estava destruído, a sua alma permanecia viva e aceitável, perfeitamente aceitável junto das massas populares. Quando Ken Livingstone se declarou candidato à presidência da Câmara de Londres, ridicularizaram-no, sujeitaram-no a sessões de perguntas inquisitoriais, vilificaram-no, procuraram enlameá-lo em questões financeiras sem pés nem cabeça – por último, expulsaram-no do partido. Quem acabou por ser feito candidato trabalhista foi Frank Dobson, um incondicional fiel de Tony Blair, antigo secretário de Estado da Saúde, um dócil sem condições para arrastar consigo o eleitorado. Mas para que Dobson fosse designado pelas estruturas do partido, inventaram um sujo esquema cuja finalidade era só uma – afastar

Ken Livingstone. As ideias deste e as suas propostas eram consideradas inaceitáveis para o «New Labour» como comité central do capitalismo. O fantasma que os perseguia era a perda da possibilidade de oferecerem aos investidores globais o controlo do Metropolitano de Londres.

«Red Ken» propunha ao povo da capital britânica que fosse ele próprio o dono do Metropolitano e de todo o sistema de transportes da grande cidade, o afastamento dos capitalistas que projectavam lançar mão, com a ajuda de Blair, ao «grande negócio do Tube», a criação de uma nova política de transportes. Todos os londrinos com experiência de vida na cidade nos últimos 20 anos sabem o que Livingstone fez como presidente do extinto GLC (Greater London Council) – reduziu, radicalmente, o custo dos bilhetes do Metro para eliminar, o que conseguiu, o aumento do tráfego automóvel na grande capital. Por outro lado, sabe-se o que tem representado para a «Greater London» e para os «shires» (regiões) mais chegados, a privatização dos comboios – um verdadeiro desastre. Londres, assim, não via com bons olhos o projecto da privatização do Metro que Tony Blair e os modernizadores tinham prometido ao grande capital.

Ken Livingstone foi eleito, tinha de sê-lo, e tomará posse, assim como a Assembleia londrina, no próximo dia 3 de Junho.

Duas afirmações

“Penso que o tempo do socialismo ainda está para vir. É por isso que decidi candidatar-me à presidência da cidade de Londres. Governar uma cidade como esta só pode conceber-se levando à prática a linguagem do socialismo”

“Os patriotas do IRA estão a lutar pela liberdade nacional da Irlanda. Os seus militantes presos são tão prisioneiros de guerra como os nossos soldados o foram na Alemanha nazi durante a guerra”

● Manoel de Lencastre



Factos e números das eleições locais em Inglaterra

04.05.2000

Presidência da Câmara de Londres (Mayor)

1.º, Ken Livingstone, independente 776 427 votos (57,9%)
2.º, Steve Norris, conservador 564 137 » (41,1%)

Na primeira volta desta eleição o candidato Frank Dobson (trabalhista da versão «New Labour»), tinha conseguido 223 884 votos (13,1%) e a candidata dos Liberais-Democratas, Susan Kramer, 203 452 votos (11,9%). Ambos desapareceram da eleição.

Assembleia de Londres metropolitana

Posição dos partidos:

Partido Trabalhista 9 lugares
Partido Conservador 9 »
Liberais-Democratas 4 »
Partido «Os Verdes» 3 »

Nas regiões

Conservadores: lugares de vereador ganhos nas Câmaras: 593
Trabalhistas: » » perdidos » 568
Liberais-Democratas: » » » » 21

O «New Labour» perdeu as cidades de Southend, Plymouth, Rossendale, Hartlepool, Oldham, Solihull.

Eleição parcial para a Câmara dos Comuns (Romsey)

Sandra Gidley – Liberais-Democratas 19 571 votos
Timothy Palmer – Conservadores 16 260 »
Andrew Howard – Trabalhistas 1 481 »

Poderes e programa do «Mayor» londrino, Ken Livingstone

Orçamento: 3,6 mil milhões de libras (câmbio actual: £1 igual Esc: 345);

Localização: Marsham Street, Westminster. Está a ser construído um novo edifício para a presidência da Câmara em Tower Bridge;

Ordenado: £84.385 anuais, reduzido para £75.136 porque Livingstone é, simultaneamente, deputado à Câmara dos Comuns;

A Greater London Authority (Autoridade para a Grande Londres) a que chamamos a Câmara de Londres, para simplificar, controla as seguintes organizações:

- Transportes de Londres;
- Agência para o Desenvolvimento (localização de indústrias);
- Polícia Metropolitana;
- Bombeiros.

Medidas que se aguardam de Ken Livingstone:

1. O «mais aberto e acessível estilo de governo jamais visto no Reino Unido» e o lançamento de um sistema de «democracia electrónica» para estudo dos pontos de vista dos eleitores (através de um «website»-Internet);
2. Oposição aos planos do governo para privatizar o Metro; lançamento de títulos da Câmara no mercado financeiro para fazer frente às despesas de remodelação respectivas;
3. Readmissão de pessoal nos autocarros para o lugar de cobrador. Introdução de um preço único

(70 pence/250 escudos) para todas as viagens nos autocarros londrinos. (Actualmente, viajar no centro, de Oxford Street para Piccadilly, um pequeno trajeto, custa 345 escudos.)

4. Introdução de um sistema de licenças para viajar de automóvel no centro de Londres. Objectivo: descongestionar o trânsito, persuadir os automobilistas a deixarem os «pó-pós» estacionados longe do centro e a viajarem nos transportes públicos;

5. Recrutamento de mais 2000 polícias para que a luta contra o crime na capital seja acelerada e tornada mais eficiente;

6. Será fundada uma Autoridade para os Serviços de Saúde na capital para colaborar com o Ministério da Saúde na melhoria dos serviços à disposição do povo de Londres;

7. As artes e os desportos serão incentivados. Vai ser estabelecido um sistema de «Capital Arts Card» permitindo aos pensionistas e reformados uma ida semanal aos teatros, cinemas e concertos contra o pagamento de apenas 3 libras (1000 escudos);

8. Serão criadas estradas e caminhos destinados a peões criando condições para andar na cidade longe do trânsito automóvel. As águas do Tamisa serão objecto de um programa especial de protecção. Pelo menos 25% do lixo recolhido nas áreas habitacionais londrinas será reciclado (reaproveitado);

9. A Câmara de Londres reabrirá um novo ciclo de relações entre a cidade e os sindicatos.

A 2.ª Guerra Mundial foi há 55 anos

Números

para

Não esquecer

Há 55 anos, a 7 de Maio de 1945, findava na Europa, com a capitulação da Alemanha, a 2.ª Guerra Mundial.

A 2 de Maio, o Exército Vermelho tomara Berlim, culminando a ofensiva sobre a capital do III Reich, iniciada pelas tropas soviéticas a 16 de Abril. Mas o avanço soviético começara muito antes, com a derrota das tropas nazis em Estalíngrado.

Em 19 de Novembro de 1943, a contra-ofensiva soviética tinha início. Os aliados esperavam para ver, até decidirem a abertura de uma segunda frente que apenas se concretiza no ano seguinte. A história da guerra contra os invasores nazis continua a ser mal contada, sobrevalorizando-se o papel dos EUA na derrota de Hitler e tentando apagar-se o esforço soviético – militar e popular, na resistência e, por fim, na vitória. Também no que toca às vítimas do nazismo se assiste à mesma tentativa de apagamento, sublinhando-se apenas o monstruoso massacre de milhões de judeus e «esquecendo-se» os milhões de mortos soviéticos na guerra. Para avivar a memória, publicamos hoje um artigo do general russo Grigori Krivocheiev, divulgado pela Agência RIA, que recorda números terríveis. Que não podem ser esquecidos.

Morreram e desapareceram...

Em Junho de 1941, sete países proclamaram uma guerra contra a União Soviética – Alemanha (em 22 de Junho), Itália (em 22 de Junho), Roménia (em 22 de Junho), Hungria (em 27 de Junho), Finlândia (em 26 de Junho) e os governos fantoches da Eslováquia (em 23 de Junho) e da Croácia.

Além dos países que proclamaram guerra contra a Rússia, nas acções de combate participaram unidades militares integradas por cidadãos da Albânia, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia, Sérvia, França, Chequia e Suécia.

Do lado da Alemanha combateram a divisão dos cossacos comandada por B. Steifon, a 15.ª divisão dos cossacos comandada por Von Panvits e algumas outras unidades integradas por cidadãos da União Soviética.

As consequências mais graves da Segunda Guerra Mundial para a URSS foram as perdas humanas avaliadas em 26,6 milhões de pessoas. Nunca antes, na história da Rússia, foram registadas perdas tão numerosas.

● **Grigori Krivocheiev**

Durante a Segunda Guerra Mundial,

só a Alemanha e a Rússia recrutaram para as suas forças armadas cerca de 56 milhões de pessoas. Em geral, naquela guerra participaram cerca de 120 milhões.

Nos anos da guerra, para as Forças Armadas da Rússia foram mobilizados 34 476 700 efectivos. Trata-se de um número igual ao das populações da Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Finlândia. Além disso, foram recrutadas 490 235 mulheres e 219 645 homens maiores de 50 anos, ou seja, não sujeitos ao serviço na tropa.

As novas pesquisas dos materiais estatísticos do Estado-Maior General (EMG) das Forças Armadas russas permitiram determinar que nos anos da guerra as Forças Armadas russas perderam 11 444 100 pessoas. Trata-se dos efectivos mortos nas batalhas, desaparecidos, mortos em hospitais em consequência de feridas ou doenças adquiridas e aprisionados.

Entre as perdas sofridas, o número dos desaparecidos é grande. De acordo com os documentos do EMG, da totalidade de 11 444 100 vítimas da guerra, 5 059 000 pessoas desapareceram ou foram aprisionadas. Isto corresponde a 42,3%. É de supor que nem todos os desaparecidos fossem aprisionados. A análise de documentos do comando alemão permitiu concluir que cerca de 450 500 militares deste número morreram, ficaram a viver nos territórios ocupados ou juntaram-se aos guerrilheiros. Quanto ao número de aprisionados, é de 4 599 000.

Estas estatísticas são provadas pelas informações do comando das tropas terrestres da Alemanha publicadas na revista das acções de combate da Bundeswehr. De acordo com as referidas informações, até 20 de Dezembro de 1942 as tropas alemãs aprisionaram 3 350 639 militares russos. Este número é quase igual às estatísticas do EMG russo.

A brutalidade em relação aos prisioneiros russos provocou uma alta taxa de mortalidade. Assim, o historiador Kristian Streit afirma que da totalidade de 3,4 milhões de prisioneiros de guerra russos nos fins de Janeiro de 1942,

ficaram vivos só 1,4 milhões. Os demais 2 milhões foram executados ou morreram de frio ou fome. Centenas de milhares de pessoas foram liquidadas pelos destacamentos da SD por motivos políticos ou de raça.

Alguns analistas afirmaram que as perdas da URSS na Segunda Guerra Mundial foram 14 vezes maiores do que as da Alemanha.

Após muitos anos de estudo conseguiu-se compor o balanço dos efectivos das Forças Armadas da Alemanha na guerra.

Assim, em 1 de Setembro de 1939, as tropas alemãs contaram com 3 214 000 efectivos. No período de 1 de Junho de 1939 a 30 de Abril de 1945 foram recrutados mais 17 893 000. Desta forma, o número total é de 21 107 000.

Nas vésperas da capitulação da Alemanha, as suas tropas contaram com 4 100 000 militares, enquanto em hospitais no território alemão permaneciam mais 700 000.

Na guerra foram mortas 16 307 000 pessoas.

Deste número:

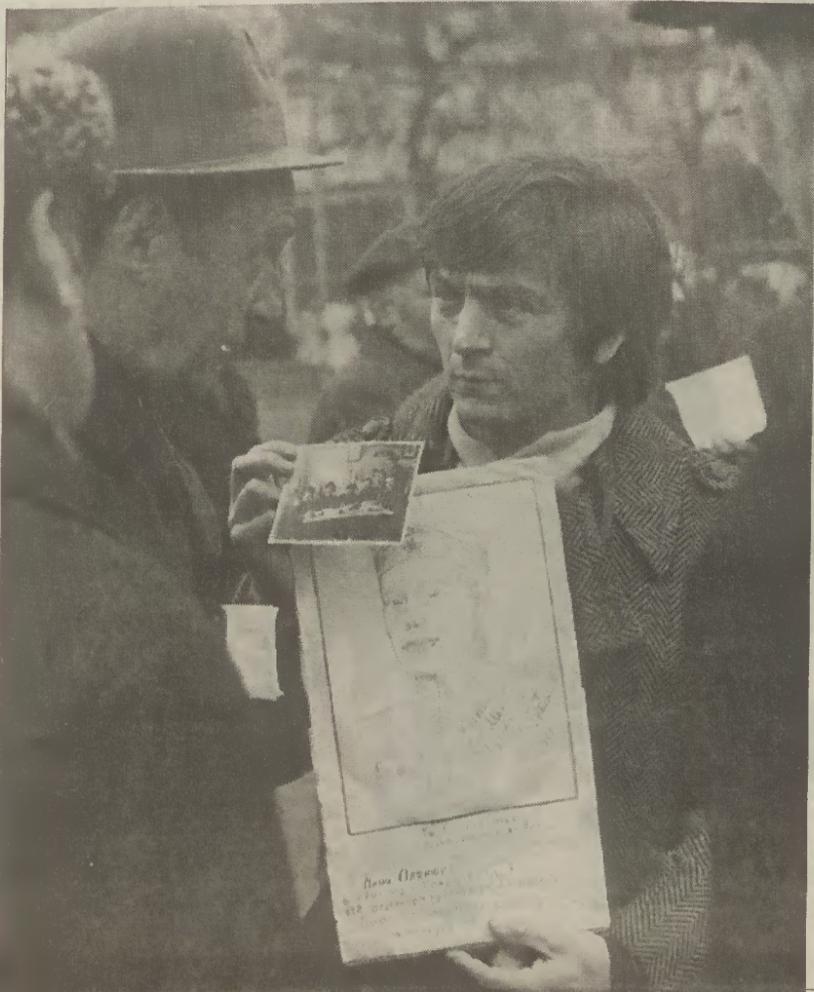
a) baixas irrecuperáveis – 11 844 000 pessoas. São efectivos mortos no campo de batalha ou nos hospitais. Desapareceram 4 457 000 pessoas. Foram aprisionadas 7 387 000 pessoas.

b) outras baixas – 4 463 000 pessoas.

Deste número foram reconhecidos como inválidos ou fugiram 2 463 000 efectivos. Foram desmobilizadas e encaminhadas para o trabalho na indústria 2 milhões de pessoas.

Em geral, as perdas irrecuperáveis da Alemanha e dos seus aliados na frente russo-alemã (1941-1945) constituíram 8 649 300 pessoas. Regressaram da prisão depois da guerra 3 572 600 pessoas. Desta forma, as perdas demográficas do adversário totalizaram 5 076 400 pessoas (em Julho de 1992 este índice foi corrigido até 6 923 700 pessoas). Assim, a correlação entre as nossas perdas e as perdas do adversário nos anos da guerra foi de 1,5:1.

A Grande Guerra Pátria foi uma prova dura para o povo soviético que desempenhou o principal papel na vitória sobre o fascismo.

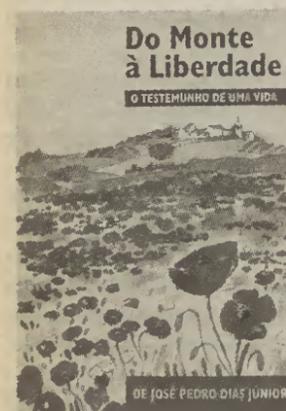


Livros



As Curvas do Tempo

Memórias toda a gente tem, muitos as escrevem. Mas a gente habituou-se a lê-las moldadas por escritores ou por políticos e menos por outros que também queiram deixar traço da sua passagem. E quem mais deixa traços senão os que, traçando, projectam e constroem a paisagem e «humanizam» os lugares onde se vive? As Curvas do Tempo são as memórias de um arquitecto. De Oscar Niemeyer, que é dos que deixam marca. Na paisagem, mas também no seu e nosso tempo, que perdura nas formas que imaginou e projectou. Deste livro, editado pela Campo das Letras, onde o autor vem publicando textos, escreve Ferreira Gullar: «Este é o livro de um homem para quem as coisas mais importantes da vida são a amizade e a solidariedade. Mas é também um livro que se incorporará nossa história e a história da arquitectura, já que o autor delas tem participado como arquitecto inovador, criador de obras imortais, fundador da nossa moderna arquitectura e protagonista da construção de Brasília, da sede da ONU e de tantos outros projectos importantes.»



Do Monte à Liberdade

José Pedro Dias Júnior já não viu a publicação deste seu texto, que subtitulou de *Testemunho de Uma Vida* e que a Câmara Municipal de Alcochete editou recentemente com um prefácio do seu presidente, Miguel Boeiro. Publicara em 1997 o livro *Touro Desemboado e Outros Contos*, a que Boeiro se refere, aproximando os textos desse livro com os deste, também feitos de memórias de um tempo que só os testemunhos fazem perdurar. O autor, que foi licenciado em Filologia Românica e professor do ensino secundário até ser impedido de leccionar pelo fascismo, vindo a ser reintegrado após a Revolução, foi um destacado antifascista que sofreu anos de prisão e que, a seguir ao 25 de Abril, participou nas actividades sindicais e políticas da construção democrática.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

A CIA anos depois

A desclassificação enquanto secretos ou confidenciais decorrido um determinado período (em geral, entre 25 e 50 anos) de documentos oficiais constitui uma prática importante do ponto de vista do funcionamento das instituições democráticas, mas transformou-se também numa forma de manipulação política relevante.

A situação nos EUA é, neste aspecto, seguramente das mais contraditórias. Por um lado, em poucos países se leva aparentemente tão a rigor como em Washington este processamento documental; mas, por outro, numerosos indícios apontam para que o que é «desclassificado» nem sempre corresponde ao suporte de factos efectivamente verificados, mas antes a operações de mistificação sobre episódios comprometedores mediante documentação truncada ou mesmo forjada.

Um dos casos mais significativos gira em torno do que continua a ser um dos mais sombrios episódios da história contemporânea dos EUA, a execução do casal Rosenberg. A divulgação do designado «projecto Venona» desperta as maiores dúvidas junto das organizações e activistas que continuam a lutar pelo esclarecimento completo do caso, recomendando-se a consulta do vasto número de sites na Internet sobre o assunto.

Investigações atentas

Entretanto, nem sempre o panorama é este e as organizações de direitos cívicos norte-americanas dão particular atenção à desclassificação de documentos e à divulgação de situações que frequentemente vêm confirmar denúncias feitas na altura e negadas por governos e autoridades.

Um interessante trabalho, embora com claras características de intervenção e divulgação, é o livrinho «The CIA's Greatest Hits», de Mark Zepezauer, editado pela Odonian Press e que vai já na sua 4.ª edição. Não é dos menores motivos de interesse da obra, aliás, a vasta bibliografia citada a propósito de cada um dos 42 casos sobre os quais o autor se debruça.

Entre eles, Zepezauer refere um que em 1974-75 fez correr bastante tinta em Portugal, a «Operação Gládio», uma estrutura sustentada essencialmente pela CIA e que recrutou em diversos países europeus (com destaque para a Itália, França, Espanha e Portugal) militantes de extrema-direita para desenvolver acções clandestinas de sabotagem e provocação.

Assassinatos

Intervenções na América Latina (Guatemala, Chile, Panamá, Bolívia, etc.), a actividade da CIA no Vietnam, Laos e Cambodja são desenvolvidas, mas assume particular interesse o que continua a constituir das mais obscuras teias políticas norte-americanas: os assassinatos de John Kennedy, de seu irmão Robert Kennedy, de Martin Lutger King e de Malcolm X.

O alinhar de factos jamais explicados, os «desaparecimentos» em situações sempre confusas de dezenas de testemunhas, as inacreditáveis contradições dos processos e inquéritos são elencadas com concisão, escrevendo Zepezauer:

«Centenas de livros foram já escritos sobre a existência ou não de uma conspiração no assassinato de JFK. No assassinato do seu irmão, o senador Robert Kennedy, a existência de conspiração pode ser resumida numa afirmação: o relatório do delegado do Ministério Público de Los Angeles defende que RFK foi morto por um tiro à queima-roupa disparado por trás, enquanto toda a gente confirma que Sirhan Sirhan, o assassino confesso, estava pelo menos um metro em frente dele.»

Ainda sobre Robert Kennedy, Zepezauer recorda a estranhíssima situação de Sirhan Sirhan se encontrar à época em tratamento psiquiátrico pelo dr. William Bryan, Jr., uma figura com reconhecidas ligações à CIA, nomeadamente no polémico caso «MK-ULTRA», nome de código das investigações sobre controlo mental, uso de drogas, etc., desenvolvido pelos serviços secretos americanos em cobaias humanas escolhidas nas penitenciárias e que daria origem a um dos maiores escândalos envolvendo a espionagem yankee.

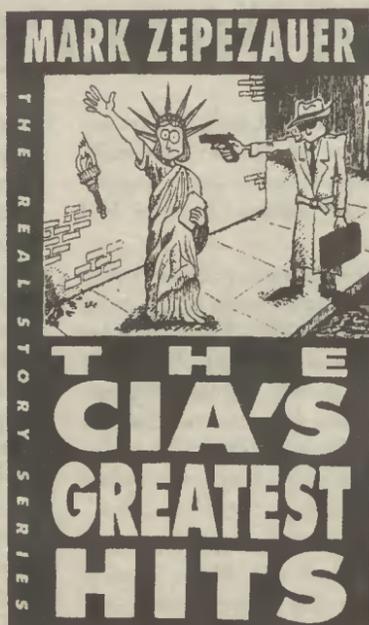
A teia iraniana

Zepezauer afirma que onde a documentação existente é tão ou mais nebulosa que nos casos dos Kennedy é no emaranhado que envolve os compromissos, via CIA, entre a candidatura de Ronald Reagan, em 1980, com o Irão para sabotar as negociações de libertação dos reféns da embaixada americana em Teerão no sentido de fazer impender sobre o então presidente Carter o ónus do «falhanço» e daí extrair dividendos eleitorais, o que aliás se verificou.

Para além dos desenvolvimentos da operação no escândalo Irão-contras (fornecimento de armas às forças anti-sandinistas apoiadas pelos EUA através do Irão), tudo indica que há ligações igualmente com a sabotagem do voo Pan Am 103 que explodiu em voo sobre Lockerbie, na Escócia, a 20 de Dezembro de 1989, matando 270 pessoas.

Pese a barragem de propaganda de Washington, a verdade é que não apenas aquele voo servia habitualmente para tráfico de heroína para os EUA por parte de um agente duplo Monzer al-Kassar, como essencialmente naquele dia viajavam para os EUA o major Charles McKee e quatro elementos da sua equipa, todos membros da CIA trabalhando na libertação dos reféns americanos no Líbano, que haviam tomado conhecimento do tráfico de al-Kassar e do papel por ele representado no bloqueio de soluções para os prisioneiros de Beirute. Além de McKee, viajavam igualmente no mesmo voo um funcionário dos serviços norte-americanos de investigação sobre criminosos nazis e um funcionário das Nações Unidas a trabalhar como mediador na África do Sul, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros tinha igualmente lugar marcado no voo, que cancelou à última da hora.

Resumindo, um livrinho a pedir tradução.



Desporto

• José Pascoal

De popular,
só a paixão

O título de campeão nacional de futebol da I Liga vai ser decidido no domingo. No plano estritamente desportivo, ainda bem. A incerteza faz parte do jogo e assim retardada até à última jornada a emoção só poderia ser inevitavelmente grande, pelo que, em condições normais, os campos Adelino Ribeiro Novo, em Barcelos, onde actuará o F.C. Porto, e Eng. Vidal Pinheiro, na portuense freguesia de Paranhos, onde jogará o Sporting, podem e devem ser palcos de festas. Acontece, porém, que há muito não se assistia a tão emotivo final de campeonato e há muito mais que o clube de Alvalade não conquista o título - 18 anos! É por isso enorme o risco de descambarem em espectáculos de violência e vergonha, como aquele a que o País inteiro assistiu, recentemente, em directo pela TV, no Pavilhão Rosa Mota.



Pelo que se viu na semana passada, com o clima de euforia e expectativa criado em redor do Sporting-Benfica, pode já imaginar-se o ambiente nestas duas partidas. Desde logo, pelos interesses em jogo. E não se pense que são só os dos dois clubes em luta renhida pelo título. Ambientes como estes representam para os órgãos de informação, desportivos e não só, oportunidades raras de vender mais e de aumentar os níveis de audiências e oferecem aos políticos e partidos populistas ensejo de se mostrarem e de darem asas à demagogia. Desporto popular como é, o futebol pode dar muitos votos. Se assim não fosse, provavelmente, o ministro Jorge Coelho não teria afirmado que o País em peso queria ver o Sporting campeão, nem tão-pouco o director de «Record», João Marcelino, teria escrito que o futebol, «no Sul é (...) generoso, verdadeiro, incapaz de tomar partido». Duas opiniões indiscutivelmente incendiárias. Estamos em crer que nenhum deles as emitiu com intuito de exacerbar paixões até ao limite da irracionalidade - infeliz e preocupantemente frequentes em

jogos marcados por tão intensa carga emocional - mas a verdade é que de nenhuma delas transparece serenidade e muito menos bom senso. E querem eles, depois, ter moral para criticar e até condenar palavras e atitudes de dirigentes do futebol!

Em nome da segurança

Se aqueles dois exemplos são preocupantes, que dizer da decisão das direcções do Salgueiros e do Gil Vicente de elevarem os preços dos bilhetes para estes dois jogos para valores escandalosamente proibitivos? Como os regulamentos da Liga não fixam limites máximos, prevalece a lei da oferta e da procura, não se importando os dirigentes desses clubes de os porem no mercado ao preço de candongueiros.

E o que eram «Preços\$ loucos» para o «Jornal de Notícias», na terça-feira, era qualificado de «abu\$o» pelo «Record», enquanto o «24 horas» apelidava tal decisão de «loucura no futebol». Mas, nesse mesmo dia, «A Bola» apresentava-se com a manchete mais sugestiva e quiçá preocupante: «Estádios de choque.»

Na verdade, os dois principais jogos da I Liga vão ser disputados nos campos que aos jornalistas oferecem as piores condições de trabalho e ao público o maior desconforto e quase nulas condições de segurança. E, no entanto, quem quiser assistir *in loco* a qualquer destas duas partidas, não sendo associado do Gil Vicente ou do Salgueiros, sabe já que o mínimo que terá de pagar, se chegar ao bilhete pela via normal, é 10 mil escudos, mas poderá ver-se, mesmo por essa via, na iminência de ter de desembolsar qualquer coisa como 30 contos! Imagine-se, então, até onde poderão chegar os preços no mercado negro! De Vidal Pinheiro não saiu qualquer explicação para esta loucura, mas já a Direcção do clube de Barcelos justificou a decisão com a necessidade de poder cobrir, assim, as despesas de segurança.

Realmente, com estes preços, o futebol só pode ter de popular a paixão.

Desfrutá-lo passa a ser coisa de gente rica ou... louca. Como sói dizer-se, o mercado é que manda. Curiosamente, acontece tudo isto numa altura em que os trabalhadores portugueses - designadamente os da Função Pública, Carris e Metro - lutam por melhores salários e condições de trabalho e de vida. Podem os governantes dizer-nos que o futebol não é um bem essencial, mas o que não podem é ignorar este abuso, como se o futebol fosse um mundo à parte. E talvez o seja. Ainda não há muito tempo, quando a União de Leira estava com a «corda no pescoço», decidiram os seus dirigentes abrir as portas, gratuitamente, aos associados, e o estádio enchia-se, como se não houvesse regras do tal mercado a respeitar (concorrência) ou como se não houvesse tributo a pagar ao Estado (no mínimo IVA). Ou não é o futebol profissional uma actividade comercial?

Se, realmente, o reino do futebol está louco, então, Portugal mais parece uma república de bananas.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

Constrói aqui o teu destino.
Não fujas para o Egipto.
Safou-se um porque era o Menino.
Tenho dito.



Touro

Ama de mesa e cama.
Garanto: uma delícia.
Para quem ama
toda a hora é propícia.



Gêmeos

Quem tem uma esperança
avança.
Quem não tem
come pastéis de Belém.



Caranguejo

Negócios? Cuidado!
Marte manda o recado
solenemente
com Dow Jones em ascendente.



Leão

Dos pobres o proveito seu
é ir para o céu.
Os ricos, coitados, acho
que se governam cá por baixo.



Virgem

Nestes tempos, malvados
como são
perdoam-se os pecados.
Dívidas, não.



Balança

Se acreditas que Cristo
ressuscitou
como podes, depois disto,
crer no destino que te dou?



Escorpião

Digo que vais vencer.
Mas se não ajudares, camarada,
não valerá de nada
o que eu disser.



Sagitário

Crê em ti. Assim
vais crer em mim.



Capricórnio

Ouve o que eu digo:
não vejas muita televisão.
Corres o perigo
de ficar anão.



Aquário

Ó pá! Se
achas que
então porque...



Peixes

Hitler morreu? Agora!
Fica à espreita.
Vê como ele deita
a patinha de fora...



Cartoon

• Monginho



Artes Plásticas O mau estar da arte

Manuel Augusto Araújo

Vivemos num mundo onde se pretende que os simulacros coincidam com o real, com toda a realidade, e que os modelos de simulação difundam maciçamente essa realidade fabricada de molde a ocultarem os pontos de partida para um debate dito «racional», «esclarecido».

A «verdade» passa a ser, em qualquer situação, uma questão de valores e convicções aleatoriamente dominantes entre os membros da «comunidade interpretativa» e este é um dos mais visíveis sintomas de um mau estar sociopolítico que encontra na palavra pós-modernismo um útil termo de diagnóstico.

Este estado de sítio tem o seu marco em Maio de 68. Revolução sem finalidade nem objectivo político, sem vítimas, traidores ou inimigos. Façam o amor e não a guerra ou é proibido proibir explicitam que os inimigos podem saltar para o outro lado da barricada, linha divisória que os separa provisoriamente no território comum.

Maio de 68 pode ser considerado o momento-charneira entre o modernismo e o pós-modernismo. O momento em que a actividade política, artística, literária, filosófica, historiográfica, em permanente confronto com a sociedade para inventar uma sociedade em que o ser individual se afirmaria livre e semelhante aos outros, é substituída por essas mesmas actividades enquanto experiência de negatividades, ausências, obsolescências e o ser individual afirma a sua liberdade medida pelo sucesso em relação aos outros.

Não se considera a realidade como um sistema operativo onde se actua para a transformar mas como uma realidade simulada, uma hiper-realidade onde só as errâncias são possíveis e não há dia seguinte. Nas artes, as consequências são visíveis e fracturantes.

Da criação à vulgaridade

O modernismo é a invenção permanente. A modernidade é uma espécie de autodestruição criadora: a arte moderna não é somente filha da idade crítica, é crítica de si-própria (Octávio Paz). O pós-modernismo não se preocupa com a originalidade. Cria-se no vazio, é incapaz de inovação artística. Não produz modas, é um produto da moda em releituras requentadas das vanguardas modernas.

A pop-arte e arte conceptual têm as suas premissas em aspectos parciais do dadaísmo, em particular de Duchamp. O expressionismo abstracto retoma as formas abstractas derivadas de Miró, Kandinsky ou Picasso e do

automatismo introduzido pelos surrealistas. A pintura/pintura apresenta-se voluntariamente como derivada das propostas sobre a cor e a superfície pictórica iniciadas por Matisse e Cezanne. A poética da pós-modernidade é «a tensão lucidamente destrutiva da desesperada vitalidade». Traduzindo a poética pós-moderna tem a autonegação como única afirmação possível de conhecimento e de liberdade.

Octávio Paz é mais preciso: a arte no pós-modernismo são repetições rituais. A rebelião torna-se um procedimento técnico, a crítica retórica, a transgressão cerimonial. A negação deixou de ser criadora.

Produz-se o idêntico, o estereotipo. Assume-se a vulgaridade, o sem talento. À febre modernista de pesquisar, de romper com tradição de ousar tudo (Gauguin) de tornar o acto de criação um acto consciente (Kandinsky) de crítica radical do espírito burguês, passamos para a temperatura zero do pós-modernismo em que a arte já não se distingue da moda, onde se transforma a originalidade na confissão parcial da não-originalidade, em que se criam pseudo-acontecimentos alinhados pelos mecanismos do marketing em que a afirmação enfática é o bastante para criar uma realidade incomparável.

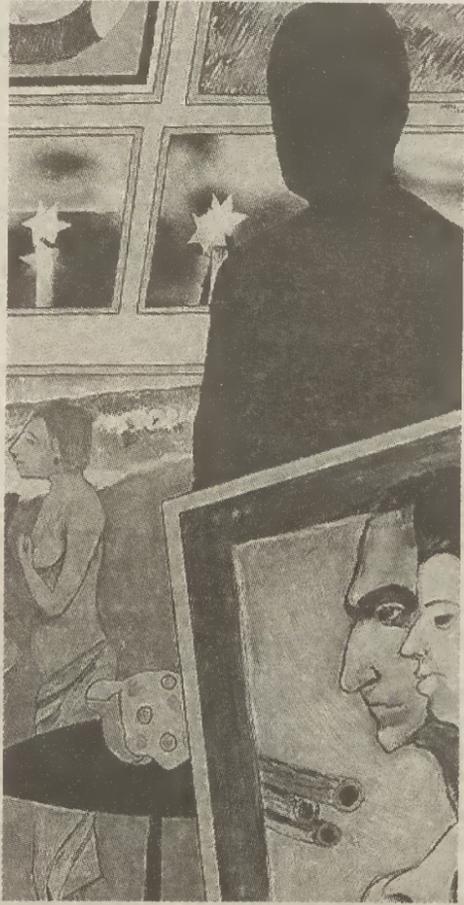
Uma questão ideológica

Estes dois posicionamentos são ideologicamente distintos. Os artistas modernos catalisavam o seu potencial criador enfrentando os problemas e as complexidades sociais produ-

zindo obras que se queriam intervenientes no curso dessa sociedade, contra o conservadorismo cultural e social. A sua obra podia ter uma relação clara e imediata com o movimento social, como em Picasso, Leger e nos surrealistas ou oblíqua como em Cezanne, Van Gogh ou Klee, mas empenhavam-se na transformação da vida em unidade e conflito interno consigo, entre-si e com a sociedade, mas assumindo um caminho de rotura radical, na via extremista das revoluções políticas modernas.

O pós-modernismo é a rotura superficial, o processo de reciclagem contínua, de retirar substância à arte, amalgamando-a em indiferenças vazias de todo o projecto. É o conformismo passivo com a simulação da realidade, de aceitação do discurso multiforme do fim das ideologias e da história, como convém à ideologia dominante, e por ora triunfante que provoca um mau estar cultural que se vai acentuando.

Há que de lutar pela utopia para que as artes readquiram o seu pathos, se tornem socialmente interventoras e em relação a si-próprias num novo contexto de processos criativos.



Pontos Cardeais

«Contaminado»

Narciso Miranda, actual secretário de Estado portuário, foi homenageado por 2500 convivas num jantar em Matosinhos, a cuja câmara municipal presidiu durante 23 anos, repasto e honraria que Narciso tentou «por tudo» evitar, segundo as palavras do próprio, embora o mesmo próprio tivesse não apenas visitado quase todas as mesas, como se fez fotografar junto de cada uma delas e respectivos comensais, o que lhe deve ter custado imenso, considerando o seu confesso objectivo de evitar esta homenagem «a todo o custo». Mas adiante.

No final do repasto – que tinha por especioso lema «Matosinhos tem memória» – Narciso estava tão apaixonado pela homenagem recebida que se afirmou «contaminado pelo vírus do amor», explicando-se da seguinte forma: «Eu contamina-me sempre, contagio-me sempre com mensagens tão fortes, significativas e generosas como as que os cidadãos anónimos de Matosinhos me transmitem.»

Confirma-se, o homem anda doente. Felizmente que é de amor.

Diâmetros

No seu programa televisivo do passado domingo, Herman José gabou-se de ter «a maior cabeça do mercado» e especificou: «tem 62 centímetros de diâmetro».

Reconhecemos que o Herman mergulhou numa fase de bizarro etnocentrismo, tão bizarro que trocou a lucidez e a acutilância do passado pelo espectáculo da grande opini-

ão que tem de si próprio. É um direito que lhe assiste, evidentemente, mas mesmo achando-se «o maior», será bom que o Herman não exagere.

É que uma cabeça com 62 centímetros de diâmetro, se considerada à luz da velha fórmula matemática do «2-Pi-R» (dois vezes Pi vezes Raio), fica com cerca de dois metros de perímetro – mais exactamente, 1 metro e 94 centímetros...

Não será cabeça a mais?!...

Vitória

Está confirmado: os «reformadores» próximos do presidente iraniano Mohamad Khata-mi infligiram uma esmagadora derrota eleitoral aos fundamentalistas do regime, ao conquistarem mais de metade dos lugares em disputa na segunda volta das eleições parlamentares: dos 66 lugares que foram a votos, os «reformadores» conquistaram 46. Com esta nova vitória, os chamados «conservadores» foram praticamente varridos do parlamento iraniano: se os resultados forem confirmados pelo Conselho de Vigilância, a instância que tem o poder de validar as eleições, os reformadores próximos do presidente Mohamad Khatami ganharão 218 dos 281 lugares possíveis, isto apesar de as eleições terem decorrido sob forte pressão e manipulação dos fundamentalistas.

Mesmo que os todopoderosos fundamentalistas do regime usem mais uma vez da prepotência para anular esta vitória, os resultados aí estão, incontornáveis e esmagadores, a provar que o povo iraniano está farto do obscurantismo em que o mergulharam.

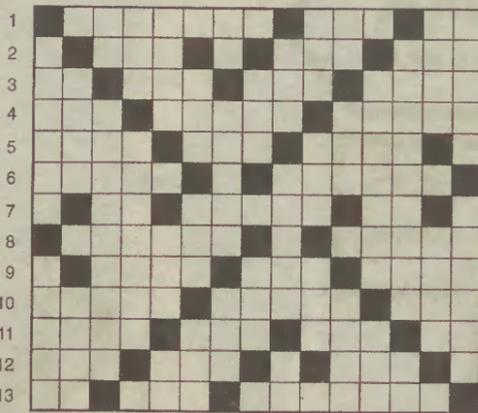
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Falatório; árvore, cuja casca é usada em aromatizações; contr. da prep. em e do artigo a. 2 – Muitos; pref. que exprime a ideia de alguém de; contr. da prep. de com o pron. ind. um. 3 – Atmosfera; ente; saudável; faixa. 4 – Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal; que anda no ar; sensação produzida pela acção do sol e do fogo. 5 – Grande afluência; emissão de voz; cerume. 6 – Registo de coisas ou de factos relativos a uma especialidade ou região; linha de demarcação. 7 – Sufa; pequeno congro; abrev. de nada ou não. 8 – Ver com antecipação; produto da exploração agrícola. 9 – Aquele que nega a existência de Deus; sofrimento físico ou moral; verdadeiro. 10 – Relativo ao rádio; massa de cera, pez e sebo, com que os sapateiros enceram as linhas; o bago de que se faz a água-pé. 11 – Objecto da nossa afeição; ruminante bovino empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem, etc.; gracejar; Associated Press (abrev.). 12 – Possuir; triture; ponto cardeal oposto ao norte. 13 – Prefixo que exprime a ideia de privação, separação; batráquico comestível, semelhante à rã (Bras.); a décima sexta parte de um alqueire.

VERTICAIS: 1 – Embrulho; baixela. 2 – Inflamação da mucosa do nariz e dos brônquios; assentimento. 3 – Ante meridiem (abrev.); que ou o que admira. 4 – Lúrio; agasalhar, enroupar. 5 – Aleia; observar; nota musical. 6 – Cerce; relativo a ele ou ela; bondosa. 7 – Quatro em numeração romana; arremessar; filtra. 8 – Designativa de falta, exclusão, ausência; ofereci. 9 – Antiga peça de artilharia; humor; para mim. 10 – Camareiro; viço; grande quantidade. 11 – Artigo (pl.); um cento; plana. 12 – Reduzir a farinha; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão. 13 – Que pode ser dilatado; vi. 14 – Desejo; risca. 15 – Amargo; almofada da sela do cavalo.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 – Falatório; árvore; casca; usada; em; aromatizações; contr. da prep. em e do artigo a. 2 – Muitos; pref. que exprime a ideia de alguém de; contr. da prep. de com o pron. ind. um. 3 – Atmosfera; ente; saudável; faixa. 4 – Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal; que anda no ar; sensação produzida pela acção do sol e do fogo. 5 – Grande afluência; emissão de voz; cerume. 6 – Registo de coisas ou de factos relativos a uma especialidade ou região; linha de demarcação. 7 – Sufa; pequeno congro; abrev. de nada ou não. 8 – Ver com antecipação; produto da exploração agrícola. 9 – Aquele que nega a existência de Deus; sofrimento físico ou moral; verdadeiro. 10 – Relativo ao rádio; massa de cera, pez e sebo, com que os sapateiros enceram as linhas; o bago de que se faz a água-pé. 11 – Objecto da nossa afeição; ruminante bovino empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem, etc.; gracejar; Associated Press (abrev.). 12 – Possuir; triture; ponto cardeal oposto ao norte. 13 – Prefixo que exprime a ideia de privação, separação; batráquico comestível, semelhante à rã (Bras.); a décima sexta parte de um alqueire.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

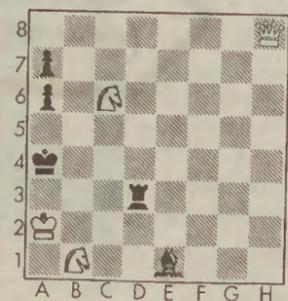


Xadrez

DCCLII – 11 DE MAIO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X18

Por: André Chéron
«Le Temps», 1933

Pr.: [5]; Ps. a6; a7 – B61 – Td3 – Ra4
Br.: [4]; Cs. b1. c6 – Dh8 – Ra2



Mate em 4 (quatro) lances

SOLUÇÃO DO N.º 2000X18 [W.B.M.]
1. Dd8 [Ameaç: 2. Cc3+ e 3. Dd3 # Dd43]; 1. ... Ba5; 2. Dd2 [espera], Bf1; 3. Cc3... #2. ... Th3; 3. Dd4+ Rb5; 4. Ca7 #

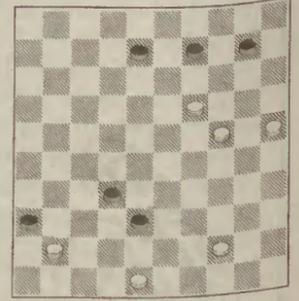
A. de M. M.

Damas

DCCLII – 11 DE MAIO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D18

Por: W. R. Monsma
[NL.] – 1948

Pr.: [6]; 8-9-10-32-36-38
Br.: [6]; 19-24-25-41-44-48



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D18 [W.B.M.]
1. 44-40. (36x47=D); 2. 48-43. (38x49=D); 3. 25-20. (49x35); 4. 20-15. (47x20); 5. 15x2=D. (35x13); 6. 2x15 +

A. de M. M.



BALEIZÃO

21 de Maio

Homenagem a Catarina Eufémia
com a participação de Carlos Carvalhas

ALCÁCER DO SAL

Plenário de militantes, com a participação de Rogério de Brito: hoje, dia 11, às 21h, no Centro de Trabalho.

ALCANENA

Plenário de militantes sobre o XVI Congresso, com a participação de Jorge Cordeiro: dia 19, às 21h, no Centro de Trabalho.

ALMADA

Assembleias plenárias preparatórias da VIII Assembleia da Organização Concelhia (a realizar no próximo dia 20), com discussão do anteprojecto de Resolução Política e eleição de delegados:

- dia 11 - **Trabalhadores da autarquia**: 18h, CT Concelhio
- Dia 12 - **Pragal** (21h, CT local); **Laranjeiro** (21h, CT do Laranjeiro); **Caparica** (21h, CT do Monte de Caparica)
- dia 13 - **Almada** (15h, CT Alberto Araújo); **Cova da Piedade** (15h, CT da Cova da Piedade); **Pia/Raposo** (15h, CT do PIA)
- Dia 16 - **Sectores** (18h, CT Concelhio); **Professores** (18h, CT Concelhio)
- Célula do **Arsenal** - dia 13 a partir das 10h, na Quinta da Atalaia, com a participação de **Blanqui Teixeira**.

ALVERCA

Plenários de militantes da freguesia, integrados na 1.ª fase de discussão do XVI Congresso: no salão da Junta de Freguesia, dia 19 às 21h, e no CT do Bom Sucesso, dia 20 às 15h30.

AMADORA

Plenário de militantes do Sector de Empresas da Amadora sobre o XVI Congresso e a situação social: dia 11 às 18h30 no CT, com **Francisco Lopes**.

BARREIRO

Sector de Serviços - Reunião da célula, no quadro da preparação do XVI Congresso: hoje, dia 11, às 17h30, no CT Concelhio

Reunião concelhia de quadros sobre «Situação Social e desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações no concelho do Barreiro»: dia 12, 18h, CT Concelhio.

Plenário concelhio sobre a situação na **Misericórdia do Barreiro**: dia 13 às 15h no CT Concelhio.

BRAGA

Reunião de militantes e amigos do concelho de Braga para discutir a participação na **XIII Festa da Alegria**: dia 12 às 21h30, no Centro de Trabalho de Braga.

LISBOA

Encontro do Sector de Hotelaria e Restauração da ORL sobre a reforço do Partido e a situação no sector: hoje, dia 11, das 14h30 às 18h, no CT Vitória, com a participação de **Marília Villaverde Cabral** e **António Andrez**.

Benfica - Plenário da organização da freguesia sobre o XVI Congresso, seguido de convívio: sábado, 13, a partir das 15h, no CT de Benfica.

Sector Sindical - Plenário de militantes trabalhadores em estruturas sindicais sobre a situação internacional, com a participação de **Carlos Aboim Inglês**: dia 15 às 18h30, no CT Vitória.

LOURES

Plenários preparatórios da Assembleia Concelhia (a realizar no dia 20 de Maio): dia 11 da **célula do Município**; dia 12 das organizações de **Bairro Santiago** (Camarate), **Bucelas** e **Apelação**; dia 13 de **Loures** e **Camarate**; dia 16 do **Sector de Empresas**; dia 17 de **Sto. António dos Cavaleiros**; dia 18 de **Sector de Empresas**.

MOITA

Plenários de militantes para discussão do XVI Congresso - Nas **Arroteias da Moita**, em casa do cam. Manuel Caldeireiro: sábado, 13, às 15h; na **Moita**: domingo, 14, às 16h, no Centro de Trabalho.

OEIRAS

Cruz Quebrada/Dafundo - Plenário de militantes da freguesia sobre a actividade e tarefas do Partido e a acção da CDU: hoje, dia 11, às 21h30, no CT de Algés.

ODIVELAS

Ramada - Plenário de militantes: sexta-feira, 12, às 21h30, nas antigas instalações da Assembleia de Freguesia (Rua Aura Abranches).

Pontinha - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Francisco Pereira**: sexta-feira, 12, às 21h30, no CT local.

Caneças - Plenário de militantes da freguesia, igualmente com **Francisco Pereira**, para eleição da nova Comissão de Freguesia: dia sábado, 13, às 15h, no Centro de Trabalho.

PALMELA

Quinta do Anjo - Plenário de militantes, com **Virgílio Azevedo**: sexta-feira, 12, às 21h, no CT local.

Bairro Alentejano - Plenário de militantes, com **Valdemar Santos**: sexta-feira, 12, às 21h, no CT do Bairro Alentejano.

Pinhal Novo - Reunião de camaradas **empresários e eleitos autárquicos** da freguesia sobre o XVI Congresso: sexta-feira, 12, às 21h30, no CT de Pinhal Novo.

SEIXAL

Plenário de militantes de **Fernão Ferro** sobre o XVI Congresso com a participação de **José Paleta**: domingo, 14, a partir das 10h (**Ponto de encontro**: às 9h30 junto à Junta de Freguesia de Fernão Ferro).

VILA REAL

4.ª Assembleia da Organização Distrital

Domingo, 14, às 15h, no Hotel Miracorgo

(Auditório Miguel Torga)

Participa **Henrique de Sousa**

VILA FRANCA DE XIRA

Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 14, a partir das 10h,

nos **Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria**

Participa **António Andrez**

AMORA

V Assembleia da Organização da Freguesia

Domingo, 14, às 14h,

no **Clube Recreativo da Cruz de Pau**

Participa **Francisco Lopes**

Santo André

«O PCP na Revolução de Abril»

Debate com Álvaro Cunhal

na **Escola Padre António Macedo**

Sábado, 13, às 18h

«O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo»



obra de **V. I. Lénine** agora

editada pela **Editorial**

«**Avante!**»

Lançamento e debate

introduzidos por

Carlos Aboim Inglês

Hoje, às **18h30**,

no **Espaço Cultural Vitória**

CASCAIS

Almoço-convívio do Sector de Empresas

No **CT de Tires**

Sábado, 13, às 13h

Adega da Quinta da Atalaia - dia 20 de Maio - 21h30

NOITE DE FADOS

com a colaboração do **Adicense**

(Inscrições até 17/5 - 2.500\$00, incluindo ceia completa)



Seixal

Convívio e debate

com **jovens trabalhadores**
comunistas na **CM do Seixal**

e a participação de **Luísa Araújo**

Terça-feira, 16, às 18h, no **Auditório do CT do PCP**

ATVer

Cartaz do filme «Sua Majestade, Mrs. Brown», de John Madden

Nicolas Cage e Sarah Jessica Parker, intérpretes principais de «Lua-de-Mel em Las Vegas»



Adeus Princesa

(Quinta, 23.50, RTP 2)

Jorge Paixão da Costa realizou este filme a partir da adaptação do romance homónimo de Clara Pinto Correia, cuja história nos revela um caso de paixão e morte passado no Alentejo. Principais qualidades: as boas prestações de intérpretes de várias nacionalidades e o excelente aproveitamento da paisagem local. Mas a inflação de actores estranhos à língua e a consequente necessidade de dobragens torna o linguajar da banda sonora um «esperanto» potencialmente exasperante.

Sua Majestade, Mrs. Brown

(Sexta, 23.00, RTP 1)

Deprimida pela morte do seu marido, o príncipe Albert, a Rainha Vitória quase que desaparece das cerimónias públicas, ausente no Castelo de Windsor, até que um servo fiel do casal, John Brown, a ajuda a readquirir o gosto pela vida, não sem que esta relação se confunda com uma situação escandalosa, a ponto de ameaçar provocar uma crise da monarquia britânica. Reconstituição de época admirável, realização sensível de John Madden e duas interpretações de mão cheia de Judith Dench e Billy Connolly.



Cartaz de «Sonhos Dourados», de George Stevens, com Katharine Hepburn

homem casado, suicidando-se quando sabe estar grávida.

Lua-de-Mel em Las Vegas

(Segunda, 02.05, RTP 1)

Realizada por Andrew Bergman, esta comédia conta-nos a história de um jovem que escolhe Las Vegas para um grande acontecimento: o seu casamento! Mas o nosso «herói» é um viciado no jogo e envolve-se num sarilho sendo forçado a «vender» a jovem esposa a um gangster como forma de pagamento depois de uma desastrosa partida de poker. O que se passa depois é hilariante e vale mais a pena ver do que contar. Com Nicolas Cage e Sarah Jessica Parker.

Sonhos Dourados

(Quarta, 22.20, RTP 2)

Sátira social que nos revela as trapalhadas em que se envolve uma jovem de pobres recursos que, para fugir à mediocridade do seu quotidiano, força a sua ascensão a mais elevados círculos da sociedade e se apaixona por um milionário. Irresistível comédia negra, bem realizada por George Stevens e protagonizada por Katharine Hepburn e Fred MacMurray.

...e ainda

Diagnóstico do Destino, de Randa Haines (Quinta, 00.25, SIC)

Jackie Chan nas Ruas de Nova Iorque, de Stanley Tong (Domingo, 00.30, SIC)

Adepto Fanático, de Tony Scott (Domingo, 23.00, TVI)

Corações Desfeitos, de Phillip Moeller (Terça, 22.45, RTP 2)

Cabo e Satélite

Retrato de um grande actor

Amado pelo público, respeitado na profissão, Gérard Dépardieu (na foto, numa cena do filme *Germinal*, 1993), é objecto de análise na noite temática do próximo domingo no Arte. Para tal, o canal franco-alemão transmite, em primeiro lugar, o filme «Loulou» (de Maurice Pialat, 1980) com Isabelle Huppert no outro papel principal. Depois, «Vivre aux éclats» é um documentário de Jean-Claude Guidicelli (Fr./2000) que segue por todo lado o actor, na sua vida privada e, por exemplo, durante a rodagem de «Os Miseráveis». Finalmente, em «Le Regard des Autres» - outro

documentário, agora de Catherine Jivora (Fr./2000) -, como o título indica, são «os outros» (realizadores, produtores, actores) que nos dão a sua visão do amigo, do profissional, do mito. (Domingo, Arte, das 10.40 às 23.35)

A qualidade BBC...

... é já o lugar comum utilizado para qualificar as produções (designadamente de ficção) do serviço público de televisão britânico. O mesmo se poderá dizer da excelente adaptação televisiva do último romance de Charles Dickens («Our Mutual Friend») que a Prime vai transmitir na próxima quarta-feira, pelas 20 horas. A descobrir. (BBC Prime, quarta, das 10 às 21 horas)



PRIME

Quinta, 11

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.40 Boa Tarde
18.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Moda Lisboa
21.25 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
22.00 Bacalhau com Todos
22.35 Senadores
00.05 24 Horas
00.30 1.ª Página
01.00 «Os Mercadores do Sexo» (de Len Richmond, EUA/1998, com Michael York, Prunella Gee. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 Basquetebol: Play off - Final
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Avenida Brasil
23.50 «Adeus Princesa» (de Jorge Paixão da Costa, Port./Fr./1991, com Miguel Molina, António Capelo, Lidia Bosch. Ver Destaque)
01.20 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Ficção
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes

Sexta, 12

▼ RTP 1

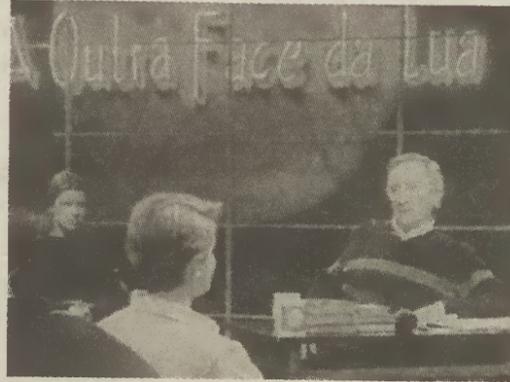
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
17.30 Visita Papal
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.15 Moda Lisboa
21.25 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
22.00 A Caminho do Euro 2000
22.30 Os Eleitos de Fátima
23.00 «Sua Majestade Mrs. Brown» (Mrs. Brown, de John Madden, Gr.Br./1997, com Judi Dench, Billy Connolly, Geoffrey Palmer. Ver Destaque)
01.50 24 Horas
02.20 1.ª Página
02.40 NBA: Jogo Play-Off

▼ RTP 2

07.00 Euronews
16.30 Todo o Terreno: Lameirinho
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 A Matemática e o Homem (1.ª Episódio)
21.00 Transmissão Directa de Fátima
23.00 Jornal 2
23.30 Aqui, Europa
23.45 Acontece
00.15 Avenida Brasil
01.15 Andamentos
01.30 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Ficção
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



Júlio Isidro, com o talkshow «A Outra Face da Lua» na RTP 2 (domingos)

18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.30 Esta Semana
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Diagnóstico do Destino» (de Randa Haines, EUA/1991, com William Hurt, Christine Lahti. Drama)
03.00 Último Jornal

15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.20 Terra Nostra / A Muralha
23.30 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.05 Louca Paixão
14.55 Especial: Papa em Portugal
15.10 Batatoon
17.30 Especial: Papa em Portugal
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 As Crianças e o Papa
23.00 Especial TVI
24.00 A Bola é Nossa
02.05 «Projecto Génesis» - nenhuma informação actualizada em tempo útil

09.00 Animação
12.30 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.05 Louca Paixão
14.55 Especial: Papa em Portugal
15.10 Batatoon
17.30 Especial: Papa em Portugal
19.30 Directo XXI
20.00 Fados em Fátima
21.45 Transmissão Directa de Fátima
22.40 Fados em Fátima
00.30 «Karol Vojtyla-Um Papa do Nosso Tempo» (de Herbert Wise, EUA, com Albert Finney, Michael Crompton. Documentário Ficcionado)

Sábado, 13

▼ RTP 1



Pietro Mascagni, compositor de «Cavallaria Rusticana» (RTP 2, Domingo)

07.00 Infantil/Juvenil
08.30 Transmissão Directa de Fátima
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.25 Sessão Especial: Fátima
18.10 Aqui, Europa
18.35 Jet 7
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
23.00 Festival Eurovisão da Canção
03.30 24 Horas
03.55 «Prenúncio de Morte» (de Yurek Bogayewicz, EUA/1996, com Mickey Rourke, Carre Otis. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos de Entendimento (Estreia)
12.40 A Terra
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.45 Dinheiro Vivo
23.15 Allô, Allô
23.45 O Meu Herói
00.15 French and Saunders
00.45 O Lugar da História
01.45 «Milagre de Fátima» (de John Brahm, EUA/1952, com Gilbert Roland, Angela Clarke, Frank Silvera. Religioso)



«A Muralha», telenovela brasileira diariamente na SIC

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo Vip
22.00 Negócio Fechado
23.20 «Paríso das Louras» (de Ellen Cabot, EUA/1995, com Julie Strain, Michelle Bauer. Erótico)
01.20 Último Jornal
01.55 «O Poder de Um Jovem» (de John G. Avildsen, EUA/1992, com Stephen Dorff, Armin Mueller-Stahl, Morgan Freeman. Drama)

▼ TVI

08.30 Especial: Papa em Portugal
16.00 «Que Rica Encomenda» (de Jason Bloom, EUA/1997, com Paul Rudd, Reese Witherspoon. Aventuras / Comédia)
18.00 Directo XXI
19.00 «Desastre no Rio» (de Marc Vizard, EUA/1998, com Dennis Weaver, Michael Caloz. Drama)
21.00 Jardins Proibidos
22.00 «Realidade Cruel» (de Larry Peerce, EUA/1999, com Roma Downey, William Russ. Drama)
24.00 «Um Rapaz Chamado Ódio» (de Mitch Marcus, EUA/1995, com Scott Caan, Missy Crider. Drama)

Domingo, 14

▼ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
12.20 3ª. Calhau a Contar do Sol
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 «O Pai da Noiva» (de Charles Shyer, EUA/1991, com Steve Martin, Diane Keaton, Kimberly Williams. Comédia)
17.10 «A Torre do Inferno»
19.00 Festa do Título
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são Elas
22.40 Domingo Desportivo
00.20 Automobilismo: Grande Prémio Espanha
24.00 Nada é Sagrado
01.00 Prazeres
02.00 24 Horas
02.25 Liga de Campeões
03.00 «Você Tem Sex Appeal?» (de Dale Launer, EUA/1992, com Tate Donovan, Sandra Bullock. Comédia)



Lourdes Norberto é uma das principais intérpretes de «Jardins Proibidos» (TVI)

Segunda, 15

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.05 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Coisas da Vida (Estreia)
22.00 A Senhora Ministra
22.30 Aristocratas (Estreia)
23.35 Jogo Falado
01.30 24 Horas
01.55 1ª. Página
02.05 «Lua-de-Mel em Las Vegas» (Honeymoon in Vegas, de Andrew Bergman, EUA/1992, com Nicholas Cage, James Caan, Sarah Jessica Parker. Ver Destaque)

Terça, 16

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.30 Coisas da Vida
22.00 Não é Homem não é Nada
22.30 Aristocratas



«A Senhora Ministra» continua a fazer rir na RTP 1 (segundas)

Quarta, 17

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.50 Boa Tarde
18.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.30 Coisas da Vida
22.00 Não é Homem não é Nada
22.30 Aristocratas

23.15 Grande Entrevista
01.00 24 Horas
01.25 1ª. Página
01.45 Os Hughleys
02.45 «Jack Reed: Morte e Vingança» (de Brian Dennehy, EUA/1996, com Aaron Barkiw, John Bourgeois. Telefilme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Ciclismo: Volta à Itália
16.30 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Tesouros Selvagens da Europa
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «O Que Faz o Amor» (Christopher Strong, de Dorothy Arzner, EUA/1933, com Katharine Hepburn, Colin Clive, Billie Burke. Ver Destaque)
00.05 Cupido

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Último Jornal
01.45 «O Ídolo da Noite» (de Fred Olen Ray, EUA/1994, com Shannon Tweed, Ted Prior. «Thriller»)

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
20.00 Combate Mortal
20.50 Crianças S.O.S.
22.00 «Bora Lá, Marina»
22.40 Quero Justiça
23.40 «Presença na Rede» (de Jorge Montesi, EUA/1996, com Gigi Rice, Ed Marinaro, John Wesley Shipp. Policial)
01.45 «Crime de Menores» (de Michael Cahn, EUA/1993, com Martin Sheen, Ally Walker. Policial)

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.15 Caras Lindas
15.45 «Por Todos os Invernos Que Passaram» (de Lamont Johnson, EUA/1994, com Richard Chamberlain, Karen Allen. Drama)
17.30 Directo XXI
17.45 Cocktail Nacional
19.50 «Águas Selvagens» (de David Nixon, EUA/1997, com Erika Gabaldon, Brett Rice. Drama)
21.50 Jardins Proibidos
23.00 «Adepto Fanático» (de Tony Scott, EUA/1996, com Wesley Snipes, Robert De Niro, Ellen Barkin. «Thriller»)
01.00 Os Médicos
02.00 «Marco Polo» (de Rafi Bukace, EUA/1995, com Shuli Rand, Avital Dickler. Aventuras / Histórico)

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
20.00 Combate Mortal
20.50 Impacto TV
21.50 Big Brother (Apresentação)
22.30 «Liberdade Explosiva» (de Ami Artzi, EUA/1995, com Michael Parre, Jan-Michael Vincent. Acção)
00.30 «Homicídio no Lago» (de Noel Nossbeck, EUA/1997, com Ari Meyers, Soleil Moon Frye. Drama)

02.35 «Lua 44» (de Roland Emmerich, RFA/1990, com Michael Paré, Lisa Eichhorn, Malcolm MacDowell. Ficção Científica)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Ciclismo: Volta à Itália
16.30 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.10 Ser ou Não Ser Génio
21.00 Jornal 2
22.00 Acontece
22.20 «Sonhos Dourados» (Alice Adams, de George Stevens, EUA/1935, com Katharine Hepburn, Fred MacMurray, Fred Stone. Ver Destaque)
00.15 Sinais do Tempo / Zoom

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Loja do Camilo
21.30 Médico de Família
22.40 Terra Nostra / A Muralha
23.50 Sai de Baixo
00.40 «O Espião do Sapato Vermelho» (de Stan Dragoti, EUA/1985, com Tom Hanks, Dabney Coleman. Comédia / Espionagem)
02.40 Último Jornal
03.15 Toda a Verdade: O Olhar das Crianças

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Directo XXI
19.30 Olhó Vídeo
20.30 Ri-te, Ri-te
22.30 «Duros e Perigosos» (de Steve Cohen, EUA/1995, com Billy Blanks, Roddy Piper. «Thriller»)
00.30 «Traição de Sangue» (de Alan A. Goldstein, EUA/1997, com Daphne Zuniga, Linda Ray. Drama)

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Sem princípios mas com fins

No decurso da breve polémica, ou daquilo que nem chegou bem a sê-lo, que opôs versões ou entendimentos discordantes de Álvaro Cunhal e Cavaco Silva quanto a posição há anos tomada por este último perante o Conselho de Estado, veio publicado na imprensa diária um depoimento do general Ramalho Eanes: segundo ele, não conhecia a matéria em litígio por então já não ser presidente da República, mas podia dizer que de todas as afirmações que ao longo dos anos ouvira a Álvaro Cunhal nenhuma era falsa. Este respeito por um homem que aliás continua a ser geralmente respeitado, apesar do recente regresso de uma campanha anti-Cunhal emergente do pavor por ele continuar em condições e na disposição de lembrar verdades fundamentais, não é partilhado pela equipa do «Contra-Informação», micro-rubrica que há dias comemorou o 4.º aniversário no meio de grande festa mediática de autopromoção publicitária. De facto, Cunhal é, sem dúvida, não apenas uma das figuras mais rudemente caricaturadas no seu programa mas também a que é objecto de mais

caricatura exibida, e de há uns tempos a esta parte incursa na acusação de ser «estalinista». Isto porque, entretida por uma revista, Odete cometeu há meses o pecado de dizer que «não riscava Estaline da História». Essa gente sem princípios mas com fins que ao longo de décadas censurou a URSS de Estaline por ter apagado Trotsky de alguma documentação histórica não perdoa a Odete o recusar-se a fazer o mesmo a Estaline.

Os complacentes espancados

Ora, como todos puderam ver, aconteceu que nestes recentes festejos do aniversário do «Contra-Informação» surgiu nos ecrãs, uma grande parte dos políticos que ao longo dos quatro anos ali foram caricaturados, ridicularizados, achincalhados, descredibilizados, todos a louvarem a rubrica em diversos tons, a celebrarem a sua inestimável utilidade, felicíssimos por o «Contra-Informação» ser assim como é. Convém dizer aqui que também vi por lá Carlos Carvalhas e Odete Santos, mas não para se desfazerem em aplausos e salamaleques; pelo contrário, embora não se tendo furtado a deporem, apenas formularam objecções quanto à forma como ali têm sido caracterizados. Quanto a todos os outros, as fórmulas utilizadas foram de maior ou menor elogio.

Parece esquisito, e de tal modo que o mais natural é imputar tanto «fair play» democrático à conta de pura e simples cobardia, à tentativa de passar a mão pelo pêlo da fera que se teme e que morde quando queira, por mais que ela repugne e que empeste de fedor tudo à sua volta.

Porém, a prática privilegiadamente anticomunista, e de um anticomunismo de facto militante, do «Contra-Informação», lança sobre o fenómeno uma outra luz que permite compreendê-la melhor: nem tudo será cobardia, se bem que a cobardia também por lá ande. Para a humilhante rendição de um Jorge Coelho, de um Durão Barroso, de um Guterres, perante o programa que sempre fez o seu negócio espancando-nos publicamente e cobrindo-nos de ridículo, terá contribuído também, talvez decisivamente, o facto de «Contra-Informação» ser um aliado de peso, como as sondagens de audiência provam, na cruzada ideológica e de propaganda sem escrúpulos contra o PCP. Por esse inestimável mérito tudo lhe é perdoado, e até são esquecidos valores que se diriam fundamentais como a vergonha e o sentido da dignidade própria. Há que fazer sacrifícios e engolir muita lama para reforço da guerra permanente contra os que, eles bem o sabem e o pressentem, estão do lado do que é justo e têm o futuro do seu lado. Pois estes complacentes espancados são gente com certos fins. E, quanto ao resto, nem sempre se pode.



distorções de efeito calunioso. De resto, os comunicados são, entre todos quantos servem de pretexto aos sucessivos «sketches» da rubrica, aqueles contra quem é dirigida a deformação politicamente mais nociva: a anteposição aos seus nomes ou apelidos da palavra «cassete» — que consagra, recorda e confirma uma calúnia infame desde sempre utilizada pelos seus adversários que, eles sim, não são capazes de sair das suas «cassetes» de comunismo primário. Ora, na passada segunda-feira todo o «Contra-Informação» se aplicou de uma ponta à outra numa espécie de comício contra a imagem, não apenas visual, do dirigente comunista. A seu lado surgiu também a caricatura de Odete Santos, desde sempre alvo de um tratamento verdadeiramente feroz por parte da rubrica, de tal modo que esta se sentiu obrigada a moderar a agressividade da

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Manuel Germano

No encerramento do XII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), disse Guterres: «Imagino o que seria uma reunião do Conselho de Ministros em que estivessem os ministros do partido a que eu próprio pertença e, ao mesmo tempo, Durão Barroso ou Pedro Santana Lopes e Paulo Portas e Carlos Carvalhas.»

Na ironia do Primeiro-Ministro, tal eventualidade configura o supra-sumo do absurdo, como se juntar as principais forças políticas do país no mesmo Governo equivalesse à presunção de misturar água e azeite. Chegado ao poder, António Guterres esqueceu o que disse para a ele chegar, nomeadamente quando zurzia Cavaco Silva com democráticas excomunhões às maiorias absolutas. Instalado no poder, António Guterres articula no mesmo discurso programático o primado do diálogo e o priorado do absolutismo. Também há quem diga que Manuel Germano é a mesma coisa que Género Humano.

Mas o Primeiro-Ministro António Guterres não precisa de «imaginar» o que seria o PS no governo com os outros partidos políticos, porque já comeu com todos desse cozinhado, com resultados culinários bem conhecidos: muito contentes e sentadinhos nos mesmos Conselhos de Ministros de governos constitucionais, o PS, o PPD/PSD e o CDS/PP juntos, já produziram, nas últimas décadas a mesma política de direita que agora o PS prossegue sozinho, com igual empenho e ainda maior profundidade. É verdade que o PS chegou a sentar-se com o PCP nos governos provisórios após o 25 de Abril, mas como nessa altura o País queria fazer uma política de esquerda, o PS passou o tempo a sair deles para os derrubar. A favor da direita mas em nome da esquerda, evidentemente.

Por isso, apesar de sempre se afirmar um partido de esquerda, o PS sempre se tem sentado tranquilamente apenas em Conselhos de Ministros de direita – sozinho ou com parceiros a condizer...

Essa é que é essa e os factos aí estão, acontecidos e registados, por muita reescrita da História que andem para aí a fazer.

Portanto, o grande absurdo não está em se sentar todos os partidos no mesmo Conselho de Ministros.

O absurdo, e chocante, é sentar lá uma política de direita em nome da esquerda.

Mas não era o Governo que Guterres visava, quando se pôs a imaginar no Congresso da ANMP. O seu objectivo era postular o fim da gestão democrática dos executivos municipais que, na óptica do Primeiro-Ministro, deveria funcionar apenas com o partido vencedor e a exclusão dos restantes. «Chocante», para ele, é «o facto de nos executivos das câmaras estar simultaneamente o governo e a oposição.»

Já não é chocante para Guterres comparar o que não é comparável – governo do País e governo de uma autarquia – nem, sobretudo, mandar assim às urtigas uma das mais bem sucedidas realizações do regime, que é o controlo democrático da gestão autárquica, com evidentes benefícios para as populações, a responsabilização dos eleitos e a intervenção de todas as forças políticas, incluindo a sua. Está explicada esta intrigante fixação de Guterres no «diálogo»: o homem adora falar, mas sozinho. E preferencialmente do púlpito.

Site do PCP na Internet Uma imagem renovada

O site do PCP foi renovado. Uma contribuição, entre outras, para o reforço da comunicação directa do Partido com os portugueses.

Desde a passada terça-feira, todos quantos se interessam pela pesquisa de informação política na Internet encontrarão no site do

PCP (www.pcp.pt) significativas melhorias e novidades, quer ao nível da apresentação visual quer quanto às suas funcionalidades.

Tendo sido o primeiro site representativo de um partido político português na Internet, quando foi inaugurado no dia 6 de Março de 1996 (integrando-se nas celebrações do então 75.º aniversário do PCP), o site do PCP tem vindo a constituir-se e a crescer como uma incontornável referência informativa sobre a actividade, as propostas e as publicações do PCP e uma alargada e útil base de dados sobre o PCP, o seu projecto e a sua intervenção,

consultada por um número cada vez maior de utilizadores nacionais e estrangeiros da Internet.

O site do PCP é consultado por um número cada vez maior de utilizadores nacionais e estrangeiros da Internet

As alterações agora introduzidas no site do PCP, que é inteiramente construído e permanentemente actualizado com base nos próprios recursos do Partido, podem sintetizar-se nos seguintes elementos:

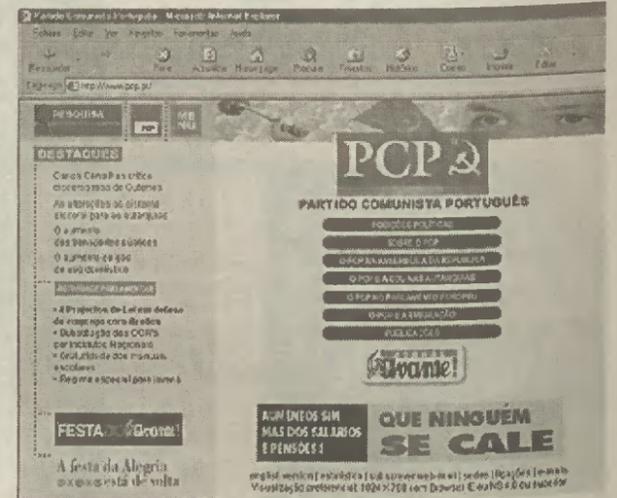
- a concepção e instalação de um motor de pesquisa próprio no site, que possibilita a busca orientada de informação nas diversas áreas temáticas – posições políticas, sobre o PCP, o PCP na Assembleia da República, o PCP e a CDU nas Autarquias, o PCP no Parlamento Europeu, o PCP e a emigração, Publicações e o jornal «Avante!»;
- a criação de uma nova apresentação visual que

possibilite a rápida compreensão e acesso ao conjunto da informação disponível;

- uma nova apresentação e organização mais atraentes e funcionais da edição electrónica do Avante! semanal;
- a inserção de funcionalidades

- melhoria nas soluções de contacto e comunicação com o PCP para os que o desejem fazer.

Com estas melhorias agora introduzidas, que se inserem num processo que vai prosseguir de continuidade do aperfeiçoamento do site,



dades novas ao nível dos «menus» e «submenus» e do processo de navegação no interior do conjunto das páginas do site, que possibilitam uma navegação mais eficaz e direccionada e com mais suporte de informação;

pretende também o PCP dar testemunho de um permanente esforço para reforçar, incluindo pelo recurso às novas tecnologias da informação, a sua comunicação directa com os portugueses.

55.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo

Mais de 100 convidados participaram na sessão comemorativa do 55.º aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo, promovida pela Associação Iuri Gagarine (antiga Associação Portugal-URSS) no dia 8 de Maio.

A sessão decorreu nas instalações da Associação.

Após uma alocução de abertura do Vice-Presidente da Associação, Dr. Levy Batista, o Conselheiro da Embaixada da Federação Russa, Alexandre Labetski, agradecendo a iniciativa da associação, frisou o inescusável significado, para as famílias do povo russo que contam todas com víti-

mas da grande guerra pátria, da vitória sobre o nazi-fascismo há 55 anos atrás, para a qual deram tão decisivo contributo.

Em nome do Conselho Directivo da Associação, Carlos Aboim Inglês evocou os antecedentes que conduziram à 2.ª Guerra Mundial e seus responsá-

veis, as enormes perdas humanas e materiais que ela representou, pondo em relevo o decisivo contributo do povo e das forças armadas da União Soviética para a derrota do nazi-fascismo. Lembrando os 50 anos de paz na Europa que se seguiram, chamou a atenção para os perigos que hoje se avolumam para a paz e a segurança dos povos da Europa, exortando à necessidade de um grande empenhamento actual na luta pela paz.

A sessão terminou com a projecção do filme «O último assalto» do realizador Iuri Ozerov.

Lénine em debate no Vitória

Realiza-se hoje, pelas 18.30, no Espaço Cultural Vitória, um debate sobre a obra de Lénine «O imperialismo, fase superior do capitalismo», que a Editorial «Avante!» acaba de publicar em edição comemorativa do 130.º aniversário do nascimento do autor.

O debate será introduzido por Carlos Aboim Inglês, dirigente do PCP.



Carlos Carvalhas em conversa com Lélia Wanick Salgado

Os Êxodos de Sebastião Salgado

Foi oficialmente inaugurada quinta-feira passada, no Pavilhão de Portugal no Parque das Nações, uma exposição de fotografias de Sebastião Salgado, Êxodos, que irá

estar patente ao público até dia 2 de Julho. Um extraordinário conjunto de 350 fotografias que se desdobra em cinco núcleos – o instinto de sobrevivência; um continente

à deriva; êxodo rural, desordem urbana; a nova face urbana do mundo e retratos.

Simultaneamente, a Editorial «Caminho» editou, em livro, Êxodos e Crianças do Êxodo.



5 603199 000445

00132